CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

MARIA DALVA DE SOUZA FIGUEIREDO

FORMAÇÃO CONTINUADA BASEADA EM TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+: COLABORANDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

RIO DE JANEIRO
2023

MARIA DALVA DE SOUZA FIGUEIREDO

FORMAÇÃO CONTINUADA BASEADA EM TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+: COLABORANDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa dePós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

O Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da bancaparticiparam desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRO JATOBA
Data: 14/12/2023 17:37:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Alessandro Jatobá, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. Veronica Eloi de Almeida, D. Sc.
(UniCarioca)

Prof. Cleyton Feitosa Pereira, D. Sc. (PSC e SEMEC)

Rio de Janeiro

2023

F676f Figueiredo, Maria Dalva de Souza
Formação continuada baseada em tecnologias digitais para o enfrentamento da violência contra pessoas LGBTQIAPN+: colaborando para a construção de uma política pública./ Maria Dalva de Souza Figueiredo.– Rio de Janeiro, 2023.
143 f.

Orientadores: Alessandro Jatobá, eAntônio Carlos de Abreu Mol.
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2023.

1. Formação continuada. 2. Política pública. 3.Diversidade sexual; 4.Currículo. 5. Violência. 6. LGBTQIAPN+. I. Jatobá, Alessandro, prof. orient. II. Mol, Antônio Carlos de Abreu. III. Título.

CDD 371.344

Dedico esta pesquisa às minhas filhas e ao meu filho meus amores maiores e a motivação de todo o meu empenho e dedicação. Dedico também à minha família, em especial a minha mãe e avó (*In memorian*) que me dão a força diária para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer o apoio e contribuição para mais uma conquista. Agradeço a Deus, aos meus pais e avós por me ensinarem que só através da educação os limites e desafios seriam superados.

Agradeço toda compreensão das minhas filhas Narjara, Andreia e do meu filho Ronan, pelo incentivo e contribuição que me fizeram superar as dificuldades. A minha irmã Cristina Brandão pelo apoio junto ao Conselho Estadual dos Direitos LGBTQIAPN+ do Amapá.

Ao amigo Rudá Bacessart, por seu apoio para superar as dificuldades. Ao meu orientador Alessandro Jatobá, por sua orientação, revisão e crítica construtiva para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Às minhas amigas Maria e Suzana pelo incentivo, força, alegria e determinação. Aos colegas de curso, em especial aos grupos Inclusão na Veia e Mulheres Mestras, que contribuíram para discussões e trocas.

A todos os Mestres e Doutores da UniCarioca, profissionais incansáveis na missão de formar cidadãos conscientes e atuantes em nossa sociedade.

O conhecimento emerge apenas através da invenção e da reinvenção, através da inquietante, impaciente, contínua e esperançosa investigação que os seres humanos buscam no mundo, com o mundo e uns com os outros.

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação apresenta como tema a formação continuada para capacitar profissionais da educação para combater à violência de gênero contra pessoas LGBTQIAPN+ na educação. Busca analisar experiências pedagógicas, desenvolver gestão de política pública, direcionadas aos/as LGBTQIAPN+ nas escolas, pesquisando informações sobre conflitos causados pela violência que contribua na organização de proposta de formação continuada para enfrentar os problemas que ocorrem na comunidade escolar. Também, pesquisamos sobre as diversidades no ensino não formal, protagonizada por instituições, como as de representações LGBTQI +, principalmente, para coletar as informações. Esse processo educativo envolve outras instituições e não encerra na escola que defendem os interesses das diversas categorias. O método de pesquisa bibliográfica estabeleceu critérios e categorias para entender os processos político e metodológico registrados nas produções acadêmicas. Ela foi qualitativa, com instrumentos documentais bibliográficos que levantou as informações, saber quem são como pensam estudantes e trabalhadores (as) das escolas de ensino médio. Um público majoritariamente composto por pessoas que sofreram violência às quais ameaçam a permanência delas nas escolas. Na elaboração da pesquisa bibliográfica será possível constatar se as ações realizadas são incipientes, pontuais, insuficientes ao público docente e estudantil LGBTQIAPN+ ou se tem capacidade de alterar a cultura institucional com potencial para ampliar e consolidar a permanência nas escolas. Essas informações nortearão o combate à violência de gênero contra LGBTQIAPN+ desde a formulação, implementação, monitoramento, avaliação e continuidade das políticas públicas. O resultado apresentado a partir da leitura dos artigos identificou os problemas causados por essa violência oferendo elementos para analisar as informações mapeadas criando categorias que ofereça subsídios para discutir a formulação de uma política de formação continuada através de uma ferramenta digital.

Palavras-chave: formação continuada; política pública; diversidade sexual; currículo; violência; LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

This dissertation presents the theme of continuing education to train educational professionals to fight gender violence against LGBTQIA+ people in the education field. It seeks to analyze pedagogical experiences, to develop public policy management, directed at LGBTQIA+ in schools, researching information about conflicts caused by violence that contribute to the organization of a proposal for continuing education to face the problems that occur in a school community. There is also research on diversity in non-formal education, carried out by institutions, such as LGBTQI + representations, mainly to collect information. This educational process involves other institutions and does not end in the school, which defends the interests of different categories. In addition to schools, many NGOs have been busy discussing the issues faced by the LGBTQIA+ students and educating through non-formal education, betting on spaces for coexistence to strengthen respect for differences. The bibliographic research method will establish criteria and categories to understand the political and methodological processes recorded in academic productions. It will be qualitative, with bibliographic documentary instruments to gather information, to know who they are, how students and workers in high schools think. An audience mostly composed of people who have suffered violence which threatens their permanence in schools. In the elaboration of the bibliographical research, it will be possible to verify if the actions carried out are incipient, punctual, insufficient for the professionals and LGBTQIA+ students or if it has the capacity to change the institutional culture with the potential to expand and consolidate the permanence in schools. This information will guide the fight against gender violence against LGBTQIAPN+ from the formulation, implementation, monitoring, evaluation, and continuity of public policies. The results presented from reading the articles, identified the problems caused by this violence, offering elements to analyze the mapped information, creating categories that offer subsidies to discuss the formulation of a continuing education policy and the proposal of a course through a digital tool.

Keywords: continuing education, public policy, sexual diversity, curriculum, violence, LGBTQIAPN+.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resultados do levantamento bibliográfico

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BSH	Brasil Sem Homofobia
CID	Classificação Internacional de doenças
DTPE	Departamento Técnico Pedagógico
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EM	Ensino Médio
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLAAD	Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação, na sigla em inglês
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual, pansexual, não-binário, binário
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Ação Educativa
NEGED	Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidades
NIMH	Instituto Nacional de Saúde Mental
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNPCDH-LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

SBEM	Sociedade Baiana de Educação Matemática
SBIE	Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional
SCOPUS	Banco de dados bibliográfico que contém resumos e citações para artigos
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNLGBT	União Nacional de Lésbicas, Gay, Bissexual, Travesti

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

1.1 Inquietação 19

1.2 Relevância 20

2 BASES TEÓRICAS 26

2.1 Algumas Definições Essenciais 29

2.2 A Expressão ou Papel de gênero: 40

2.3 Delimitação do problema de pesquisa 42

2.4 Fundamentação do problema: não são apenas dados, é ausência institucional ... 44

3. Objetivos 51

4. Metodologia 52

4.1 Desenho da pesquisa 52

4.2 Procedimentos de coleta 52

4.3 Procedimentos de análise 53

5. Resultados 55

5.1 Gênero, sexualidade e a geografia 55

5.2 Territórios vividos 57

5.3 Marcas históricas da homofobia 58

5.4 Caminhos e mudanças 60

5.5 Violação e exclusão 61

5.6 Os frágeis caminhos das políticas públicas. 62

5.7 Monitoramento, continuidade, avaliação 62

5.8 LGBQIA+fobia e *bullying* 63

5.9 Interseccionalidades e os marcadores sociais no mundo do trabalho 64

5.10 Limites e possibilidade dos processos educacionais 65

5.11 Avanços, tensões, formação e diversidade 67

5.12 Diálogos e desafios 68

5.13 Práticas pedagógica em movimento 68

5.14 Educação, mercado de trabalho e exclusão 69

5.15 Implementação e monitoramento 70

5.16 Diversidade sexual na aula de matemática 71

5.17 Prática docente e a equidade 73
5.18 Ação educacional, novas tecnologias e a lgbtfobia 75
5.19 Desconstruindo preconceitos 76
5.20 As expressões sociais de não aceitação das pessoas LGBTQIA+ 76
5.21 Mídias digitais e os discursos homofóbicos 78
6. Discussão 81
6.1 As práticas pedagógicas e os novos arranjos familiares 85
6.2 Contexto da violência estrutural, a evasão, abandono e fracasso escolar 89
6.3 Políticas públicas de formação continuada na educação e a violência contra LBBTQIA+ 92
7. Produção Técnica: soluções educacionais para o enfrentamento da LGBTQFobia 98
7.1 Proposta de Política Pública 98
7.2 Estrutura da Política Pública 99
7.2.1 Planejamento e orçamento. 99
7.2.2 Objetivos. 100
7.2.3 Metas. 101
7.2.4 Ações estratégicas. 102
7.2.5 Implementação, monitoramento, continuidade e avaliação. 103
7.2.6 O papel das novas técnologias na educação. 104
8. E-book e Sequência Didática 107
9. Considerações Finais 111

Referências bibliográficas 117
ANEXOS 136

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a inclusão da violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexual, Agênero, Pansexual, Não-binárias (LGBTQIAPN+), na formação continuada de profissionais que atuam no ensino médio amparada na garantia dos direitos fundamentais, com base legal no artigo nº 205 da carta magna, que prevê o acesso à educação para todos e oportunidades em diferentes espaços sociais, comoforma de garantir participação social, política e econômica.

A dissertação se respalda no artigo 206 da constituição federal do país que prevê a liberdade de ensinar, aprender, divulgar o pluralismo de ideias, das concepções pedagógicas, da igualdade no ensino escolar. A LDB (9394/96) no artigo nº 3, prevê que o ensino será ministrado com respeito à liberdade, apreço e tolerância. Esses princípios norteadores não estão em consonância, pois ao pesquisar os conflitos provocados pela violência nas escolas públicas, constatamos um grande desencontro entre esses princípios e o ambiente pedagógico.

Para combater a violência contra LGBTQIAPN+ é necessário criar formas de convivências nos espaços sociais com as identidades e sexualidades das minorias, pois ainda precisam ser muito discutidas nos espaços escolares, pois os/as LGBTQIAPN+, assim como muitas mulheres, sofrem com o preconceito, são discriminadas, além de enfrentarem a invisibilidade social.

Essas discussões sobre abordar a diversidade sexual na escola têm provocado o aumento das posições contrárias ao debate de gênero, enquanto construção social, onde o sujeito é marcado pela hierarquização dos ideais patriarcais. As forças conservadoras têm ampliado os movimentos para impedir a inclusão desses temas no currículo escolar através de ações do Judiciário e projetos de leis no Legislativo.

Diante do atual contexto a violência contra LGBTQIAPN+ nas escolas é o problema a ser pesquisado através de estudos bibliográficos que levantou elementos norteadores para combater essa violência através da formação continuada que oferecerá aos profissionais da educação do Ensino Médio novas bases teóricas e metodológicas para superar o desconhecimento, a insegurança, o medo visando a eliminação do preconceito e da discriminação, incluindo na sua ação educativa a mediação dos conflitosque vêm se tornando um grave problema social que exclui e provoca o abandono escolar,afetando a vida social, educacional e econômica das vítimas dessa violência.

A pesquisa teve como condutor o objetivo geral dessa dissertação a ressignificação de propostas metodológicas inclusivas baseadas em tecnologias digitais educacionais sobre diversidade sexual, identidade de gênero, as múltiplas orientações sexuais, a compreensão da perspectiva do sexo biológico e a expressão de gênero enquanto desafios atuais do século XXI.

Para delimitar aspectos teóricos gerais sobre violência de gênero, e de modo mais específico contra LGBTQIA+ a pesquisa buscou apontar lacunas teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo para prevenção de violência de gênero; identificar, selecionar e analisar políticas públicas de enfrentamento a violência contra LGBTQIAPN+; investigar as causas, as dificuldades, as resistências e os impactos causados, bem como oportunidades para a introdução de metodologias apoiadas por tecnologias digitais para o enfrentamento da violência de gênero em processos educativos; apresentar contribuições para uma proposta de política pública de formação para enfrentamento da violência contra LGBTQIAPN+ para Ensino Médio no estado do Amapá; elaborar e-book utilizando as tecnologias digitais e através de uma sequência didática desenvolver a formação continuada no enfrentamento à violência de gênero.

Saffioti (2015) destaca que gênero não é apenas uma categoria de análise, mas uma categoria histórica que introduz os símbolos culturais, as instituições, a gramática sexual e as relações sociais. Reafirma sua posição ao articular gênero e patriarcado para sinalizar a dominação, deixando evidente que como uma categoria não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade (Saffioti, 2015, p.49).

Louro (2000), ao debater contesta o binarismo de gênero, trabalha com a pluralidade e como as diferenças sexuais, raciais, étnicas, culturais são construídas, fixadas, questionadas, valorizadas ou negadas por serem diferentes. As circunstâncias e reprodução dessas diferenças é uma discussão onde os marcadores, branco, classe, heterossexual se tornaram o centro “marginalizador” dos sujeitos não participantes dessa classificação (Louro, 2000, p.14-36).

Discute-se ampliar e transformar a atividade docente de modo plural, transformando as condições para debater a diversidade não ligada apenas ao desempenho de papéis identitários, mas sim ligado às identidades múltiplas e plurais de equilíbrio de forças (Louro 2000). Essa discussão requer ressignificar o papel do professor e demais profissionais da educação para lidar nas escolas com os desafios que a sociedade contemporânea nos impõe.

A corporificação da sexualidade no currículo é um aspecto dinâmico, portanto não é possível a dessexualização do ambiente de ensino até onde é permitido falar de sexo, mas os problemas dessa natureza tendem a ser omitidos, ocultados porque geram discordância. As imposições são questionadas e repensadas, reconhecidas ou excluídas: "desconcertando e recriando a sexualidade para torná-la plural" (Louro 2019).

As transformações tecnológicas têm influenciado a educação, Silva (2000) critica e destaca "[...] dizendo que um dos seus personagens principais, já não é mais ele e este parece ser o anúncio mais importante da teoria cultural e social. O sujeito racional, crítico, consciente, emancipado da teoria educacional crítica entrou em crise profunda" (Silva, 2000, p.13). Reforçando a importância de se pesquisar na literatura existente por um viés antihomofóbico para elaborar argumentos que subsidiem novas propostas.

Considerando que os avanços tecnológicos têm provocado um rápido fluxo de informações que historicamente foram transmitidos pelo professor e pela escola, irradiadora de cultura e saber. Com essas transformações, esse papel também mudou. Com a expansão da internet, as pessoas interligadas se atualizam, partilham informações e se hospedam no cyberespaço, embora o acesso a essas novas tecnologias em alguns casos possa ser precário e gerar exclusão.

Um dos graves problemas da educação contemporânea provocadas pelo uso das mídias sociais é o *cyberbullying*, que ultrapassou os limites escolares. Começa com o *bullying* dificultando a prevenção e o combate dessas práticas (Wendt & Lisboa, 2014). Os estudos sobre *cyberbullying* visam compreender a complexidade, para elaborar estratégias para elaboração e implementação de políticas que fortaleçam o papel das instituições educacionais na orientação responsável e consequências legais do uso incorreto das tecnologias e redes sociais (Silva, 2010).

Em 2018 a Lei nº 13.663, que alterou o art. 12 da Lei nº 9.394/ 1996/ LDB para incluir medidas para prevenir a violência. As escolas devem enfrentar o *cyberbullying* visando uma cultura de paz e alertar para as responsabilidades legais dos crimes praticados de forma virtual e que o anonimato e a menoridade não os isentam de punições caso cometam atos ilícitos, conforme previstos no Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, (Silva, 2010).

A prevenção da violência preconizada na BNCC tem caráter normativo, visando orientar os currículos e propostas pedagógicas quanto às competências socioemocionais, contribuindo para prevenir o *cyberbullying* (Silva, 2020). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, não propõe diretamente inserir a diversidade sexual, étnico-racial.

Prevê através de alguns princípios abordar na capacitação professores/as para evitar que a omissão e o silencio reforce a homofobia.

Esta dissertação abordou os meios disponíveis para enfrentar as agressões contra LGBTQIAPN+ propondo transformações no currículo, introduzindo novas tecnologias digitais inclusivas essenciais na aprendizagem, considerando que a sexualidade não é retirada ao frequentar a escola, pelo contrário, irá conviver com as diferenças.

Pesquisar os problemas enfrentados por aqueles que revelam sua sexualidade e são atacados por estarem fora dos padrões normativos, representa oportunidades de apresentar subsídios para o entendimento de que a escola não é assexuada e precisa de informações que oportunize a análise da gestão educacional que incentive a permanência de LGBTQIAPN+ nas escolas, onde frequentemente se tornam vítimas de violências praticadas por diversos grupos sociais.

As pessoas vivem dentro das normas, a aceitação é supostamente fácil. Para os diferentes, o sofrimento, de não poder ser quem é o horror de não ser compreendido, não deve ser ignorado, simplesmente por ser diferente. As atitudes cotidianas, como a recusa em chamar travesti pelo seu nome social incentiva atitudes hostis, estimula a segregação, a estigmatização e a exclusão. Elas estão presentes no ambiente escolar e precisam ser consideradas na elaboração e implementação das políticas públicas.

Para Paulo Freire, o conhecimento é um direito. A educação anda ao lado da política. Não de uma política partidária, mas a da cidadania, da construção diária da história como afirma Afonso Celso Scocuglia (1999). Isso significa que a aprendizagem também está sempre interligada ao aspecto social, cultural, político e econômico. Scocuglia ressalta que para Freire, o professor deve ser um pesquisador dos conteúdos que trabalha estabelecer relações com alunos/as para acompanhar as transformações e não separar docência da discência, pois, desde o planejamento, deve ser um trabalho conjunto (Scocuglia, 1999).

O trabalho, abordou conceitualmente sobre Transgêneros, Transexuais, *queer*s, Intersexos, Assexuais e demais identidades, orientações sexuais que vão além da cis heterossexualidade, tais como Não Binárias, Pansexuais e Agêneros que rompem com o sistema dominante, muito além das barreiras pois, assim como o sexo não define a identidade de gênero, ela não define a orientação sexual.

A dissertação esclareceu que diversidade, diferença e identidade são formadas por culturas e níveis socioeconômicos diversos. Gusmão (2000, p.12) afirma que "o diferente e a diferença compõe símbolos que nos dizem que nem tudo é referente ao que eu sou e

nem todos são como eu sou". Considerando que as pessoas têm muito mais coisas em comum do que diferentes, embora não as percebamos. Daí os cuidados que devemos ter com as palavras diferença e diversidade. Elas precisam de atenção ao serem utilizadas, porque para Abramovics, Rodrigues e Cruz (2011) não são sinônimos, nem mesmo próximas, pois estas denominações escondem as desigualdades.

A diversidade reconhece várias culturas e sob a proteção da tolerância, hoje tão atual preserva as hierarquias hegemônicas. A pluralidade, a diferentes visões de mundo estão ligadas e compreendê-las enquanto sinônimos, provoca o esvaziamento da diferença. Retirar da diversidade a diferença é para de fato não fazer nenhuma diferença. (Abramowics; Rodrigues; Cruz, 2011, p.91-93).

Ao formular conhecimentos, destruir preconceitos e diferenças é necessário entender que essas são diferenças irreconciliáveis pela estratificação de classes. Existem diversas maneiras de esvaziar as diferenças. Elas são o oposto da construção identitária onde cabem às diferenças. A diversidade supõe uma política que contempla todas as culturas (Abramowics; Rodrigues; Cruz, 2011, p.93).

A pesquisa demonstrou através de dados oficiais que a da violência contra LGBTQIAPN+ exige com urgência uma política pública de formação continuada, que capacite os profissionais da educação para abordarem os conflitos causados nas escolas e que provocam o abandono e a evasão escolar destes grupos sociais.

1.1 Inquietação

Desde 1981, trabalho como professora, coordenadora pedagógica, gestora em departamentos de recursos humanos e formação continuada nas redes municipais e estaduais acompanhando as diversas mudanças nas leis de Diretrizes e Bases da Educação e as resistências em aderi-las. Para promover a capacitação pedagógica foi criado o Núcleo de Ações Educativas (NAE), composto por escolas da rede estadual de ensino, conselhos comunitários e de segurança pública, organizado em polos, criando um ambiente para debater assuntos pertinentes à comunidade escolar através de atividades formação continuada.

O NAE não era um órgão institucional, funcionava como um espaço político-pedagógico de ação integrada, que dialogava com os aspectos pedagógicos, de segurança pública, saúde e aspectos administrativos. Durante as agendas desenvolvidas pelo NAE foi detectado que professores eram devolvidos para o Departamento técnico-Pedagógico

de Educação (DTPE) por expressarem sua orientação sexual. Alguns enfrentavam discriminações e quando reagiam eram transferidos para outras escolas ou encaminhados para Secretaria Estadual de Educação (SEED). Os alunos eram expulsos, acusados de violência ou apresentados na delegacia de menores.

As vivências com aqueles que ousam romper a barreira do silêncio, vítimas da exclusão que os empurram para o fracasso, a evasão escolar e os vincula ao estigma dos tidos como diferentes foi determinante para a escolha desta temática no ambiente escolar, como o tema para dissertação. Não é possível continuar compactuando com a segregação em função sexualidade, excluindo aqueles que não representam o gênero tido como certo.

A experiência vivenciada em escolas públicas, departamentos técnicos e gestora educacional durante 41 anos de serviço público, despertou a preocupação com os que sofrem violações e tem suas sexualidades contestadas. A escolha do tema para a pesquisa da dissertação foi resultado de observações nos ambientes de trabalho onde presenciei as pressões, os conflitos em decorrência do preconceito, discriminação, diferenças sexuais, agressões físicas, psicológicas, a exclusão das tarefas escolares e que não são casos isolados, mas que precisam ser estudados e pesquisados por terem tomado proporções assustadoras, apresentando um quadro de grave problema social, político e econômico.

1.2 Relevância

A violência sofrida pelas pessoas LGBTQIAPN+ precisa ser enfrentada, intensificando esforços para combater o *bullying* e o *cyberbullying* para praticar homofobia, misoginia. O *bullying* se manifesta com facilidade justamente pelo desiquilíbrio nos relacionamentos, tornando a convivência violenta, fragilizada e desigual (Monteiro, 2017).

As ações educativas não podem mais ocultar ou conviver com essa violência que atinge principalmente as pessoas em vulnerabilidade. Muitos deixam de frequentar a escola por medo, vergonha e falta de acolhimento. São vítimas de agressões de formas escondidas, nas brincadeiras depreciativas que na maioria dos casos a escola naturaliza. Bastos, Garcia e Souza (2017, p.14) afirmam “[...] que a homofobia pode ser observada nas piadas, nos ataques em diferentes situações de rejeição, pois, a sexualidade faz parte das conversas, está no grafite dos banheiros e atitudes de alunos/as e professores/as” (Louro, 1997, p.131). Assim confirmado em Perrenoud (2000, p.149), ao afirmar que “[...] se um jovem sai da escola convicto de que mulheres, negros, muçulmanos e gays,

são inferiores, mesmo que saibam gramática ou uma língua estrangeira, a escola terá falhado drasticamente" (Perrenoud, 2000, p .149).

Junqueira (2007a, apud. Reis 2015, p.163) destaca a homofobia como algo que produz ou vincula-se a sentimentos negativos como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medos diversos que geram preconceitos, discriminação e violência contra pessoas homossexuais, bissexuais e transgêneros (em especial, travestis e transexuais) e, contra pessoas cuja expressão de gênero não se enquadra nos modelos hegemônicos. Ela transcende a violência contra LGBTQIAPN+ e se une às estruturas hierarquizantes padronizadas e identitárias de gênero, sendo sexistas e heteronormativos.

A cultura homofóbica, misógina provoca conflitos no processo educacional. Os que estão fora heteronormatividade são acusados de quererem privilégios e a luta é por políticas públicas que promovam equidade para os mais vulneráveis e ações institucionais para enfrentar a violência. Oliveira et al (2009, p.7) defendem "[...] que tratar desiguais com mais atenção é promover a equidade".

As políticas públicas precisam incluir as pessoas LGBTQIAPN+, afins e diferentes. Na escola os que estão fora da imposição heteronormativa e não ocultam sua sexualidade, arriscam-se a serem excluídos de uma instituição supostamente para todos/as (Butler, 1999). Pois, as ações educativas também excluem, discriminam, limitam e apartam os alunos trans quando não chamados por seus nomes sociais, levando alguns a abandonarem os estudos. As mulheres agredidas e assassinadas são números de uma estatística que não podem ser ignoradas.

Os relatos das vítimas reafirmam o quanto é urgente pesquisar sobre como essas dinâmicas se reproduzem em "[...] marcas da diferença inscritas e reinscritas por políticas e saberes legitimados" (Louro, 2007, p.22). Como esses discursos são construídos não permitindo alterá-los porque mantem a configuração socioeconômica dentro das estruturas de poder. "O diferente poderá ser temido ou amado, rechaçado ou desejado, submetidos à maneira como foram criados" (Seffner, 2014, p.94).

A inexistência de capacitação para mediar os conflitos, que por princípios ideológicos, políticos, religiosos impedem educadores despreparados e resistentes a debater sobre sexualidade. Miskolci (2010) afirma que ao impor à heterossexualidade a escola e aos/as estudantes que se revelam diferentes são tidos como corpos estranhos "[...] ensinados pela escola a silenciar, escondendo-se de todos". Negar haver práticas discriminatórias na educação porque esses temas não fazem parte do Currículo de Base

das escolas é repercutido pelo impedimento que a discussão em torno da sexualidade chegue à escola.

O silêncio e a omissão sobre a diversidade sexual podem ser entendidos como uma prática discriminatória que reafirma a heteronormatividade como comportamento hegemônico em detrimento às expressões sexuais não heterossexuais. Segundo Dinis (2009), o silêncio se apresenta como uma estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia? (Dinis, 2009, p.52).

Um aspecto necessário para ser destacado é a negação de que há homossexuais nas escolas e, não havendo, não é necessário incluir diferenças e gênero nas políticas públicas. Então é preciso questionar: falar e aprender sobre diversidade sexual é uma exclusividade somente de gays, lésbicas e transgêneros?

A compreensão de que a sexualidade é construída historicamente, culturalmente, e, é modificada, dependendo da conjuntura social que considera o sexo biológico como fator preponderante para determinar o agir de homens e mulheres. Cada grupo social foi construindo seus comportamentos, direitos e responsabilidades. Não é o sexo biológico que define ser/estar mulher ou ser/estar homem e sim as regras e costumes estipulados pelas sociedades. Estes costumes e regras, historicamente podem ser modificados, reconstruídos (Santos; Oliveira, 2010).

A naturalização das regras impõe aos que não fazem parte do sistema social, político e culturais a perda de sua autoestima, provoca problemas psicológicos e no pior dos casos, suicídios (Garcia, 2017). A educação quando desconstrói preconceitos permite a inclusão de diferentes sujeitos, mas essa tarefa não pode ser somente da escola.

As diversas funções do processo educacional devem ter prioridades para formular, implementar, executar e avaliar políticas inclusivas (Junqueira, 2009, p.16). Silva e Duarte (2021), afirmam que a escola é esse espaço de socialização, entretanto as pesquisas revelam uma correlação negativa entre esses ambientes e o desempenho escolar ao produzirem e alimentarem privilégios e discriminações que comprometem o rendimento escolar.

A hipótese levantada tem grande relevância social, é a constatação da quase inexistência de ações institucionais para enfrentar a violência de gênero contra LGBTQIAPN+. As pesquisas demonstram o quanto é relevante criar ferramentas para elaborar uma política pública de formação continuada para o enfrentamento desse processo de violência, que muito contribui para o abandono e o fracasso escolar.

A inexistência ou ineficácia das políticas públicas implementadas nas escolas para combater violência LGBTfóbica é amparada nos índices oficiais da violência. Para viabilizar essa hipótese foi realizada uma pesquisa bibliográfica cujo percurso metodológico se baseou em um referencial teórico de políticas educacionais, dados e estatísticas oficiais, leis, e autores que debatem o tema, além da análise das possibilidades de discussões para propor uma política de formação continuada para capacitar profissionais do ensino médio para combater a violência contra LGBTQIAPN+.

A metodologia utilizou a abordagem qualitativa para permitir maior imersão na essência do tema proposto e delimitados na pesquisa, considerando que em alguns casos não existem dados estatísticos referentes a esses grupos nas escolas públicas. Essa pesquisa bibliográfica auxiliou o pesquisador na contextualização do problema tendo como ferramenta fontes bibliográficas confiáveis, leitura seletiva e crítica, com função de selecionar as informações para a resolução do problema.

Um assunto tão atual e importante considerando o potencial da escola em contribuir com boas práticas inclusivas através de ações efetivas teve o apoio de relevantes teóricos que têm demonstrado a importância da escola não excluir o debate sobre sexualidade.

A pesquisa buscou apoio em diversos autores, dentre eles, Guacira Louro que destaca, a dificuldade de compreender as propriedades de fluidez e inconstância da sexualidade são justificadas pela centralidade que ela adquiriu nas sociedades modernas, dado que a referência mais segura sobre os indivíduos diz respeito a sua identidade de gênero e sexual; o temor se refere à incerteza e ameaça de dissolução desse padrão a favor de uma identidade não fixa. (Louro,2010).

O autor Luiz Carlos Junqueira, também embasou a pesquisa onde afirma que a falta de um diálogo acerca da diversidade sexual contribui para o silenciamento, invisibilidade e exclusão das pessoas que assumem padrões fora da matriz heterossexual, principalmente no ambiente escolar, reforçando valores heteronormativos (Junqueira, 2013).

O pensamento de Judith Butler alicerçou a pesquisa porque para ela, é imperativo heterossexual ao mesmo tempo em que possibilita certas identificações, impede ou nega outras, como é o caso da homossexualidade. Essa matriz excludente exige a produção de "seres abjetos", ou seja, "aqueles que ainda não são sujeitos, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito". O sentimento de identificação e desprezo exibido pelos meninos, ilustrado pelas trocas de olhares e comentários, são

formas de fazer emergir a norma heterossexual, ou seja, para que o padrão apareça e sobressaia é necessário apontar o que está fora deste padrão (Butler, 2010, p. 155);

Richard Miskolci é fundamental, ao analisar o aprendizado pelas diferenças, onde destaca as possibilidades e os desafios de uma educação não normalizadora: O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educa e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas, ou mais comumente, violentadas, passem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacionale transformador para ambos. (Miskolci, 2012, p. 51)**.**

Tomáz Tadeu Silva, ao afirmar que é preciso pensar que o ensino, de modo geral, e o currículo, em particular, são reflexos desse passado e das políticas e ideologias que o forjaram. As teorias tradicionais, por exemplo, embora amplamente criticadas, ainda se fazem, de certa forma, presentes nas escolas, principalmente pela sua própria rotina, pelas demandas cotidianas, que, consequentemente, não permitem que os professores tenham momentos de reflexão com seus alunos, que possam pensar que existem outras maneiras, como já apontavam as teorias críticas (Silva, 2001) demonstrou a relevância do seu pensamento para a pesquisa.

Paulo Freire (1996) ao defender os pressupostos teóricos da educação dialógica fundamenta a proposta da formação continuada inclusiva através do entendimento de que "A educação é diálogo entre homens que, sendo diferentes, têm uma coisa em comum: o mundo em que vivem e o mundo que são." O diálogo é uma necessidade existencial. É o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir dos próprios sujeitos pronunciados pelo mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um em outro sujeito, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos "permutantes." Uma relação horizontal entre adultos que se respeitam e se reconhecem como sujeitos do processo educativo.

A apresentação da dissertação foi estruturada a partir do capítulo 01 apresenta a introdução destacando a inquietação e a relevância do tema, o capítulo 02 retrata as bases teóricas e o capítulo de número 03 destaca a delimitação e a fundamentação do problema da pesquisa. O capítulo 04 trata dos objetivos e de o número 05 apresenta a metodologia que formula o desenho da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise.

O capítulo 6 apresenta os resultados em que destaca gênero, sexualidade e a geografia, as marcas históricas da homofobia, os caminhos e mudanças, a violação e a exclusão, os territórios vividos, o monitoramento, a continuidade, avaliação das políticas públicas, a LGBQIA+fobia e o bullying, a interseccionalidades e os marcadores sociais no mundo do trabalho, os limites e possibilidade dos processos educacionais, a ação educacional, novas tecnologias digitais.

O capítulo 7 levanta a discussão sobre desconstruir preconceitos, as expressões sociais de não aceitação das pessoas LGBTQIAPN+, as mídias digitais e os discursos homofóbicos, as práticas pedagógicas e os novos arranjos familiares, o contexto da violência estrutural e a evasão, abandono, o fracasso, as políticas públicas de formação continuada na educação.

No capítulo 8 apresenta a produção técnica: soluções educacionais para o enfrentamento da LGBTQFobia, o desenho de uma proposta de Política Pública, o e-book e sequência didática. As considerações finais são apresentadas no capítulo 9 e encerando a dissertação com as referências e anexos.

2 BASES TEÓRICAS

Sobre a história da sua sexualidade, Foucault respondeu, certa vez, que não pretendia escrever uma arqueologia das suas fantasias sexuais, mas expor sobre o que fazemos o que estamos obrigados fazer, o que está permitido fazer, o que está proibido fazer sobre a sexualidade, ou ainda aquilo que é obrigatório dizer sobre nosso comportamento sexual (Foucault, 1996, p.96).

A sexualidade é um fenômeno sociocultural evidenciado de diversas maneiras, influenciando o convívio social, para além do mero ato sexual, e o binarismo padronizado de machos e fêmeas, e que a sexualidade, e o ato sexual, só aconteceriam entre estes/estas (Oliveira et al., 2015, p.1766).

As formas e as instâncias onde aprendemos esse discurso da apropriação de uma linguagem que nos diz o que falar e silenciar, o que mostrar, esconder, quem pode falar e quem deve ser silenciado. Também podemos (e devemos) duvidar dessas verdades sobre os corpos. Possíveis formas costumam ser pensadas, consagradas ou marginalizadas, mas impulsionam a capacidade de desarranjar, reinventar e tornar a escola plural(Aurorabaeta, 2015).

A marginalização da sexualidade não heteronormativa provoca homofobia, misoginia, *bullying*, segregação, preconceito e discriminação despertando a LGBTfobia que é uma violência que afeta a existência, a sexualidades dos oprimidos pelo patriarcado, racismo e capacitismo. Segundo Campbell (2008), capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. Campbell (2008), aponta que ocapacitismo internalizado deflagra uma dificuldade social em interrogar-se pela diferençae resulta em perceber pessoas com deficiência como seres “menos humanos”.

Segundo Dias (2013), os elementos estruturantes do capacitismo são decorrentes do histórico de eugenia sofrido pelas pessoas com deficiência, das implicações da normatização e, de forma mais recente, da ofensiva do neoliberalismo. Está relacionado a uma compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano, que deflagra uma crença de que corpos desviantes serão consequentemente insuficientes, seja diminuindo seus direitos e mesmo o direito à vida em si, seja de maneira conceitual e estética, na realização de alguma tarefa específica, ou na determinação de que essas sejam pessoas naturalmente não saudáveis.

Compreender as pessoas LGBTQIAPN+ fortalece a importância do papel das entidades que representam os homossexuais e tem como prioridade esclarecer que essas pessoas não são doentes, mas, cidadãs (os) com direitos (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Pois, é toda a diversidade das culturas baseadas em identidade sexual e de gênero. Englobando todos que não se identificam como heterossexual ou cisgênero, não somente Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros (SWAIN, 2007). É um processo histórico de luta por acolhimento e respeito ao relacionamento homossexual e que a hierarquização das normas heteronormativas são classificadas como inferiores. O que impulsionou o movimento político para tornar prioridade na legislação à defesa da igualdade (Ferreira, 2013).

Magnus Hirschfeld (1868-1935) mobilizou para a legislação alemã não incriminar as/os que declaravam publicamente sua homossexualidade. Simões e Facchini (2009, p.40) destacam que inicialmente as manifestações foram para a descriminalização de homossexuais, abolir a punição da legislação na Alemanha e reforma sexual tiveram grande ressonância na Europa (Colling, 2018).

Toledo e Teixeira Filho (2011) destacam os entraves em relação às mulheres que se envolviam afetivamente e sexualmente com outras mulheres, as dificuldades para nominar seus relacionamentos diante do silêncio sobre o homoerotismo entre mulheres.

Os relacionamentos diferentes da norma que separa e classifica as relaçõesafetivas são tidos como anormais para os padrões estabelecidos pela sociedade. Rumens (2016), inicialmente essas ideias *queer* se referiam aos homossexuais como seres estranhos. O termo foi colocado como uma expressão afirmativa para aquelas/es que nãose reconhecem como LGBTQIAPN+, intersexos ou não se sentem representados.

Segundo Souza e Carrieri (2010), a teoria *queer* a princípio, indica desfazer atitudes tidas normais, como associação da cor azul para meninos. O movimento teórico *queer*, tanto o masculino engloba componentes do feminino quanto o feminino possui traços do masculino, mesmo que por via repressora (Miskolci, 2009).

Judith Butler, pioneira das ideias *queer*, refletiu sobre ser mulher e sua identidade sexual. O sentido pejorativo do termo *queer* foi utilizado para mudar esta experiência em ativo político, pensando para além de uma identidade estável e sujeitos prontos (Sampaio; Germano, 2014). Miskolci (2009), afirmou que a intenção era tirar o foco da sexualidade normatizada, apresentar uma análise na qual estas diferenças são normais.

As pesquisas têm demonstrado a ineficiência das ações de permanência dos estudantes pertencentes a grupos oprimidos. Nesse aspecto o país se apresenta dinâmico,

contraditório e historicamente omisso, não incentivando pautas e políticas LGBTQIA+. Por outro lado, o STF tem ganhado destaque no combate à violação dos direitos para além da cis heteronormatividade (Rios, 2011; Quinalha, 2018).

As ações pela educação são frutos de históricas lutas protagonizadas por estudantes, movimentos sociais diversos e por pesquisadoras (Oliveira, 2015). As reivindicações pelo direito ao Ensino Médio inclusivo até hoje não comportam as demandas especificas dos movimentos LGBTQIAPN+.

Os negros e negras LGBT são condenados ao mau atendimento na saúde, na educação e ao desemprego, ao subemprego, à humilhação pública, à criminalização e à violência que se traduzem hoje nos altos índices de agressões e assassinatos no Brasil (BRASIL, 2011, p.5).

As pessoas, seja qual for sua sexualidade, têm direito a escolhas. As garantias constitucionais ao direito a segurança deveriam assegurar a defesa aos LGBTI (Nações Unidas, 2013). O Grupo Gay da Bahia (GGB, 2021) divulgou que a cada 26 horas pessoas LGBTI são mortas, onde a violência projeta que a expectativa de vida dos transexuais no Brasil não ultrapassa os 35 anos e o país segue durante 13 anos consecutivos sendo o que mais mata a população LGBTQIAPN+.

Esses dados clamam por equidade, exigindo respostas às reivindicações que vem aumentando e provocando mudanças nas políticas econômicas, sociais, culturais educacionais do país (Dadesky, 2013). A Associação Brasileira de Gays, Lesbicas e Travestis (ABGLT,2016), afirma que os LGBT são aproximadamente 18 milhões, não incluindo os intersexos e assexuais. Esses números podem aumentar, pois existem os que escolhem uma vida heterossexual para não serem afastados pelas pessoas de sua convivência (Simões; Facchini, 2009).

Na escola, na família ou no trabalho, os mais atingidos são os que precisam passar pelo processo de transição e conviver com a crise de identidade, frequentemente incompreendidos, resistem à própria aceitação (Dadesky, 2013). As falas inclusivas e de empoderamento dos/as LGBTQIAPN+ precisam ser fortalecidas, pois as identidades não são dadas ou acabadas, pois são construídas, não sendo possível fixar o momento que a identidade será "assentada" ou estabelecida (Louro, 1997, p.22 apud. Cordeiro, 2017).

2.1 Algumas Definições Essenciais

Para definir a LGBTfobia, é necessário destacar aspectos da pluralidade de identidades, expressão e o papel de gênero apresentados de forma conceitual e objetiva. Ao classificar os sujeitos em divisões, atribuindo rótulos que distinguem com discriminações, como afirma, Silva (1998), a sociedade destaca os subordinados que contestam a hegemonia das identidades tidas como normais. A escola, não é um campo homogêneo, no qual os saberes se encontram, eles são pré-determinados ou são indiscutíveis ou lugar de campo neutro. São atravessados por diversas relações de poder cujo campo educacional é constituído a partir de tensões político-sociais, nas quais diferentes projetos, práticas e discursos estão em constante movimento de aproximação, distanciamento e/ou atravessamento.

Nesse sentido, Foucault (2004; 2013), aponta a relação existente entre poder e saber, discutindo os modos como, histórica e socialmente, determinados critérios estruturantes do saber foram estabelecidos como válidos. Ao tornar a escola um ambiente educativo que problematiza, democratiza, transforma, é libertário, emancipatório, atua com as diferenças/diversidades, além de um direito, é um fator de estímulo e enriquecimento. A diferença possibilita oportunidades de aprendizado e de crescimento, constituindo-se um importante recurso pedagógico.

A promoção do direito à diferença e a promoção do reconhecimento da diversidade instigam e inquietam se percebidas em processos dialógicos, podem se revelar pedagógicas. Elas podem proporcionar novas possibilidades de encontros, formasde (re) conhecimento e oportunidades para problematizar nossos valores, significados, certezas, representações, limites, silêncios acerca de nós mesmos, do outro e do mundo.

A LGBTfobia representa a hostilidade geral, psicológica e social contra aqueles(as) que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos do mesmo sexo e gênero. Ainda exige muita exploração teórica, problematização conceitual e, possivelmente, uma ressignificação política. Ainda é essencial esclarecer sobre a LGBTfobia é promover uma fissura na hegemonia da heteronormatividade buscando fortalecer o respeito às diferenças.

A sigla LGBTQIAPN+ não reúne apenas letras que aumentam de maneira aleatória. Ela representa os que precisam ser ouvidos e são marcados por um histórico que corresponde aos anseios de grupos estigmatizados e que lutam por seus direitos à cidadania. A sigla ao longo dos anos em contextos e circunstâncias diversas apresentou

algumas das suas variações ou uma versão mais completa e comumente usada, de LGBTQIAPN+. Ao mesmo tempo em que algumas pessoas aos poucos vão se familiarizando e conhecendo esta sigla e os conceitos nela inseridos, para outras ainda pode ser algo ainda confuso ou desconhecido.

A principal intenção da sigla é unir todas as pessoas que fazem parte da comunidade e fazer com que elas se sintam representadas e reconhecidas. Antes a comumente usada sigla GLS se referia a gays, lésbicas e simpatizantes e foi criada em 1994. Deixou de ser utilizada porque os simpatizantes poderiam ser qualquer pessoa, desde que se identificasse como bissexual, por exemplo, até alguém que fosse heterossexual, mas apoiasse a causa. Isso tirava, em alguns aspectos, o protagonismo de algumas pessoas da comunidade.

A sigla usada passou a ser GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), posteriormente LGBTI e com o tempo, mais aspectos relacionados ao respeito de gênero e orientação sexual foram descobertos, chegando-se à sigla LGBTQIAPN+. A sigla é dividida em duas partes. A primeira, LGB, diz respeito à orientação sexual do indivíduo. A segunda, TQIAPN+, diz mais respeito à diversidade do sexo, do corpo, do que ao gênero. As pessoas intersexo possuem duas genitálias e hormônios femininos e masculinos simultaneamente. Já a pessoa Assexual está mais ligada à orientação sexual (não sentir atração ou desejo) do que ao gênero propriamente dito. A ampliação e divisão das siglas são percebidas no desenvolvimento da pesquisa e na abordagem que os artigos fazem sobre representatividade e sexualidade.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica buscou facilitar a compreensão desta sigla, percebendo os conceitos inseridos, bem como buscou compreender também a importância da sigla e o que ela representa. Pois para quem vive dentro da padronização a aceitação é algo supostamente fácil, posto que não precisará brigar com o mundo e consigo mesmo para existir. Para os diferentes, o sofrimento, de não poder ser quem são o horror de não ser compreendido, não deve ser ignorado, simplesmente por ser diferente. Essas atitudes cotidianas de docentes, como a recusa em chamar travesti pelo seu nome social incentiva atitudes hostis à diferença e estimula a desumanização, a segregação, a estigmatização e a exclusão no ambiente escolar.

A LGBTfobia é estrutural, onde o patriarcado através de atos desqualifica os que se mostram fora do arquétipo CIS normativo. Questionando suas competências devido à orientação sexual, identidade de gênero, que são inatas as pessoas, assim como a heterossexualidade ou cisgênero. Faz-se necessário acúmulo de vivências em diversos

espaços sociais para compreender o significado de alguns conceitos tão entranhados nas diversas representações presentes em nosso cotidiano.

Discutir esses conceitos na formação continuada, segundo a professora Mendonça (2017), é essencial para que se desconstruam as resistências em abordar a diversidade sexual e as diferenças, bem como as desigualdades persistentes e estruturais que são, sim, produtoras das violências. Essas representações constituem um amplo processo de elaboração de significados que atravessam diversos discursos. Tomaz Tadeu da Silva (20000, p. 200), aponta que os significados não são criados e colocados em circulação de forma individual e desinteressada, eles são produzidos e disseminados através das relações sociais de poder. Portanto, representar implica em conceituar aquilo que a realidade cultural, em determinado momento histórico, fórmula os conhecimentos e verdades do que se quer representar.

A professora Mendonça (2017) afirma que é fundamental que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades persistentes e estruturais que são, sim, produtoras de violências e na escola causam a exclusão e o abandono escolar. Essas resistências e inquietações são facilmente constatadas na formação inicial ou continuadas de docentes, em palestras, seminários ou congressos, onde a expectativa é aprender estratégias para responder as perguntas sempre giram em torno do como proceder para resolver os conflitos provocados pela violência contra LGBTQIAPN+? Quais as estratégias para desenvolver esses temas, quais as dinâmicas que devem ser utilizadas? Como lidar as resistências que muitas famílias demonstram quando o tema da sexualidade é trabalhado na escola?

As perguntas formuladas são uma tentativa de resolver as questões imediatas que surgem no dia a dia da sala de aula e na escola. Mesmo diante desse cenário é importante promover discussões em torno da sexualidade de forma ampla, aprofundada e sistemática, pois alguns temas são fundamentais para compreender comportamentos, no âmbito das sexualidades, as relações de gênero construídas historicamente, culturalmente e socialmente.

É importante entender a construção das identidades de gênero em determinadas culturas, bem como problematizar em torno das identidades sexuais, da heteronormatividade e os desdobramentos que provocam a homofobia, a misoginia, o preconceito e a discriminação.

A homofobia pode ser caracterizada como a aversão aos homossexuais e a misoginia refere-se às manifestações de ódio ou desprezo a todo e qualquer

comportamento que possa parecer feminino (Bloch, 2005). Para enfrentar as agressões contra as pessoas LGBTQIAPN+, as políticas de formação continuada na educação são necessárias para implementar ações que consolidem o entendimento de alguns conceitos sobre sexualidade e que fazem parte do cotidiano da ação educativa.

Segundo a OMS (1975), a Sexualidade é parte integrante de cada pessoa e se refere às construções culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais, emocionais e corporais, que compreendem o desejo, o afeto, a reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. É um fenômeno sociocultural expressado de formas diferentes de pessoa para pessoa, tem influência do convívio social, ultrapassando o mero ato sexual e o binarismo imposto pela sociedade, onde só existem machos e fêmeas, e que a sexualidade e o ato sexual deveriam ocorrer entre estes/estas (Oliveira et al., 2015, p. 1766).

A vivência da sexualidade é própria do ser humano e constitui uma dimensão da liberdade humana (OMS, 1975). É carregada de valores morais, determinados e determinantes do comportamento, usos e costumes sociais (BRASIL, 2018). É determinante para a diversidade Sexual e de gênero a inclusão de toda diversidade de sexos, orientações sexuais e identidades de gênero. Não se refere somente às práticas sexuais, mas a todos os elementos que compõem a sexualidade humana.

A compreensão das formas de viver, de expressar a sexualidade e entender essas definições de sexualidade e gênero significa perceber que a sexualidade é bem mais do que sexo (no sentido de reprodução). Abordar a diversidade sexual na escola significa ir para além da discussão da homossexualidade ou da transgressão de gênero. Afinal, discutir gênero não significa apenas "discutir mulher.” Essa discussão fortalece a mobilização da comunidade para a transformação da escola num espaço de debate sobre relações de poder, gênero e sexualidade (Bortolini, 2010).

Infelizmente parte das sociedades atuais rejeita a natureza diversa da sexualidade de nossa espécie. Elas não só rejeitam como estabelecem também um padrão de normalidade e punem quem não obedece a ele. Foi assim, tentando padronizar artificialmente o que por natureza é amplo e diverso, que essas sociedades construíram uma triste história de intolerância, preconceito e violência, não estamos falando apenas contra quem não se enquadra no padrão, mas contra a própria espécie humana. É preciso reconhecer que, apesar da semelhança biológica, a vida social é diferente uma da outra, assim como as famílias, a turma da escola, os (as) amigos (as), vinhos (as), crenças religiosas, ou ainda todas as questões sociais e culturais de um país inteiro.

A complexidade dos costumes, línguas, culturas, etnias e a própria diversidade de vivências são o primeiro passo para entender a diversidade sexual. É fundamental entender a diversidade sexual não somente como práticas sexuais, mas como aspectos que compõem a sexualidade humana, de forma ampla, ou seja, são as vivências sexuais ou não, práticas habituais que aprendemos e incorporamos nossos desejos e afetos, comportamentos e maneiras como vemos a nós mesmos e nós mostramos para os outros.

São as múltiplas formas de expressão da sexualidade e da identidade de gênero e por isso, devemos distinguir os conceitos de: sexualidade, sexo biológico, orientação sexual, expressão de gênero e identidade de gênero. A sexualidade humana é formada por uma múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. O sexo é diferente de gênero. O sexo é uma condição biológica natural, diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer. A pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual (Brasil, 2009). Sexo é biológico, gênero é social.

Quando falamos de Sexo Biológico nos referimos a um conjunto de informações dos cromossomos, órgãos genitais, composição hormonal, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que infere que a pessoa pode nascer macho, fêmea ou intersexual. Pois, há também pessoas que nascem com uma combinação diferente dos fatores mencionados anteriormente e que podem apresentar características de ambos os sexos, o que dificultam a identificação do indivíduo como totalmente feminino ou masculino, essas pessoas são chamadas de Intersexos (Brasil, 2009).

Toda essa diversidade desperta julgamentos baseados em normas padronizadas destinadas aos que estão fora dessas regras e têm se apresentado nas vivências dos que sofrem agressões em função de sua sexualidade, dentre eles, destacam-se: o preconceito, que é um pré-julgamento que fazemos sobre uma pessoa sem conhecê-la, diante de alguma característica que esta possua. É uma ideia preconcebida que temos sobre alguém, a partir de rótulos atribuídos pela sociedade. Existe muito preconceito contra a população LGBTQIAPN+, que surge dos “mitos” construídos culturalmente a respeito da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade e da travestilidade, entre outros. (Elias e Scotson, 2000).

É possível dizer que o preconceito é juízo formulado de forma antecipada, sem o devido conhecimento daquilo que se está julgando. Uma atitude ancorada em estereótipos ou generalizações distorcidas amparada nos valores, ideologias, interesses ou crenças de um determinado grupo social que resulta, muitas vezes, em atos de discriminação, transmitido culturalmente por influência do meio social onde o preconceito é aceito ou

mesmo estimulado, de forma que interferem nos modos de pensar e agir, provocando atos de intolerância contra pessoas ou grupos sociais.

Existem vários tipos de preconceito que existem na nossa sociedade, entre os mais comuns, por exemplo, estão aqueles contra a condição social, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, raça, que fazem as pessoas serem discriminadas. A discriminação é um comportamento de raiz preconceituosa com algo ou alguém (Jesus, 2012). Segundo Jesus (2012), este preconceito designa as distinções feitas na vida social em detrimento de certos grupos, que são julgadas inaceitáveis pela maioria, porque violam as normas sociais ou princípios determinados pela sociedade. Atitudes diferenciadas e negativas que pode ser contra pessoas ou ideias dentre outras.

As pessoas LGBTQIAPN+ sofrem ataques verbais e físicos e em muitos casos são impedidas de manifestar afeto em público e muitas são assassinadas, por terem atração afetiva e/ ou sexualmente pelo mesmo sexo/gênero que o seu ou por terem identidade de gênero que não condiz com seu sexo biológico. Essa diferença, explica Guacira Lopes Louro (2008, p. 22):

> [...] ela se justifica quando construída em uma relação. A diferença não pré-existe nos corpos dos sujeitos para ser validada, é conferida quando nos envolvemos com as pessoas (ou esse corpo ou essa prática) que se torna referência. É nomeada de um determinado lugar que se coloca como lugar de referência e permite que diferentes condições, características culturais e individuais, tais como orientação sexual ou identidade de gênero, sejam respeitadas igualmente perante a lei. LGBTQIAPN+ estão nas mais diferentes classes sociais e têm modos de vida diversos.

Essas diferenças provocam situações de vulnerabilidade e através de políticas públicas afirmativas é possível combater a exclusão histórica no sentido do enfrentamento à homofobia e à transfobia, além da promoção da cidadania. No entanto, uma primeira perspectiva comum na escola é a que nega a diferença. São vários os trabalhos e pesquisas que apontam o quanto educadores e educadoras invisibilizam as diferenças sexuais e de gênero na escola (Castro, 2004). Falas como: "*o professor quer o conteúdo do aluno e pronto [...] para o professor, o aluno não tem sexo*".

Essa percepção para Candau (2007) reflete que "*[...] o problema não é afirmar um polo e negar o outro, mas sim termos uma visão integradora, sem silenciar seus aspectos conflitivos, da relação entre igualdade e diferença*". As pessoas em situações de vulnerabilidade em função do preconceito e da discriminação são excluídas do

convívio na comunidade. Essa discriminação sofrida nas escolas provoca o abandono dos estudos, dificuldade ou impedimento do acesso ao mercado de trabalho.

Outro grave problema provocado pela negação da diversidade sexual é a homofobia que segundo Borrillo (2010), é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares, na hora da chamada, nas brincadeiras, aparentemente inofensivas em alguns momentos é utilizada como instrumento didático. Estão nos bilhetinhos, carteiras, quadras, promove muitas brigas no intervalo e no final das aulas. Estão nas rotinas de ameaças, chacotas, humilhações e outras formas, mas ela pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio como foi o caso na Alemanha Nazista.

A homofobia faz parte de nossas rotinas, sendo consentida e ensinada, perpassada pelas concepções curriculares, relações pedagógicas e até no livro didático. Ela prejudica a formação das pessoas, afeta a todos, heterossexuais ou não, contribui para o fracasso escolar, interfere na escolha das carreiras profissionais, dificulta a demonstração de afeto, por exemplo, na forma como desempenha o papel de pai e como educa os/as filhos/as. No ambiente educacional as relações entre estudantes e profissionais da educação sofrem intervenções e produz intimidação, insegurança, estigmatização, segregação, isolamento e além de provocar o desinteresse pela escola provocando o abandono escolar, gerando distorção idade-série e evasão, prejudicando o processo de inserção no mercado de trabalho e promovendo invisibilidade ou uma visibilidade distorcida.

É urgente eliminar a homofobia do cotidiano escolar, pois as estruturas homofóbicas são construções sociais e históricas que podem ser objeto de problematização, portanto é necessário reconhecer nossas limitações e preconceitos, implementando mudanças significativas na educação enquanto elemento essencial desse processo. É preciso entender a escola como um espaço de reprodução social, um espaço de construção e transmissão de saberes, valores e preconceitos, um espaço onde fabricamos sujeitos e produzimos identidades, em geral, a partir da perspectiva heteronormativa. Nesse sentido, para que a escola possa fazer parte da solução será necessário reconhecer que ela faz parte do problema.

A tendência da escola nesse terreno é evitar ou relegar as discussões sobre sexualidade e diversidade sexual e de gênero para a esfera da saúde, pois, com frequência, na escola é reiterado um discurso repressivo, centrado no medo, naturalização da heterossexualidade, na heterossexualização compulsória provocando uma espécie de educação sexual voltada para conter supostas ameaças à família, um discurso de proteção

criando vulnerabilidade, no qual a ignorância circula na forma de conhecimento. Um discurso normativo que marginaliza e estigmatiza, que precisa ser criticado e desestabilizado onde as discussões sobre diversidade sexual precisam acontecer na perspectiva da inclusão social, do reconhecimento, da emancipação e da democratização do conhecimento e dos direitos humanos.

A estigmatização que tem provocado a misoginia, uma violência que tem causado prejuízo e sobrevive ao tempo muito antes de ter nome. Quando se inventou a roda, a misoginia já estava "dando quatro piruetas no ar", como declara a jornalista argentina Marisa Avigliano (2010). Compreende diversos instrumentos que controlam e regulamentam a vida social das mulheres através de regras, valores e punições. Chauí (1997, apud. Silva, 2003), afirma que as sociedades construíram um estereótipo relacionado ao sexo feminino que são as bases do preconceito e da discriminação.

A autora explica que o estereótipo incorpora diversos tipos de crenças, diferentes saberes e valores. Essas atitudes tidas como naturais acabam sendo transmitidas de geração em geração sem que sejam questionadas. Essas condições levam o grupo social a legitimar tais papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais. Mas ainda assim, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo, legitimando qualquer coisa, inclusive a violência física ou sexual Chauí (2003).

Silva (2010) afirma que a violência contra a mulher está no mascaramento de costumes e em nossa linguagem cotidiana no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem. Está presente nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade. Também está situado na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos de estereótipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual. (Silva 2010, p.560).

Gênero é outro aspecto fundamental da diversidade que compõe a dimensão humana que se refere a tudo aquilo que foi definido por nossa sociedade como papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. Gênero

é construído historicamente, culturalmente e é modificado, alterado, dependendo do tempo e da conjuntura social em que se está vivendo (Santos; Oliveira, 2010).

Através do sexo biológico, um fator preponderante, a sociedade foi determinando o agir de homens e mulheres. Cada grupo social foi construindo seus comportamentos, direitos, responsabilidades de homens e mulheres. Portanto, não é o sexo biológico o responsável pelo ser/estar mulher ou ser/estar homem na sociedade, e sim as regras e costumes estipulados pelas pessoas. Por serem históricos, estes costumes e regras podem ser modificadas e reconstruídas. (Santos; Oliveira, 2010).

Um ponto importante a ser compreendido é a identidade de Gênero, é outro ponto que precisa ser compreendido, pois, ela indica o gênero ao qual uma pessoa se identifica independentemente de seu sexo biológico. Algumas pessoas se identificam com o sexo biológico (cisgêneras), outras com outro gênero masculino, feminino, ambos ou mesmo nenhum dos gêneros socialmente construídos e reconhecidos (transgêneros). Sobre essas identidades, Louro (1997, p.28) afirma:

> [...] estão continuamente se construindo e transformando as suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, onde sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas formas de ser e de estar no mundo". Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe.

É a forma como o indivíduo se compreende dentro dos parâmetros binários ou não, podendo ser no masculino, feminino, ambas as representações ou nenhum dos dois gêneros. A identidade de gênero não está relacionada com orientação sexual, por exemplo, uma mulher transgênero (nasceu com sexo biológico masculino e se identifica como mulher) pode ser homossexual, bissexual, heterossexual, assexual.

A pessoa cisgênero é aquela cuja identidade de gênero é compatível com a identidade associada ao seu sexo biológico e/ou designação social (Brasil, 2018). Uma pessoa que nasceu com um pênis, por exemplo, foi designado como homem e sereconhece como homem; nasceu com vagina foi designada como mulher, e se reconhece como mulher. Assim existe uma concordância entre a identidade de gênero, o sexo

biológico e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo. É a pessoa que tem compatibilidade entre sexo biológico e a Identidade de Gênero.

Alguns termos ao longo dos tempos foram sendo utilizados para designar pessoas que não se enquadravam dentro dos comportamentos sexuais padronizados na sociedade. O termo Queer é um exemplo, uma palavra que significava "estranho", "fora do normal" e foi usada de forma pejorativa para designar pessoas LGBTQIAPN+, ganhou notoriedade com a Teoria *queer*, de Judith Butler. Hoje, é usada como um "guarda-chuva" para todos os gêneros que não estão inclusos na sigla, inclusive heterossexuais na padronização. É considerado um símbolo da não conformação a estereótipos de sexo, gênero e orientação sexual.

Outra designação bastante estigmatizada é a pessoa Travesti. Não se identifica com o sexo de nascimento. Pode ou não buscar adequações a sua essência. Tem recebido uma ressignificação positiva diante das militâncias. Pessoa que nasce com genitais masculinos, mas assume papéis de gênero diferentes. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBTQIA+ em 2008).

As travestis "vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero" (Jesus, 2012, p.16). Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti não se resume ao uso da vestimenta do gênero oposto ao designado no nascimento, à modificação corporal ou meramente à expressão de gênero feminina. É o reconhecimento de outro corpo possível, legítimo, para além do que está normatizado. É a constituição de uma identidade social e política (Benedetti, 2020).

Outra identidade de gênero diferente do sexo biológico é a pessoa Transexual (BRASIL 2018). Homens e mulheres transexuais podem manifestar a necessidade de realizar modificações corporais, inclusive cirurgias genitais de redesignação sexual à sua identidade de gênero. Entretanto, nem todas as pessoas transexuais manifestam esse tipo de necessidade. A transexualidade é questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, não é uma escolha, nem é um capricho (JESUS,2012).

A expressão Transgênero descreve pessoas que transitam entre os gêneros, ou seja, que se identifica com um gênero diferente daquele que corresponde ao seu sexo atribuído no momento do nascimento (BRASIL, 2018). Comportam-se ou têm papel social, diverso do convencionado para seu gênero de nascimento (JESUS, 2012). É um

conceito que engloba travestis, transexuais. Vivenciam as suas expressões de gêneros de maneira não convencional. Alguns transexuais podem manifestar a necessidade de realizar modificações corporais por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirúrgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos (inclusive genitais, cirurgia de redesignação sexual) à sua identidade de gênero. Nem todos transexuais manifestam esse tipo de necessidade.

Um elemento importante ao abordar a sexualidade é a orientação Sexual. Rios e Piovezan (2010) entendem que existe, entre os antropólogos, um consenso de que a orientação sexual se refere a uma conduta ou atração emocional, afetiva ou sexual do indivíduo. Essa conduta ou atração pode ser dirigida a alguém do mesmo sexo; de sexo oposto, ou pelos dois sexos. A orientação sexual pode ser dividida em quatro grupos principais: Heterossexual, Homossexual, Bissexual e Assexual.

É fundamental ressaltar que não mais se utiliza a expressão "opção sexual" por não se tratar de uma escolha. Também não se utiliza a expressão homossexualismo, pois, neste caso, o sufixo ismo denota doença. A homossexualidade não é considerada como patologia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1990, quando modificou a Classificação Internacional de Doenças (CID), declarando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão.

A orientação sexual pode ser dividida em quatro grupos principais: Heterossexual que é a orientação sexual caracterizada pela atração afetiva, sexual ou emocional entre pessoas de sexos opostos (Brasil, 2009). Homossexual é a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero. O termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas – lésbicas, ou homossexuais masculinos – gays (Brasil, 2009); Bissexual é uma orientação sexual; bissexuais são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais).

O termo "bi" é utilizado para se referir a pessoas bissexuais (Brasil, 2009); A pessoa Assexual não sente nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo sexo/ /gênero igual (Reis, 2018, p. 21). Pessoas cisgêneros e trans binários também podem ser assexuais (Brasil, 2009). A pessoa Pansexual sente atração sexual por todos os gêneros e sexos. É mais que um bissexual, pois muitos não se consideram não binário homem/mulher (Brasil, 2018). Significa que as pessoas pansexuais podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou sexo biológico.

A sexualidade apresenta outras orientações sexuais, dentre elas, a pessoa Intersexual que nasceu fisicamente entre (inter) o sexo masculino e o feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. Popularmente era conhecido como hermafrodita. (...) Os sujeitos intersexuais, que não são poucos, são os mais invisíveis de todas as categorias sexuais. “Provavelmente porque é a que mais desafia o binarismo sexual.” (Do livro Intersexo, p. 39 e 47, ed. RT, 2018); a pessoa Agênero que não se identifica com nenhum gênero. A pessoa se considera "sem gênero" (Brasil, 2018).

As pessoas de Gênero Binário apresentam a forma mais comum de se determinar o gênero. É exclusivamente homem ou exclusivamente mulher, é uma segmentação binária, geralmente oposta e distinta. (Mattos, 2019); Aquelas que se reconhecem de Gênero Não Binário é quando uma pessoa não se identifica nem com o gênero feminino, nem com o masculino. Podendo se identificar com algo entre esses dois gêneros ou algo totalmente diferente de ambos (Mattos, 2019).

Jesus (2012), também, ressalta que em termos de gênero, todos os seres humanos podem se enquadrar, mesmo com todas as limitações comuns a qualquer classificação, como transgênero ou “cisgênero”.

Algumas pessoas não-binárias podem sentir que seu gênero está "em algum lugar entre homem e mulher e segundo a Glaad (Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação, na sigla em inglês até podem definir seu gênero de maneira totalmente diferente e distante destes dois polos. Não é, necessariamente, sinônimo de transgênero ou transexual. Uma pessoa não-binária também pode se apresentar como "genderqueer" ou afirmar que tem identidade de gênero "não-conformista".

2.2 A Expressão ou Papel de gênero:

É cultural e se manifesta naturalmente por alguém, para expressar de maneira socioespacial seu gênero através da indumentária, acessórios, fenótipo, gesticulação, comportamentos, expressão vocal, dentre outros.

As definições podem esclarecer sobre a LGBTfobia e promover uma fissura na hegemonia da heteronormatividade buscando fortalecer o respeito as diferenças. Pois, a LGBTfobia é estrutural onde o patriarcado através de atos, desqualifica os que se mostram fora do arquétipo *cis* normativo. Questionando suas competências devido à orientação

sexual, identidade de gênero, que são inatas as pessoas, assim como a heterossexualidade ou cisgênero.

> Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre (Freire, 1996).

2.3 Delimitação do problema de pesquisa

Ao debater atos violentos e questionar a que espaços geográficos as pessoas de sexualidade diferente da heteronormativa pertencem, o vídeo “Transexuais e trabalho”, apresentado pela assistente social e ativista Renata Peron no canal de Drauzio Varella, inicia perguntando: Você tem colegas trans no escritório? Prossegue, apresentando dados assustadores de atos criminosos de ódio no Brasil dirigidos contra as/os LGBTQIAPN+.

O vídeo expõe a raiz do preconceito, onde a equipe da Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional (SBIE), destaca que muitas pessoas ainda acham que a união homossexual é uma anormalidade. A repressão sexual, o fanatismo religioso, o machismo têm demonstrado que todo preconceito é aprendido em casa, na escola, na mídia ou na igreja.

É preciso mudar essa compreensão, pois quando acontecem mudanças no currículo, provocam insegurança e resistência. O argumento para não aceitar as mudanças está na ausência de capacitação que prepare para essas transformações. A escola, sempre repercutiu comportamentos padronizados através do currículo, linguagem e relações sociais. Ela percebeu a influência da internet nas grandes transformações e novos desafios.

A escola já não é mais o único espaço de conhecimento, com a internet foi criado formas de acessá-lo, trazendo o mundo exterior para dentro da escola. A realidade atual exige nova formação docente, que mobilize novos espaços de aprendizagem onde as diferenças e contradições se encontram, e alternativas de aprendizagem ampliem a percepção dos conflitos gerados por desigualdades, diversidades e diferenças expressadas através das discriminações dentro da escola.

A violência de gênero contra LGBTQIAPN+ têm prejudicado o desempenho escolar, pois com a internet, em segundos essa violência se espalha nas mídias sociais, onde alunos (as), professoras (res) e demais profissionais são vítimas de intolerância, seja ela religiosa, sexual, econômica e racial.

Através do *bullying* e *cyberbullying*, a violência física, psicológica e verbal provoca a homofobia e a misoginia nas escolas. Não é possível ocultar ou conviver com ela e manter a invisibilidade porque esta agrava a situação de vulnerabilidade, medo e falta de acolhimento.

É preciso refletir a respeito de quem produz e como são produzidos e propagados os discursos de ódio homofóbicos em mídias digitais. A definição de ódio é um ponto de

debate ainda em disputa, visto que ele não pode ser caracterizado como algo fixo em um tempo ou em um sujeito/grupo (AHMED, 2004), mas como algo definido no encontro entre sujeitos e grupos com sua formação intelectual e cultural individual.

A análise de Miskolci (2007) sobre o casamento gay pode ser incorporada para auxiliar nos questionamentos sobre novas formas de relacionamento e como elas são negociadas e podem ser controladas pela sociedade. Noções sobre gênero e sexualidade abordadas por Scott (1995) e Butler (2003), assim como a discussão de Borrillo (2010) sobre os diferentes tipos e origens da homofobia que foram essenciais para a construção de uma base teórica e de discussão neste trabalho.

As discussões sobre educação propostas por Junqueira (2009) colaboram no questionamento sobre discursos contrários ao projeto Escola sem Homofobia, também presentes em campos considerados progressistas. Prandi e Santos (2017) questionam sobre as diferenças de opinião entre evangélicos pentecostais e não-pentecostais, políticos ou não, em pautas econômicas e morais.

As discussões sobre ideologia de gênero provocaram conflitos nas pautas de gênero e sexualidade nos debates legislativos sobre os Planos de Educação (BORGES, 2018). Os estudos de Ahmed (2004) e de Scott (2005) contribuíram nos questionamentos sobre as diferenças individuais e grupais. Esses discursos são usados para questionar os direitos (SIMÕES, FACCHINI, 2009) e ajudam a questionar sobre as bases e intenções que se manifestam através do discurso de ódio.

O currículo é um instrumento de força e de coalisão, está sempre cheio de ordenamentos, de linhas fixas, de corpos organizados, de identidades majoritárias. No entanto *"[...] está sempre cheio de possibilidades de rompimento das linhas do ser; de contágios que podem nascer e se mover por caminhos insuspeitos"* (PARAÍSO, 2008, p.278).

Compreender como foram pensadas as orientações curriculares para atender e acolher as diferenças onde não só o aprendizado seja garantido, mas também, a visibilidade, o respeito, a segurança nos espaços ocupados por este grupo tão fragilizado socialmente. Esta é uma preocupação de Freire quando destaca como a educação pode empoderar ou privar direitos.

No livro Pedagogia do Oprimido é possível discutir a interseccionalidade, pois afinal, quem são os oprimidos? Na perspectiva freiriana, os oprimidos são todos aqueles que vivenciam de diversas formas a violenta vocação de ser menos, como distorção do ser mais (FREIRE, 2013, p.41). Os oprimidos contemporâneos são mulheres, negras,

negros, sem-teto, sem-terra, pobres, povos originários, minorias sexuais e religiosas, gordas, entre outros. (COLLINS; BILGE, 2020, p.303).

Fogaça (2011) afirma que o currículo deve acompanhar as transformações provocadas pela globalização, pois não é estático. Tem influência social, cultural e econômica com grandes mudanças no mundo contemporâneo. São introduzidas nos espaços geográficos, gerando conflitos, aparentes ou não e ao mesmo tempo são (re) construídos.

As práticas discursivas devem orientar para as diferenças, o reconhecimento pautando o respeito entre os que estão nesse espaço, as quais devem priorizar o reconhecimento do outro como agente e sujeito de uma prática pedagógica transformadora (Vencato, 2014, p. 19). Os destinos sociopolíticos não devem ser traçados com base no capacitismo, na xenofobia, no racismo ou na discriminação que naturalizam o isolamento.

Políticas educacionais também são territórios em disputas para os LGBTQIAPN+. Os dados da pesquisa "Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam? (Abramovay et al., 2015, p.94) mostram que 19,3% dos alunos de estabelecimento público de ensino preferem não conviver com colega homossexual, transexual, transgênero ou travesti para dividir o espaço com grupos identitários discordantes.

Essa reprodução social fortalece as territorialidades dos que são rejeitados. Silva, Ornat & Chimin Júnior (2013), compreendem por territorialidades, ambientes sociais públicos e/ou privados que são imbuídos de masculinidade tóxica. Para Moura (2019): a masculinidade tóxica é uma coleção de normas, crenças e comportamentos prejudiciais às mulheres, homens, crianças, pois apresentam caráter agressivo, competitivo, homofóbico, sexista e misógino (Moura, 2019, p.127). Esses ambientes tóxicos desfavorecem o rendimento escolar.

2.4 Fundamentação do problema: não são apenas dados, é ausência institucional.

Ao pesquisar políticas públicas se constata a precariedade como são implementadas as informações oficiais sobre os ataques homofóbicos, misóginos, violência doméstica continuam e as vítimas abandonam os estudos. Alguns são assassinados, outros se prostituem ou vivem de subempregos. A formação continuada enquanto política pública incentiva à compreensão a aceitação e o respeito às diferenças.

Tomaz Tadeu, afirma que o texto que constitui o currículo não é simplesmente um texto: é um texto de poder (Silva, 2000, p.67).

O currículo é um instrumento de escolhas, nele o conhecimento é separado e essas divisões refletem e estabelecem o que deve e não deve ser ensinado. Para Freire (2013), um dos grandes pecados da escola é desconsiderar tudo com que a criança chega a ela, decretando que antes dela não há nada. Destacando na pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa. Reafirmando que não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças, que nos afirmaremos.

Na rede pública de ensino não existe informações sobre os conflitos gerados pelas diferenças, posto que não há registros que forneçam fontes para coletar dados que alertem para a relevância do problema. A ocultação desses dados impede a mensuração do tamanho da exclusão escolar, provocados pela violência, não só reproduzindo o que acontece na sociedade, como, as produzindo.

Um estudo de caso com alunos do Amapá, meninos e meninas, de 13 a 17 anos, das redes pública e privada, aponta que 18,2% declararam terem sofrido violência sexual em algum momento da vida: foram tocadas, manipuladas ou beijadas contra a própria vontade, ou tiveram partes do corpo expostas sem autorização. Esta participação é ainda mais alarmante quando somente o universo de alunas é avaliado, no qual 23,9% relatam abuso sexual.

A conclusão é da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2019), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio de amostragem populacional, o órgão distribuiu questionários aos jovens do 7º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, com garantia de anonimato nasrespostas. Os números do Amapá estão superiores à média nacional que é de 14,6% paratodos os estudantes e 20,1% entre as mulheres.

Além do abuso, o Amapá também está no topo do *ranking* em outro indicador de violência sexual: o estupro. A PeNSE mostra que 9,7% dos estudantes de 13 a 17 anos tiveram uma relação sexual forçada, sendo este indicador ainda maior para o grupo somente entre as meninas (13,4%).Os adolescentes responderam ainda que a maior parte dos agressores sexuais são outros familiares (24,8%), com exceção de pai, mãe, padrasto e madrasta, que ficam na segunda colocação (22,5%). Em seguida, aparecem namorados ou ficantes (19,4%).

No país, 67% das mulheres são vítimas da violência. Em 2012, os dados mostraram que de 1980 a 2010, um total de 91 mil mulheres foram assassinadas, sendo

43,5 mil na última década. As mortes nesse período passaram de 1.353 para 4.297, um aumento de 217%, triplicando os assassinatos. Os homens foram vítimas de 92% dos assassinatos sendo que em 2016, 68% das vítimas eram homens negros e entre mulheres, as vítimas, também eram em sua maioria negras.

Dados do IPEA (2019) mostram que em 2017 foram denunciados 24 homicídios em 2017 e em 2016/2017 as notificações dos ataques físicos, psicológicos contra homossexuais, cresceram 127%, de 85 para 193. A pesquisa do IPEA/2019 trouxe informação inédita sobre os ataques violentos contra LGBTQIA+ comprovando aumento de assassinatos comparando com anos anteriores.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apresentado no FBSP em 2020, constatou que o número de feminicídios aumentou. No Atlas da Violência (Ipea, 2020) e no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a ampliação da pesquisa enfrentou dificuldade em coletar e analisar os dados porque só onze estados enviaram informações, contudo os dados analisados apontaram para uma violência estrutural, perpetuada nos aspectos social, cultural, histórico e econômicos, reproduzidas por gênero, classe, raça e etnia.

O relatório LGBTQIA+, publicado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) informa que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos já foram vítimas de agressão verbal na escola em função de seu gênero ou sua sexualidade (Saldanha, 2016). A UOL (2020) publicou relatório de 2019 onde apontam que 329 mortes de LGBTQIA+ foram causadas por homotransfobia, 297 homicídios e 32 suicídios.

Diante desses dados alguns questionamentos se colocam sobre a problematização da pesquisa: quais mudanças serão promovidas com o desenvolvimento efetivo depráticas educativas inclusivas aos/as LGBTQIAPN+? Essa abordagem é importante paraformular uma ação com objetivos concretos. Por fim, cabe à reflexão: é imprescindível trazer discussão sobre alternativas pedagógicas mais inclusivas.

Um ponto importante de reflexão para essa inclusão foi a decisão do STF (BRASIL,2019) em criminalizar a LGBTfobia através da Lei de Racismo, n.º 7.716 (BRASIL,1989). As ações prioritárias para combater esses atos criminosos, dada à invisibilidade intencional causada por esses conflitos são poucas e coloca o país entre os que apresentam maiores índices de assassinatos. O Brasil faz parte do grupo de quatro países que mais matam ativistas das causas LGBTQIA+ e segundo reportagem do Correio Braziliense Transexuais no Brasil: uma luta por identidade. A União Nacional LGBT

apresenta dados que o tempo de vida de um transsexual é até os 35 anos, expectativa de vida muito abaixo da população em geral que é de 75,5 anos (IBGE, 2016).

A Secretaria de Educação da ABGLT (2016) apresentou estudos mostrando que 60,2% de alunos e alunas identificados como LGBTQIA+ não sentem segurança dentro da instituição educacional e 38,4% desses estudantes dizem que evitam utilizar os banheiros da escola, para não sofrerem constrangimentos ou represálias.

A pesquisa revelou que 30,6% dos entrevistados se sentem constrangidos durante na Educação Física, identificando que 11,6% dos discentes optaram em várias ocasiões, por não ir à escola, temendo pela própria segurança (ABGLT, 2016). Os números evidenciam a necessidade de um debate amplo sobre *bullying*, *cyberbullying* e homofobia, pois o local de maior incidência do *bullying* é durante as aulas, seguido do recreio. Esses dados reforçam a importância da formação continuada dos docentes e demais funcionários da escola, uma vez que eles representam as autoridadeseducacionais.

Bronfenbrenner (2011) afirma que nenhuma característica do ser humano pode influenciar de modo isolado, qualidade ou defeito, podendo encontrar significado e ser expresso em locais onde é necessário observar os que estão fora do enquadramento das fronteiras culturalmente construídas, marginalizadas e estigmatizadas (STF, 2020, p.27) como os sujeitos transexuais que têm dificuldades de se manter na escola ou no trabalho.

O STF (2020) compreendeu que privar um indivíduo de viver suas identidades e sexualidades representa privá-lo de uma dimensão fundamental da sua existência o que implicaria negar respeito e consideração amparados a um critério injustificado. Ainda assim, estamos longe de apontar alternativas para combater o preconceito.

Louro (2008) assevera que a trajetória dos sujeitos homossexuais é marcada pelas gozações e pelos insultos, pela marca de sujeitos indesejados e desviantes e a escola diante dessas práticas silencia relegando o estudante LGBTQIAPN+ ao fracasso, evasão escolar e à exclusão social. Um grave problema que precisa ter suas causas pesquisadas.

Estudos indicam que é significativo o percentual dos que por não terem acesso às informações não consideram necessário abordar a sexualidade no currículo escolar. Reforçando o argumento que reproduz essas contradições insistindo em não enxergar as diferenças onde a realidade contemporânea trás os novos arranjos familiares.

Miskolci (2007, p.17) ressalta, que a compreensão da sexualidade como um assunto privado e que deve ficar fora da escola se depara com uma realidade onde ela está sempre presente. Ninguém se despe da sexualidade intencionalmente ou a deixa em casa

como um acessório. Os conflitos provocados pela violência de gênero precisam ser levados em consideração quando analisamos o currículo e capacitação docente, porque a sexualidade faz parte da pedagogia das normas estabelecidas oficialmente.

Segundo Butler (2003, p.27): “[...] Muitas escolas, tanto em seu currículo oficial como no oculto, forja suas próprias regras”. Quando refletimos sobre a escola, falamos de quem? Professoras (es), alunas(os) gestores(as), porteiros, serventes, merendeiras, pais e mães? São diferentes funções e tarefas que são desenvolvidas por indivíduos com crenças, princípios ideológicos com formações variadas.

Guacira Louro (1997, p.58) afirma que a modernidade nos legou uma escola que limita espaços, define o que pode fazer, pois ela separa e institui. Aprendemos olhar e a se olhar, ouvir, falar, calar e a preferir. O agir educacional reforças importância de pesquisar informações que subsidiem uma proposta de política de formação continuada alicerçada na realidade vivenciada.

Os dados sobre escolas estaduais do município de Santana-AP, cidade portuária de 124.808 mil habitantes, e que segundo o IBGE(2021), o Índice de Desenvolvimentoe Educação Básica (IDEB,) teve 5.339 matrículas, 383 professores trabalham nas 22 escolas de Ensino Médio e segundo o censo escolar do MEC, o Amapá está em 13º lugar no índice de abandono escolar e possui 11,6% de evasão escolar no Ensino Médio demonstram a invisibilidade LGBTQIAPN+ porque não apontam para a violência que acontece nas escolas.

Louro (1997) propõe uma prática educativa não sexista, recusando posição prescritiva. Uma ação transformadora com oportunidades formativas para mediar os conflitos ressignificando as práticas pedagógicas para construir um ambiente plural durante o ato de ensinar e aprender. Após analisar todos os dados sobre a violência contra LGBTQIAPN+ e a ausência do estado brasileiro nas ações institucionais para combater os problemas causados por conflitos decorrentes dessa violência, verificou-se a necessidade pesquisar sobre as dificuldades dos profissionais da educação do Ensino Médio enfrentam por não serem capacitados para incluir esses temas abordados na pesquisa em seu fazer pedagógico.

A violência contra LGBTQIAPN+ nas escolas é o problema a ser pesquisado através de estudos bibliográficos onde serão levantados elementos orientadores para combater a violência contra essas pessoas através da formação continuada proporcionando aos profissionais da educação do E.M novas bases teóricas e metodológicas superando o desconhecimento, a insegurança, o medo visando a

eliminação do preconceito e da discriminação para incluir na sua ação educativas a mediação dos conflitos que vem se tornando um grave problema social que exclui e provoca o abandono escolar afetando a vida social, educacional e econômica das vítimas dessa violência.

A formulação de uma política de formação continuada para enfrentar a violência contra LGBTQIAPN+ deve considerar a pluralidade cultural, as diferenças e diversidades, pois esses elementos têm um importante papel na escola enquanto espaço de convivência, mudanças e socialização, são imprescindíveis na qualidade do processo-ensino aprendizagem, pois, proporcionam a inclusão do outro assegurando o pertencimento das pessoas nos espaços sociais (Junqueira, 2009, p.404).

A pesquisa IBGE (2022) pela primeira vez coletou dados sobre orientação sexual e os resultados divulgados são de caráter experimental e ainda não coletou dados sobre identidade de gênero. A pesquisa investigou pela primeira vez o quesito orientação sexual da população brasileira e um dado chamou atenção: 3,6 milhões não quiseram responder sobre sua orientação sexual. A recusa em responder pode estar relacionado ao receio das pessoas se auto identificar como homossexual ou bissexual e passar informações sobre para sua orientação sexual. Diversos fatores podem interferir na verbalização da orientação sexual, dentre eles o contexto cultural e a não compreensão dos termos homossexual e bissexual, entre outros.

Na pesquisa, os jovens de 18 a 29 anos apresentaram um percentual maior de pessoas que se declararam homossexuais ou bissexuais (4,8%). Essa faixa etária teve os maiores percentuais de pessoas que não souberam responder (2,1%) ou se recusaram a dar a informação (3,2%). O percentual dos que se declararam homossexuais ou bissexuais foi maior entre aquelas com maior nível de instrução e renda.

Pessoas com nível superior, 3,2% se declararam homossexual ou bissexual, percentual maior do que os sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto (0,5%).

Os maiores percentuais de participação dos que se declararam homossexuais ou bissexuais ocorreu nas duas classes de rendimento mais elevadas, sendo de 3,1% para os que moravam em domicílios cujo rendimento per capita era de mais de três a cinco salários-mínimos, e de 3,5% naqueles com mais de cinco salários-mínimos per capita. As pessoas com maior nível de instrução e renda têm menos barreiras para declarar sua orientação sexual ou ainda maior entendimento dos termos usados, mais “não sabem” ou

“se recusaram responder” ao questionário foi maior entre aquelas com menor nível de instrução e rendimento familiar mensal.

A escola ensina a estranhar aqueles que manifestam interesses sexuais por colegas do mesmo sexo, portanto tem papel ativo na transformação de sua diferença em algo que identificar como incorreto (Miskolci, 2010, p.18-19).

3. OBJETIVOS

O objetivo geral dessa dissertação foi ressignificar propostas metodológicas inclusivas baseadas em tecnologias digitais educacionais sobre diversidade sexual, identidade de gênero, as múltiplas orientações sexuais, a compreensão da perspectiva do sexo biológico e a expressão de gênero enquanto desafios atuais do século XXI. Para tanto, os seguintes objetivos específicos são colocados:

1. Delimitar aspectos teóricos gerais sobre violência de gênero, e de modo mais específico contra LGBTQIAPN+;
2. Apontar lacunas teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo para prevenção de violência de gênero;
3. Identificar, selecionar e analisar políticas públicas de enfrentamento a violência contra LGBTQIAPN+;
4. Investigar as causas, as dificuldades, as resistências e os impactos causados, bem como oportunidades para a introdução de metodologias apoiadas por tecnologias digitais para o enfrentamento da violência de gênero em processos educativos;
5. Elaborar uma proposta de política pública de formação para enfrentamento da violência contra LGBTQIAPN+ para ensino médio no estado do Amapá;
6. Elaborar e-book utilizando as tecnologias digitais e através de uma sequência didática desenvolver a formação continuada no enfrentamento à violência de gênero.

> A formação docente precisa suscitar a reflexão acerca da sexualidade binária, enquanto "[...] efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero" (BUTLER, 2003, p. 25).

4. METODOLOGIA

4.1 Desenho da pesquisa

O presente estudo tem caráter transversal do tipo levantamento, de natureza explicativa, tendo como fonte de informação bibliografia científica e cinzenta, ou seja, não é limitada à produção científica sobre o tema e buscando, de forma *Ad hoc*, legislação, portarias, normas e outros documentos que abordem o problema de pesquisa explorado.

Ressalta-se que a abordagem utilizada foi à qualitativa para permitir maior imersão na essência do tema proposto na pesquisa voltada aos/as LGBTQIAPN+ delimitados na pesquisa, considerando que em alguns casos não existem dados estatísticos referentes a esses grupos nas escolas públicas, também foram utilizadas as produções acadêmicas com relevantes informações e excluídas aquelas que não apontarem para o tema escolhido.

A pesquisa cientifica utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica para auxiliar o pesquisador na delimitação do assunto pesquisado, na contextualização do objeto tendo como ferramenta fontes bibliográficas confiáveis, leitura seletiva e crítica, com função de selecionar as informações para a resolução do problema. O material pesquisado apontou através dos artigos, a relevância dos problemas causados pela ausência de uma política pública para enfrentar a violência contra LGBTQIAPN+ agravando os conflitos e adiando a participação da escola como mediadora dos problemascausados pela violência de gênero.

4.2 Procedimentos de coleta

A pesquisa bibliográfica foi feita majoritariamente na base Google Acadêmico, utilizando-se dos termos: Sexualidade, diversidade, Orientação sexual, identidade, *bullying*, homofobia e a LGBTQIA+fobia; Educação formal; Ensino médio. Os caminhos metodológicos percorridos na revisão foram baseadas na seleção analítica de artigos e dissertações cuja elaboração dos critérios e categorias foram fundamentais para coletar dados sobre a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A partir da categorização por eixos temáticos foi sistematizado a leitura dos artigos para a revisão bibliográfica e a construção da revisão sistemática.

Boccato (2006, p.266), esclarece que a pesquisa bibliográfica busca investigar um problema/hipótese buscando subsídios em referenciais teóricos publicados, analisando e

discutindo as várias contribuições científicas. A pesquisa trouxe conhecimentos de como e sob qual enfoque e/ou perspectivas foi tratado o tema na literatura científica. Foram consultados artigos, sites e livros e em seguida foram selecionados os que defendem e apresentam teorias sobre práticas inclusivas nas escolas.

A seleção dos artigos foi narrativa, que Marconi e Lakatos (2010, p.142) definem como um "[...] apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância porque fornecer dados atuais" (Marconi e Lakatos, 2010).

A pesquisa documental é o levantamento de fontes primárias, em separado ao levantamento bibliográfico. Estas fontes documentais ou primárias seriam documentos oficiais e as fontes bibliográficas se constituiriam de imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações.

Para Gil (2002, p.17) a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem não adequada em relação ao problema. Segundo Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica "[...] é desenvolvida com suporte de material já elaborado".

Também foram pesquisados e selecionados materiais bibliográficos para a elaboração de um e-book com informações técnico pedagógico que utilizou ferramentas digitais na formação continuada sobre diversidade sexual. O desenvolvimento desses instrumentos metodológicos teve como referência o contexto das escolas públicas de E.M noturno, localizadas no município de Santana, área portuária do estado do Amapá.

4.3 Procedimentos de análise

As coletas de informações irão "[...] interagir através da identificação de dados bibliográficos para mapear, analisar detalhadamente as produções, relacionados ao tema, através da leitura não só das indicações bibliográficas e dos títulos dos trabalhos, mas principalmente dos resumos" (Gil, 2002, p.265).

Com as produções acadêmicas pesquisadas foi possível aprofundar os conhecimentos formulados no país e selecionar para análise trabalhos que apresentaram temáticas pertinentes a esta revisão bibliográfica, cujas informações foram resumidas e sistematizadas em categorias.

Como critérios de inclusão, foram selecionados documentos publicados nos últimos 20 anos, somente em português e com acesso livre. Os artigos foram classificados de acordo com os seus desfechos, a saber:

- Gênero, sexualidade e a geografia;
- Marcas históricas da homofobia;
- Caminhos e mudanças;
- Violação e exclusão;
- Territórios vividos;
- Monitoramento, continuidade, avaliação;
- LGBQIA+fobia e *bullying*;
- Interseccionalidades e os marcadores sociais no mundo do trabalho;
- Limites e possibilidade dos processos educacionais;
- Avanços e desafios das políticas públicas;

A extração de dados seguiu a lógica narrativa de interpretação do conteúdo e fichamento, conforme foi descrito no capítulo de resultados, a seguir.

> A homofobia "[...] está tão arraigada na educação que, para superá-la, impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas [...]" (BORRILLO, 2010, p. 87).

5 RESULTADOS

Foram selecionados 60 documentos para leitura completa, dispostos de acordo com os desfechos, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1. Resultados do levantamento bibliográfico.

Desfecho	Qtd. docs.
Gênero, sexualidade e a Geografia	9
Marcas históricas da homofobia	14
Caminhos e mudanças	4
Violação e exclusão	2
Territórios vividos	2
Monitoramento, continuidade, avaliação.	2
LGBQIA+fobia e *bullying*	4
Interseccionalidades e os marcadores sociais no mundo do trabalho	6
Limites e possibilidade dos processos educacionais	13
Avanços e desafios das políticas públicas	4
TOTAL	**60**

Fonte: autoral

Nas subseções a seguir, os resultados da revisão são descritos, organizados de acordo com as categorias de análise.

5.1 Gênero, sexualidade e a geografia.

O artigo analisa o papel da Geografia na construção do debate sobre gênero e sexualidade, discutindo as políticas públicas, violência, cidadania e educação sexual. A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, *queer*, Intersexo e Assexuais e demais, muito se relaciona com a intolerância pelo diferente, uma fragilidade reafirmada pelo processo educativo de conviver com o que é diferente de si e dos seus valores. O texto aborda o avanço do conservadorismo, as agressões ao público LGBT, os estudos de como a Geografia cria espaços escolares incluindo e emancipando o sujeito que a frequenta, pois, desde foi legitimada no campo científico como uma ciência social, como afirmou Santos (1979 e 1994), o gênero pode ser um elemento de análise porque faz parte da sociedade. A sociedade é dividida em diferentes classes sociais e, apesar de resistência, não é possível

esquecer que esta mesma sociedade também está ordenada dentro de uma lógica que hierarquiza e a divide. Portanto, gênero tem sim a ver com a Geografia (Silva, 2015, p.98).

O espaço público era um espaço restrito aos homens, os únicos a serem reconhecidos como cidadãos, e ao sexo feminino foi direcionado o confinamento doméstico, excluídas dos espaços púbicos. A divisão do espaço público e espaço privado marcaram essas instâncias. O conceito de vida social nos ajuda a compreender essa organização no espaço público e privado (Vieira, 2016, p.13).

O espaço geográfico é o local que a existência, a percepção transcreve as questões físicas e as sensações presente nos meios de comunicação. Um espaço que se apresenta de forma desigual para determinados grupos não hegemônicos (Vieira, 2016, p.41).

Compreender as relações que se estabelecem nesses espaços prevê o debate sobre equidade trazendo para a ciência geográfica temas plurais. Para Gomes (2014) a Geografia permite mergulhar e encontrar caminhos diversos para perceber o mundo e que há tantas geografias quantas são as percepções do mundo e possibilita durante o ensino o exercício da cidadania no espaço escolar.

A inserção da Geografia possibilita o estudo de conteúdos que fundamentam discussões que segundo Saraiva (2019), torna a Geografia ativa, problematizando conceitos geográficos iniciados do mundo para o corpo, e do corpo para o mundo e através da curricular idade geográfica seja possível, dimensionar os sujeitos em seus significados, pois suas relações e vivências se dão em diferentes espaços temporalidade.

É um campo do conhecimento ideal para tratar os conceitos espaciais de forma transversal inserindo aos temas geográficos elementos referentes ao limite do corpo, trabalha a análise cartográfica com dados de violências verbais, físicas, sexuais associando ao abandono escolar, inserindo uma reflexão crítica sobre os grupos sociais e o olhar naturalizado pela diversidade, pautando o acolhimento e respeito com o diferente.

A Geografia aborda de forma multidisciplinar a prevenção de violência. Essa compreensão ainda não impactou a formação continuada, pois não ocorreram mudanças significativas para que os novos professores incluíssem os temas complexos como as identidades, diversidades e diferenças. (Andrade et al., 2009; Silva et al., 2019)

Enquanto Ciência, a Geografia pode oferecer um suporte teórico na luta por uma escola mais plural incluindo o debate sobre gênero e sexualidade, tendo como exemplo em outros países o caso dos Estados Unidos e Canadá que tiveram avanços significativos. No Brasil ainda ouvimos os seguintes questionamentos: qual é a relação das questões de gênero com a Geografia? Cadê a Geografia no seu trabalho? Os eventos acadêmicos de

Geografia estão cheios dessa tal Geografia feminista. Está no curso errado? Essa pesquisa não é sobre Geografia.

A Geografia brasileira não pode permanecer negando a espacialidade desses grupos nos mais variados ambientes contribuindo para sua marginalização. Segundo Silva (2015), há uma limitação de pessoas, devidamente tituladas, em questionar epistemologicamente sua própria Ciência quanto a reprodução da invisibilidade de vários grupos sociais.

É necessário compreender a contribuição da Geografia na construção de ambientes menos agressivos a corpos e sujeitos que são colocados à margem desse processo. E a escola por ser um espaço que aglutina vários sujeitos, precisa ser pensada para se tornar um ambiente plural e acolhedor, se propondo sempre a combater as agressões e exclusão de sujeitos em processo de descobrimento de suas próprias identidades.

A educação cidadã não interrompe sua área de ação no interior de seus muros ao propor que a Geografia que seja incentivadora desses debates necessários e que se torne o fio condutor da cidadania dentro e forma das delimitações do seu espaço. A educação tem o poder de mudar realidade e abalar estruturas, fundamental no combate às desigualdades históricas promovendo avanços significativos na formação dos sujeitos.

5.2 Territórios vividos

Na discussão sobre Territorialidades e LGBTQIA+ na Educação Básica: a Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como ferramenta de resistência, analisa a Territorialidade LGBTQIAPN+ no Ensino de Geografia e gênero. Propõem uma metodologia que articula o protagonismo dos estudantes nas práticas espaciais de LGBTQIAPN+ consideradas desviantes dos padrões socioculturais heteronormativos e hegemônicos, que enfrentam a omissão, o ocultamento e o apagamento da sexualidade. Na realização das oficinas os participantes podem se posicionar sobre diferenças e diversidades.

As Territorialidades das práticas espaciais implicam na transposição de fronteiras, demarcação de territórios nas disputas por espaços. A organização da Oficina Geográfica interdisciplinar cujos conteúdos se articulam com a Geografia, gênero, sexualidade discutem o território e como este se desdobra em práticas pedagógicas vivenciadas na realidade escolar.

Na oficina, a sexualidade foi compreendida como fluída e se modifica. É pessoal, individual, cada um tem a sua, não há certo ou errado, é paradoxal, é diferente uma das outras, sendo o traço mais íntimo que se manifesta em cada indivíduo, em sua realidade e nas experiências vividas. Portanto, "[...] é multicultural, subjetiva e deve ser respeitada em sua forma de expressão" (Cordeiro, 2017). O *bullying* e a homofobia têm uma ligação que também foi debatida na oficina, por apresentar uma problemática que culmina em uma reflexão acerca da homofobia "[...] está tão arraigada na educação que, para superá-la, impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas [...]" (Borrillo, 2010, p. 87).

A LGBTfobia é estrutural, onde o patriarcado através de atos desqualifica os que se mostram fora do arquétipo *cis* normativo. Questionando suas competências devido à orientação sexual, identidade de gênero, que são inatas as pessoas, assim como a heterossexualidade ou cisgênero.

A oficina de Geografia produziu um trabalho que compreendeu o espaço geográfico para os LGBTQIAPN+. A oficina geográfica enquanto produto educacional contribuirá para o respeito às territorialidades de educandos LGBTQIAPN+.

5.3 Marcas históricas da homofobia

O artigo "Construção da Homofobia e sua reprodução na escola: marcas históricas que inviabilizam a educação sexual", publicado em Cadernos de Psicologia, os autores Oliveira e Moreira (2020) apresentam reflexões sobre Educação Sexual, violência na Escola discutindo as marcas da violência e da opressão na construção das identidades LGBTQIA+.

> Aragusuku et al. (2018, p.28) destaca a fala do presidente eleito em 2019: vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas. Além da menção transparente no trecho do discurso, diversas contradições e, principalmente, a violência simbólica, inscrita em suas palavras.

Aragusuku et al (2019) assinala que uma onda de politização e de diálogos com os movimentos homossexuais começou a se formar no governo Fernando Henrique (1995-2002), através da inserção do termo homossexual em documento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1996. Em 2002, a segunda edição do PNDH

[...] fortaleceu a perspectiva da cidadania e direitos sexuais com políticas destinadas aos LGBTQIAPN+ (Aragusuku et. al. 2019, p.12).

Em 2003-2006, estes diálogos ganharam iniciativas mais específicas. Em 2004, foi criado o projeto Brasil Sem Homofobia (BSH) e instituído o Programa de Combate Violência e à Discriminação contra LGBT e a Promoção da Cidadania Homossexual (Aragusuku et al, 2019; Irineu, 2014; Brasil, 2004). Sua construção foi coletiva edialética, objetivando "[...] consolidar direitos políticos, sociais e legais tão arduamente conquistados pelo movimento LGBTQIAPN+ no enfrentamento à homofobia".

Essas primeiras iniciativas e o trabalho desenvolvido estiveram nas mãos de ONGs e instituições não governamentais, demonstrando a não responsabilização direta do Estado. Este fato é reflexo de uma política neoliberal que teve início no governo Collore que, se consolidou no governo Fernando Henrique e como uma estratégia de governabilidade, no governo Lula (Irineu, 2014, Aragusuku et al, 2019).

Os homossexuais tidos como sujeitos subversivos, inadequados, incoerentes, inferiores e pecadores são mantidos pela discriminação, que conta com forte amparo de um estado conservador dentro dos discursos contemporâneos, que promovem que eles/elas encaram retaliações dentro de casa, na vida social e na escola (Souza, Queiroga e Temóteo, 2017; Mott, 2011).

É relevante refletir sobre as representações negativas existentes acerca da homofobia, como contribuiu para a manutenção desta violência (Santos; Cerqueira-Santos, 2020), pois o debate das homossexualidades está em plena construção e disputa (Ferrari, 2014, p.106). A problematização e mudanças para romper com a violência reproduzida socialmente exige falar de homofobia e reconhecê-la como um problema real? (Junqueira, 2007, p.2).

Os dados do relatório da violência foram reunidos em uma seção inédita e específica de 2011 a 2017/IPEA pontuando o cenário das violências homofóbicas, o agravamento do problema a invisibilidade. Em 2020 o órgão deu sequência ao trabalho, apontando para a invisibilidade dos dados, a ausência do Estado, enquanto gerador de ferramentas para enfrentar as violências homotransfóbicas (Cerqueira et al., 2020).

Não há informação sobre a dimensão populacional das pessoas LGBTQIAPN+, não há classificação das vítimas quanto à orientação sexual nos boletins policiais, o que se repete com relação aos atestados de óbito, dificultando um atendimento eficiente. Essas informações podem ressignificar o trabalho escolar revisitando os discursos institucionais que historicamente, legitimaram e legitimam os ataques homofóbicos.

É na escola "[...] que o sujeito com sexualidade dissidente enfrenta os primeiros risos, exclusão, violência, em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero" (Martins et al, 2019, p. 458). Uma das principais arenas de convivência e sociabilidade, a qual é um local de embate contra a intolerância em busca de formar consciências críticas e práticas humanistas (Borrillo, 2010). A escola pode ser objeto de estudo como um ambiente de reprodução de posições machista, sexista e heteronormativa, principalmente considerando a sua função social na contemporaneidade. Propõe-se, a luz da psicologia histórico-cultural, reflexões das ações educativas voltadas para emancipação das novas gerações, pela compreensão das diferenças.

5.4 Caminhos e mudanças

O artigo Conferências Nacionais de Promoção a Cidadania LGBTQIA+ discute as pautas por igualdade de oportunidades e cidadania. As propostas apresentadas apontam caminhos diversificados e mutáveis na luta por direitos através de políticas para LGBTQIAPN+ discutidas nas conferências que possibilitaram mudanças e novos direcionamentos das propostas. Alguns aspectos que são inerentes à cidadania principalmente nas políticas de âmbito federal, pois as conferências são oportunidades de promover os direitos que são altamente marginalizadas.

A segurança, por exemplo, sempre foi uma luta desde o início do movimento para garantir a essa e as futuras gerações que a cidadania dessas pessoas seja garantida. Muitos desses elementos são determinantes para as pessoas LGBTQIAPN+, como o capitalismo, o (neo) conservadorismo, o patriarcado, o binarismo de gênero, pois pautam as relações sociais em uma lógica de opressão-exploração capitalista heterossexista (Souza, 2019, p. 73).

Piovezan (2010) aponta que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), os Estados assumem dois tipos de obrigação: o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos e no Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Estes pactos, dizem respeito à obrigação é de adotar medidas para alcançar progressivamente a realização desses direitos. Poderíamos falar, no primeiro caso, de obrigações de resultado e, no segundo, obrigações de comportamento (Piovezan, 2010, p.33).

As lutas democráticas produziram campanhas pelo reconhecimento da homossexualidade enquanto uma expressão sexual legítima e, consequentemente, politizando a sexualidade, trazendo-a para o campo da cidadania (Aragusuku, 2019, p.8).

As políticas sociais e culturais para LGBTQIAPN+ precisam de atenção porque a institucionalização da dimensão religiosa e sua frente (neo) conservadora nas decisões, com as expressões ideológicas e financeiras do capitalismo, influenciam na relação conflituosa nos avanços liberdade sexual no Brasil (Souza, 2019, p.71-72).

5.5 Violação e exclusão

O artigo a violência e exclusão da comunidade LGBTQIAPN+ ressalta a dificuldade de levantamento de dados, projetos de lei, políticas públicas e descasos enfatizando que a sociedade está constantemente reagindo à violação de regras padronizadas de gênero, punindo a pessoa transgressora que tenta criminalizar o comportamento divergente.

As pessoas transgêneros são as mais vulneráveis, despedidas de seus empregos, espancadas, feridas, expostas ao ridículo e preteridas em entrevistas de emprego. Nancy Nangeroni, citada por Letícia Lanz (2015, p. 446) no artigo afirma: "[...] o corpo da roupa: uma introdução aos estudos transgêneros. Diz que sejam quais forem os tipos de violência sofrida, estão sempre em destaque na vida de muitos e nos meios de comunicação." O artigo reconhece que no ano 2.000 surgiram programas voltados para os LGBTQIAPN+, como, por exemplo, o Brasil Sem Homofobia (BSH) de combate à Violência e garantias de igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais, envolvendo vários setores públicos.

As ações do programa eram voltadas para a capacitação de profissionais e representantes de movimento social, divulgação de informações sobre direitos e incentivos à denúncia de violações do segmento LGBTQIAPN+.

Os princípios que estruturam o BSH promovem a não discriminação por orientação sexual e estratégias na produção de conhecimento, que deverão subsidiar a elaboração, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, enquanto um compromisso do Estado. Em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT), o qual, segundo Camila Souza, pretendia o status de política pública.

5.6 Os frágeis caminhos das políticas públicas

No artigo, Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil? MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; MAROJA, Daniela (2012)

perguntam: Por onde andam essas políticas públicas que preconizavam a igualdade, equidade, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos? O Plano Nacional LGBT saiu de circulação reproduzindo a inexistência formal, que caracterizou o Brasil sem Homofobia e os descasos com as políticas públicas voltadas para os/as LGBTQIAPN+. O Decreto 9.453/18, que convocou a 4ª conferência para 2019 com a finalidade de fortalecer a participação social, avaliar as ações implementadas e aprovar a criação de uma política nacional, efetivamente não aconteceu.

5.7 Monitoramento, continuidade, avaliação

O artigo Pedagogia do Arco-Íris: reivindicações educativas do movimento de Pernambuco LGBTT, aborda a educação, os LGBTT, as ausências, emergências e conferências. Analisa o Caderno de Resoluções, suas características, estrutura, virtudes e fragilidades e apresenta prioridades. As entidades LGBTT protagonizam inúmeras iniciativas em defesa de seus direitos. É a negociação que mantém uma tensão necessária na perspectiva universalista, que contribui para ampliar e radicalizar a democracia. Uma estratégica para politizar o debate é a luta por direitos LGBT (Feitosa, 2017).

O estudo aponta lacunas e carências de ações institucionais efetivas destinadas as pessoas LGBTQIAPN+, como o monitoramento, continuidade e avaliação na execução dessas prioridades, pois não se estabelecem prazos de execução ou de onde virão os recursos financeiros. Esses elementos são fundamentais para o controle social, o acompanhamento e a avaliação destas iniciativas.

As políticas públicas são fiscalizadas pelos Conselhos Setoriais que foram promulgados durante as reformas de caráter neoliberal. Analistas e militantes desacreditaram nos conselhos enquanto possibilidades de participação real, ativa, esquecendo de que eles foram reivindicados e propostos por movimentos sociais em passado recente.

As novas estruturas se inserem na esfera pública e, por força de lei, integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos, portanto, por representantes do poder público e das organizações sociais (Gohn, 2011, p.88-89).

As Conferências são uma vivência democrática de construção coletiva e de prioridades na formulação e implementação de políticas públicas, podendo ser aperfeiçoadas e corrigidas em suas lacunas para potencializar seus objetivos. Essa

participação social busca aproximação e diálogo com órgãos oficiais, onde se busca uma crescente evolução das demandas de ativistas e reivindicando parcerias com instituições públicas.

5.8 LGBQIA+fobia e *bullying*

Bullying, preconceito e violência LGBTQIA+FOBICA em ambiente escolar: uma análise do Instituto Federal do Rio Grande do Norte consiste em um artigo que debate a inclusão, violência, *bullying* LGBTfóbico e gênero cujo texto propõe analisar e destacar que o *bullying* tem aumentado e pode causar danos persistentes na vida escolar.

A LGBTQIA+fobia acontece em diferentes formas, ambientes e grupos sociais sendo reproduzida nos mais diversos meios: nas escolas, lares, praças públicas, ruas, grupos religiosos. Os comentários preconceituosos, os constrangimentos, com colegas de sala, professores e técnicos administrativos são retratados nos estudos sobre o *bullying* LGBTfóbico, que destaca o combate a essa prática.

As discussões relacionadas à orientação sexual têm ganhado destaque no cenário acadêmico, porém, são negligenciadas pelas políticas públicas, o que favorece a prática de LGBTQIA+fobia. Nesse sentido, fazem-se fundamentais as pesquisas, ações e projetos que viabilizem debates, em especial nas escolas, conforme aponta os estudos de Martins et al. (2020).

> [...] fenômeno conhecido como *bullying* homofóbico é provocado pela visão antiLGBT, provavelmente alicerçada em uma visão de sexo somente para procriação, reiterando o ocultamento de discussões das sexualidades minoritárias (MARTINS et al, 2020, p.684).

É perceptível a ausência de ações pedagógicas para combater ou minimizar os efeitos da prática do *bullying* LGBTQIA+fóbico e a LGBTQIPN+fobia nas escolas através do preconceito. Os jovens adquirem na família, por influência de amizades ou mesmo reproduzido pela mídia, que precisam ser desconstruídos e a escola é o lugar onde as diferenças e a pluralidade de pensamentos podem combater os estereótipos negativos e promover a aceitação (Sakamoto, 2015).

Na mediação de conflitos, o respeito à liberdade, à tolerância e o combate ao *bullying* homofóbico, tem que fazer parte das ações do currículo escolar. O artigo apresenta enquanto estratégia um questionário online (*Google Forms*) para viabilizar a pesquisa, aproveitando ferramentas tecnológicas onde discentes e docentes LGBTQIA+ do IFRN possam participar do processo que investiga episódios de LGBTfobia. Os

resultados dessa pesquisa apontaram que ainda vigora um tabu nessas discussões, embora tenham sido identificados alguns avanços no IFRN.

5.9 Interseccionalidades e os marcadores sociais no mundo do trabalho

A (in)visibilidade da pessoa LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho: um estudo de bibliometria na base de dados SCOPUS que trata sobre o tema empregabilidade, destacando as expressões da sexualidade. Os funcionários vivenciam práticas discriminatórias em situações constrangedoras de assédio moral, sob a prerrogativa de atos de humor. Além da ausência de equidade para a empregabilidade para a pessoa LGBTQIAPN+.

7, indaga-se qual é a realidade que a pessoa com a orientação sexual distinta da heterossexualidade vivencia? A intersecção apresenta elementos essenciais na superação das discriminações baseadas no pertencimento racial, nas identidades das pessoas marginalizados ou expulsos da família e de outros espaços de convivência que são marcados historicamente pelos estigmas da invisibilidade social e da expropriação de direitos que desafiam os discursos e normas historicamente construídos sobre as sexualidades e as a identidades (Brasil, 2011, p. 5).

A existência das especificidades oriundas das múltiplas interseções e articulações possíveis entre diversos marcadores são capazes de modificar, inviabilizar, naturalizar e /ou intensificar a opressão de diferentes sujeitos em diversos contextos. De acordo com Akotirene (2019, p. 14) e Crenshaw (1989), que atualizaram e definiram a interseccionalidade como um instrumento teórico-metodológico relativo à inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e “cisheteropatriarcado”, os quais dificultam o acesso ao mercado de trabalho e a educação, reforçando as desigualdades sociais e econômicas.

Para Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A articulação entre racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia configuram um violento sistema de subordinação, inferiorização, ódio contra negras e LGBTQIA+ (Brasil, 2011).

Ao promover um reencontro do livro Pedagogia da Esperança com a Pedagogia do Oprimido é possível destacar a crítica freireana (Freire, 2018a, p. 217) sobre a visão não interseccional de movimentos antirracistas e antissexistas, que não consideram a classe social, o racismo e o sexismo em suas análises. Na perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez (2020), mesmo em um tempo em que as categorias eram pensadas de forma distinta, Gonzalez pensava de forma relacional os marcadores sociais da diferença de raça, classe e gênero, pois não existe hierarquia de opressão.

Esses estudos continuam atuais e muito pertinentes para os estudos interseccionais. Assim como Gonzalez, Freire não fala em interseccionalidade, mas ambos são autores interseccionais, na medida em que entendem que práticas preconceituosas de classe, raça e gênero negam radicalmente a democracia e ofendem substantivamente o ser humano (Freire, 1996). Como o autor argumenta (Freire, 2018, p. 36), as diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e, como alongamento destes, de nações.

5.10 Limites e possibilidade dos processos educacionais

O artigo “Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas, Gêneros e Sexualidade aborda a Educação, LGBT, Cidadania” enfatiza que a heteronormatização é reforçada pela LGBTfobia de educadores(as) ou por sua falta de preparo para tornar os direitos sexuais um elemento motivador de processos educativos comprometidos com a equidade. São analisados parâmetros, princípios, diretrizes, eixos, estratégias e ações que provocam reflexões sobre essas temáticas. Esses documentos de domínio público relativos à população LGBTQIAPN+ na política educacional, permite entender o panorama que se oferece a quem procura entender a relação entre as demandas dessa população e as políticas públicas na área de educação.

A perspectiva de inclusão desse público nas políticas educacionais está sempre em implementação e provocam a reflexão sobre como essas questões ligadas à cultura do respeito à diversidade vem sendo tratada pelos governos e consequentemente pelas escolas. As políticas públicas na teoria até são implementadas, o problema é a prática que não consegue viabilizar as ações voltadas para o combate à violência em função da diversidade sexual.

Junqueira (2009b), diz que uma forma de desviar a discussão sobre diversidade sexual é a concordância que interrompe a conversação, mas não se desdobra em medida

efetiva, é a hierarquização que estabelece que outras demandas, como analfabetismo, evasão escolar, devem ser resolvidas primeiro e a estratégia da negação que invisibiliza a LGBTfobia e pessoas gays/lésbicas/travestis/transexuais nos espaços escolares.

Os discursos das gestoras desde os mais bem-intencionados, mas que não contam com apoio e dotação orçamentária, aos que acreditam que devem atender as políticas universalistas e não criar específicas. São atuantes nos programas Federais, mas nem sempre estão em contato direto com as /os responsáveis por sua execução, pois não têm acesso as informações relativas à efetividade das políticas propostas por estados e municípios.

Nos últimos anos, tem sido incentivada uma agenda que compromete diferentes instâncias de formulação de política educacional, atribuição de coordenação, diretrizes e ações voltadas à evasão escolar de travestis e transexuais. A implementação de cursos para professoras/es, com a elaboração de material didático, a partir das conferências nacionais, e a compreensão dos limites e possibilidades, através do diálogo com gestoras/es, entidades representativas tem despertado a conscientização que os problemas são de ordem social, política, cultural e econômica com reflexo na apresentação e implementação ações educacionais.

Feitosa (2017) versa sobre os meandros da constituição da política pública de Direitos Humanos LGBTQIA+ a partir do Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. Aponta que os principais desafios encontrados pelas políticas públicas em Pernambuco são a cultura preconceituosa, machista e homofóbica desse território, a ausência de legislações específicas para LGBTQIAPN+, e a escassez de políticas educacionais, de recursos orçamentários, de uma política de Estado e de prioridade política na agenda governamental. Outro desafio destacado por Feitosa (2019) é que, além da Igreja Católica, os evangélicos cumprem papel relevante no conservadorismo religioso brasileiro no cenário atual.

5.11 Avanços, tensões, formação e diversidade

O artigo Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade População LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia onde a prioridade é a Educação Profissional e Tecnológica, Formação Humana Integral e Populações LGBTQIA+, dá centralidade às orientações sexuais e identidades de gênero não hegemônicas, reconhecidas em suas dimensões sociais, culturais e políticas.

Os objetivos do estudo destacam a busca pela compreensão sobre o NEGED (IFPE) nos movimentos de produção do conhecimento e de acolhimento das populações LGBTQIAPN+ na instituição mostrando os desafios no sentido de formar cidadãos capazes conscientemente de perceber a necessidade da relação intercultural justa, solidária e democrática (Lima; Maia; Sousa, 2018, p. 59).

Oliveira e Gertrudes (2015) pretendem a promoção de um diálogo educacional entre os diversos grupos sociais de forma que ajudem a viabilizar um projeto comum onde às diferenças sejam dialeticamente incluídas. Um movimento que busca dar reconhecimento e legitimidade às diversas manifestações da sexualidade que se apresentam através de diferentes sujeitos que acessam o território da Educação Profissional. Pino (2017) defende um papel político-pedagógico capaz de reconhecermos sujeitos em busca de liberdade, seguindo na contramão da opressão e das explorações. Afirma que são os espaços escolares lugares marcados por vivências individuais e coletivas para as pessoas LGBTQIAPN+, como a afirmação/negação da sexualidade no enfrentamento da LGBTfobia, a negação de direitos e situações de opressão (Pino, 2017, p. 37).

Fortalecer práticas educativas que valorizem a livre expressão sexualidade registra a pluralidade, mas não encaminham para a desconstrução do que é legitimado como normal. Pode ser, uma "[...] função normativa de linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria" (Butler, 2008, p.18). Destaca-se nesta pesquisa, realizada a partir de entrevistas e análise do NEGED, como parte integrante da Política Inclusiva Institucional com atuação através de rodas de diálogos, oficinas de colagem, encontros de formação, a constatação de que existe um tensionamento de movimentos contrários às ações realizadas.

Conforme apresenta o NEGED, enquanto um espaço de fortalecimento democrático, na perspectiva da formação humana integral, inclusivo e de permanência. A partir dos resultados foi elaborado um Produto Educacional intitulado Guia de Acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+, apresentando conceitos relacionados à temática abordada. Esse produto foi devidamente testado e reelaborado com as considerações dos avaliadores.

5.12 Diálogos e desafios

As práticas inclusivas para as pessoas LGBTQIAPN+: uma abordagem necessária nas escolas, saúde e tecnologias educacionais: dilemas e desafios de um futuro presente é um artigo que discute práticas educativas inclusivas e de resistência, não apenas celebrando as diferenças, mas problematizando-as criticamente, descontruindo preconceitos sociais criados pelo patriarcado.

A promoção de práticas efetivas nas escolas não é mais uma proposta ousada. É abordar como o fazer pedagógico pode incentivar e transformar a função do professor com alternativas para consolidar a inclusão da sexualidade no currículo escolar. Transformando a escola em um espaço formativo e "humanizador" que desenvolve conhecimento, habilidades e valores éticos.

O artigo revisita os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação analisando os últimos documentos do governo que tem utilizado mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade, negando o direito à informação. Avalia ainda que desconstruir as práticas pedagógicas executadas há anos é uma tarefa complexa, bem como não é simples inserir uma nova prática.

Buscar soluções para os problemas, sobretudo do cotidiano dos estudantes é necessário para "[...] progredir nas discussões acerca dos avanços e retrocessos para que possamos caminhar rumo a uma educação contemporânea que possa formar cidadãos responsáveis, livres, que saibam, sobretudo, respeitar as diferenças" (BARBOSA, VIÇOSA & FOLMER, 2019, p.9).

5.13 Práticas pedagógica em movimento

Gêneros e sexualidades: entrelaces na formação docente e nas práticas pedagógicas, é um artigo que elegeu estudar as pesquisas teóricas e/ou empíricas para entender e compreender que não existe só um tipo de gênero e sexualidade, nem mesmo quando nos referimos aos dualismos de como essas categorias são entendidas, enquanto grandes temáticas em movimento, pois não estão fixadas em um espaço tempo. O padrão heteronormativo instaura uma concepção binária que distingue o lícito daquilo que é ilícito na sexualidade e nos conhecimentos de práticas e saberes corporais (Silva, 2019, p.42).

São produtos discursivos que se configuram no poder-fazer, do saber-fazer, do saber-se e dos modos de ser e fazer dos docentes controlando a sexualidade para atender a determinado grupo social através da formação acadêmica, compreendendo a relevância para o entrosamento dos estudos das práticas pedagógicas sobre os gêneros e as sexualidades no plural, para contrapor o movimento antagônico às políticas públicas educacionais que promovem a diversidade e as diferenças.

Cutrim e Silva (2022, p.26) analisam que a invasão de grupos religiosos e conservadores que foram eleitos para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores não só excluíram algumas políticas públicas como criaram aparatos legais para proibirem as escolas e seus profissionais de abordarem a sexualidade, criando até a falácia da ideologia de gênero.

A ideologia de gênero pode ser considerada como uma prerrogativa criada para desconstruir pesquisas sobre mulheres e LGBTQIAPN+ com recortes tendenciosos para instaurar uma cultura de ódio, desrespeito, intolerância. Portanto, pressupõe-se uma nova visão sobre a tarefa social da escola, nas propostas educacionais que demanda medidas de melhoria da qualidade do atendimento aos historicamente discriminados negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais.

A formação continuada precisa se articular com a realidade, pois são muitos os desafios em sala de aula. A diversidade e a diferença são silenciadas ou ausentes do currículo escolar. As práticas pedagógicas criam e recriam identidades, produzem e engendram relações de gênero (Louro, 2008).

A construção de uma pedagogia crítica é uma abordagem educacional que busca entender, problematizar e modificar as estruturas sexistas em que vivemos. O objetivo principal é a conscientização dos alunos onde o professor será um estimulador do diálogo, sobre a realidade social e política (Freire, 1996).

5.14 Educação, mercado de trabalho e exclusão

Exclusão da comunidade LGBTQIAPN+: dificuldade de levantamentos de dados consiste em um artigo que aborda os projetos de lei e o descaso com as políticas públicas, que ressalta o ano de 2020 como um período marcado pelo obscurantismo, negacionismo, micropolítica, genocídio e pela pandemia que trouxe o aumento da violência, onde a mulher (violência doméstica), os negros, LGBTQIAPN+, foram vítimas da violência policial, sexual e urbana que também esteve mais presente nos meios de comunicação e

nas pesquisas. O texto destaca como a educação pode viabilizar a inserção dos LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho promovendo o enfrentando à homofobia nas esferas que implementam programas, evitando que o conservadorismo e fundamentalismo religioso, através da ignorância e do preconceito, possam inibir a inclusão dessas pessoas.

Rios (2021) salienta que os/as LGBTQIA+ não são representados nos textos discutidos nas disciplinas, nas imagens trabalhadas ou nos recursos pedagógicos. É preciso mudar as ações educacionais implementadas para que não dependam do frágil compromisso de governantes em função da inexistência de uma referência legal ao enfrentamento violência.

Clayton Feitosa (2019) explica que os achados discutidos no texto como afirmado por Luiz Mello (2012) são referentes à situação das políticas afirmativas para combater a violência contra a LGBTs. A mobilização de pessoas comprometidas com a causa e defesa dos direitos dos LGBTQIA+ não garantem os avanços. São muitos os desafios para enfrentar o retrocesso e o desmonte das políticas públicas.

5.15 Implementação e monitoramento

"Gênero, sexualidade e educação: um diálogo com a produção acadêmica" trata de um artigo que monitorou as implementações de programas que podem servir de parâmetros para avaliar essas políticas públicas. A reestruturação separada ou articulada de projetos que pressionam por avanços disputando os interesses sociais, suas pluralidades, demarcando as relações conflituosas e contraditórias na implementação políticas públicas e suas complexidades.

Os movimentos sociais pressionam pela inclusão da sexualidade no currículo, como um dos elementos norteadores para uma educação inclusiva. Abordar a sexualidade na formação docente inicial e continuada é muito difícil em razão da motivação ideológica, religiosa que tem favorecido o crescimento de coletivos formuladores de políticas, que provocam confrontos entre projetos políticos divergentes nos cursos de formação.

A reorientação curricular tem avançado dos direitos humanos (Rios, 2009; Silva, 2010). A inclusão da sexualidade apresenta a ressignificação dessas concepções (Andrade, 2008; Lira, 2009; Reis, 2009). Os consensos fortalecem as políticas sobre diversidade na consolidação dos espaços de diálogo institucional. Os novos conceitos de

gênero, sexualidade, homofobia, heteronormatividade continuam sem o papel de orientador das políticas públicas refletindo as disputas que enfrentam as demandas de movimentos sociais para serem reconhecidas e implantadas (Moehlecke, 2009, p. 484).

O controle social tem grande influência nas ações educacionais que rejeitam o diálogo aberto, restringindo à concepção médico higienista da sexualidade, as Ciências e a Biologia (Bordini, 2009; Dulac, 2009), constatando uma espécie de pânico moral ao fazer referência à sexualidade diferente da visão heteronormativa (Borges; Meyer, 2008).

5.16 Diversidade sexual na aula de matemática

O que pensam os licenciandos (as) em matemática sobre sua formação para lidar com a diversidade sexual e gênero em sala de aula? Debate o seu papel para educar nessa perspectiva, não importando a disciplina que ministra. É um artigo que discute sobre as licenciaturas de matemática e a ausência desse tema no currículo, questiona sobre o seu papel para educar nessa perspectiva e tem como referência as pesquisas nos documentos oficiais da educação brasileira.

Para alguns, essa discussão não deveria acontecer nas aulas de matemática, ela deveria ser neutra e indiferente. As questões sociais não deveriam ser abordadas. Outros defendem a formação específica para abordar diversidade nas aulas de matemática.

A escola é um espaço que (re) produz discriminações devendo formular ações pedagógicas que valorizem a diversidade, em particular a sexual e a de gênero. Daí os questionamentos: os (as) docentes estão preparados (as)? Pois, mesmo que tenham boas intenções, suas ações podem contribuir combater a violência?

Freire (2010) questiona sobre a prática educacional, pensar certo é fazer certo? (Freire, 2010, p.34). Ou seja, o professor não pode querer algo do aluno que ele esteja distante disso, pois o aluno também irá se distanciar.

Louro (2014) afirma que as práticas pedagógicas precisam renovar atenção de questionamento e desconfiança, sendo uma das tarefas mais urgentes: “[...] desconfiar do que é entendido como natural” (Louro, 2014, p. 67).

Alguns professores por não aceitarem as diferenças evitam discutir esses assuntos durante as aulas, silenciando e reproduzindo as desigualdades. Rios e Dias (2019) ressaltam que as escolas precisam reconhecer que os processos identitários contemporâneos passam por alterações.

Gatti (2013) afirma ainda: “os que frequentam a escola não têm o mesmo perfil social, cultural, de gênero, raça e etnia de décadas anteriores.” O que pressupõe repensar e reestruturar o currículo porque estabelecem relações de gênero e suas intersecções entre docentes e docentes, docentes e discentes, discentes e discentes.

A escola quando deixa de oferecer alternativas para legitimar as diversidades, precisará lidar com os conflitos que ocorrerão, sendo discutidos ou não, promovendo a exclusão dos que não pertencem aos padrões vigentes. Pois, é o primeiro contato de interação com marcadores identitários diversos, que se estabelece um espaço onde os indivíduos podem expressar suas diferenças. Para Seffner (2020) cabe à escola cultivar um ambiente onde as pessoas podem transitar sem serem hostilizadas em razão de suas identidades de gênero ou de orientação sexual.

Os valores são (re) produzidos, pela interação na comunidade escolar “[...] os preconceitos e as desigualdades, são legitimando pelo peso da instituição educativa e pela sanção coletiva” (Barreto, Araújo e Pereira, 2009, p. 114).

A Sociedade Baiana de Ensino da Matemática em 2020 se manifestou contra o desrespeito às pessoas e às famílias. Inclusive, quanto ao uso de designação de gênero neutros, a SBM afirma: “Educar matematicamente é uma prática de Liberdade e não podemos ser professores, de qualquer área de conhecimento, se não tivermos aversão a práticas educativas obsoletas que estimulam a violência e que não tem comprometimento com os sujeitos sociais e sua história”. Uma atitude política tem aproximação deliberada de desrespeito a determinadas práticas sociais.

> “[...] professores de matemática (con)vivem com sujeites coletivos cuja experiência e história são temporal e socialmente localizadas e construídas. Toldes se constituem de múltiplas formas em espaços familiares e coletivos na qual se organizam de forma considerada ajustada ou mesmo desajustada, mas o elo que une deve ser o da alteridade” (SBEM, 2020).

Barreto, Araújo e Pereira (2009) abordam, em particular, a diversidade de gênero e sexual, há sempre um, mas ou um também que busca justificar as discriminações que passam as pessoas não pertencentes à norma estabelecida pela sociedade.

Um jovem sofreu violência porque andava de mãos dadas com seu companheiro, ouvirá dos que reprovam ações violentas, frases do tipo: Tudo bem ser gay, mas precisa andar de mãos dadas em público, dar beijo? (Revista Baiana de Educação Matemática, 2020).

Uma mulher vítima de estupro poderá ouvir: “mas, também, o que esperava que acontecesse, andando na rua à noite e de minissaia” (Barreto, Araújo e Pereira, 2009,

p.19). Os discriminados se tornam culpados. As ofensas, constrangimentos, ameaças, agressões está sempre presente na vida daqueles que não desfrutam de algum privilégio ou status social.

Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) analisaram a BNCC e constataram que a abordagem sobre sexualidade se limita à sua dimensão biológica, não dando suporte para o (a) professor(a) trabalhar com as múltiplas dimensões.

Oliveira et. al. (2009) afirma que houve a retirada dos termos orientação sexual e identidade de gênero do documento final da BNCC, um retrocesso em relação ao texto original, que refletia os avanços das discussões.

Castro, Abramovay e Silva (2004), Vieira e Matsukura (2017), Furlanetto (2018) e Riza, Ribeiro e Mota (2018) nos indicam que, além de deficiências formativas, os professores enfrentam dificuldades para trabalhar a sexualidade devido suas crenças e valores apontando para as dimensões sociocultural, afetiva e ética prescritas pela BNCC, que poderão ser escamoteadas nos processos de ensino-aprendizagem (Silva, Brancaleoni e Oliveira, 2019, p.154).

O exercício do diálogo, a resolução de conflitos entre os grupos sociais, seus saberes, identidades e potencialidades para promover a colaboração nos locais de aprendizagem, incentivando coletivamente, a abertura de diferentes concepções pedagógicas e tomada de decisões baseados em princípios éticos, democráticos, inclusivos, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores (Brasil, 2019, p. 13).

Skovsmose (2019) compreende a Matemática Inclusiva como um caminho para encontros entre diferenças, onde o (a) professor (a), educador (a) matemático (a) também promovem esses encontros em suas aulas educando para a vida, respeitando, acolhendo e valorizando as identidades diversas promovendo e incentivando a inclusão.

5.17 Prática docente e a equidade

O Dossiê LGBTQIA+ na Educação: reflexões sobre a prática docente na perspectiva da equidade aborda a formação docente dos/as LGBTQIA+ para problematizar os temas relacionados ao gênero, diversidades sexuais, étnicas, geracionais. O artigo ressalta ser um desafio à proposta, considerando o caráter transformador que essa pesquisa pode promover na comunidade acadêmica e para as pessoas LGBTTQIA+ na sociedade.

A docência na perspectiva da diversidade, equidade de gênero, não prescreve metodologia, mas considera as trajetórias formativas. É um conjunto de saberes baseada em processos formativos com elementos metodológicos que docentes tem para construir o seu processo de formativo (BÁRCENA ORBE, 2004). A violência é um fato e não tem como fingir que não estamos vendo.

Compete a escola, responsável pelos processos formativos humanos, desenvolver práticas pedagógicas que incluam diferentes áreas do conhecimento e contribuam para romper os silenciamentos impostos às mulheres e os/as LGBTQIAPN+, contribuindo para repensar o currículo escolar e promovendo uma transgressão no sistema.

A formação acadêmica pode promover essa transgressão, pois, não existe prescrição de formação ideal e sim a reinvindicação para que em diferentes momentos da formação a diversidade sexual seja incluída como componente da Licenciatura em Pedagogia.

Essa discussão influenciará as práticas pedagógicas como um resultado de processos formativos que evidenciam a construção de novos caminhos, rumo a uma reparação histórica e de certa maneira que são suscitados na escola, como debates inerentes aos processos identitários que em pleno século XXI estão imbuídos de inquietações e conceitos, que precisam ser problematizados, pois historicamente são naturalizadas.

A problematização sobre gênero, diversidades sexuais, étnicas, geracionais, dentre outras, fomenta debates referentes a sexualidades e a educação como produtora da diferença, compreendida aqui não como sinônimo de diversidade, que erroneamente é abordada nos currículos escolares, mas para pensar propostas pedagógicas que respeitem as diferenças.

O fazer docente é objeto de debates teóricos sobre as práticas educativa inclusivas nos mais diferentes espaços acadêmicos o que deixa em evidência a invisibilidade impostas às pessoas LGBTQIAPN+. O estudo sobre direitos humanos provoca conflitos para os colaboradores da pesquisa e aos que pesquisam as questões inerentes a essas temáticas.

A contemporaneidade se apresenta enquanto espaço-tempo favorável a mudanças significativas, ultrapassando as fronteiras que classificam o normal e o que anormal. Cabe à escola incluir as mudanças socioculturais, evidenciando que as teorias identitárias serão preponderantes para a formação continuada, na elaboração de uma agenda que ofereça subsídios para novas práticas educativas.

5.18 Ação educacional, novas tecnologias e a lgbtfobia

A violência contra a comunidade LGBTQIAPN+: proposta de ação educacional e de uso de novas tecnologias digitais para o combate da lgbtfobia é um artigo que discute diversos tabus e códigos que não expressam em sua natureza a real significância dialógica necessária para questionar e combater o tema da violência contra os LGBTQIAPN+, mas são relevantes para entender que a sociedade atual vive tempos de equivocadas interpretações dos ensinamentos cristãos muito presentes nos meios sociais, disseminando o que se assemelha a uma banalização da temática LGBTQIAPN+, não permitindo uma análise profunda de escuta da dor vivida socialmente na consciência de alteridade fomentando construções homofóbicas.

Esse cenário colabora para um aumento significativo das mais diversas violências, sejam elas letais explícitas ou sutis como o aumento da LGBTFOBIA, que é toda a diversidade das culturas baseadas em identidade sexual e de gênero. Ou seja, englobando todos que não se identificam como heterossexual ou cisgênero, não somente Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros (Swain, 2007). Esse grupo minoritário que busca perante o Estado de direito e perante a Justiça o reconhecimento jurídico de sua existência,ainda sofre com o silêncio social. Segundo Piovezan (2010), o silêncio é marcado principalmente na escola e na família, que são duas instituições de grande influência na formação e no processo de socialização do sujeito.

Goleman e Senge (2015) destacam que é necessário empatia para desenvolver uma sociedade que valorize a diversidade, que apoie e entenda a necessidade de respeito mútuo; e sem conhecer o outro, sua realidade, ou mesmo sem conseguir enxergá-lo como se estivesse em seu lugar, é impossível formar indivíduos empáticos.

A sociedade precisa promover a diversidade e a pluralidade no mundo em que vivemos aonde as tecnologias também vieram para somar nesse processo. Buscar criar meios tecnológicos que atinjam por identificação, simpatia com a ideia, seja para informar, orientar, ajudar a combater toda forma de repulsa a essa diversidade e pluralidade.

As tecnologias digitais e a Internet trazem oportunidades de novas formas de aprendizado. Elas podem ser uma interconexão no sentido de desenvolver potenciais, e fazer a sociedade conceber novas formas de interagir, mais solidárias, que permitam perceber o outro e conviver com mais humanidade.

Benevides (2017) sustenta a real necessidade de que todos compreendam que não há dúvidas, de que a educação é o melhor meio para isso. Os espaços formais ou não formais podem promover a conscientização sobre como é importante criar uma cultura social de respeito, de modo que um grupo social entenda o outro, respeitando os direitos da outra pessoa.

5.19 Desconstruindo preconceitos

O artigo Diversidade sexual e de gênero: construir com conhecimento para descontruir preconceito aborda conceitos para compreender sexualidade, gênero, diversidade, diferença, identidade, sexo. LGBTQIA+ e o significado de outras denominações. No estudo, Guacira Lopes Louro (2008, p.22) sobre a diferença explica "[...] que ela é um predicado que se justifica quando construída em uma relação e a identidade é como nós percebemos e nos colocamos para a sociedade". Tomáz Tadeu da Silva (2000) destaca que a diferença e a diversidade sexual e de gênero não são estanques, transformam-se. São construções sociais subjetivas. A identidade e a diferença são agenciadores inertes da cultura (SILVA, 2000, p.96), conforme explica: "[...] não é fixa, coerente, unificada e tampouco é homogênea, definitiva, idêntica. É um processo de produção, um ato performativo, instável, contraditória, inacabada".

5.20 As expressões sociais de não aceitação das pessoas LGBTQIA+

"Gritos, tiros, sangue e muito medo" – violência contra as pessoas LGBTQIA+ e o processo educativo é um artigo que destaca os casos de violência. Uma pesquisa bibliográfica e documental que discorre sobre as expressões odiosas contra LGBTQIA+ e como isso interfere nas relações sociais, com foco na área educacional.

Os Estudos Feministas consideraram que organizar políticas públicas específicas para lidar com a LGBTQIAfobia precisa da efetivação das ações propostas por movimentos sociais que são fundamentais para combater a violência e podem contribuir para combater a violência de gênero através da formação ética, preventiva e de reconhecimento.

O estudo relata o caso de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, bigêneros, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*s, questionadores/as, intersexos, indecisos/as, assexuados/as, aliados/as), que ocorreu em Orlando, nos Estados Unidos (EL PAÍS, 2016), e provocou diversas reflexões sobre diversidade sexual no trabalho docente e fez

pensar sobre as várias formas de violência a que estão submetidas em maior ou menor grau as pessoas LGBTQIA+.

Dagmar Meyer (2009, p. 214) destaca que "[...] aquilo que se entende, se nomeia, se prática e se sofre como violência muda nas diferentes sociedades e nos grupos culturais. A prática violenta deve ser pauta de sucessivas discussões sobre os motivos, as características, os formatos, as suas especificidades e assim combatê-la, preveni-la". Essas discussões têm aumentado a exigência pela diminuição de todas as formas de violência.

A discriminação sexista e LGBTQIAfóbica precisa de legislação e métodos de combate específicos a tais práticas e que favoreça a implantação dos direitos humanos enquanto prática social, não deve ser apenas algo escrito no papel, mas deve beneficiar esses grupos sociais combatendo as violências provenientes das vivências culturais, desconstruindo-as e apontando para ferramentas de formação e mediação desses conflitos.

O reconhecimento das diferenças enfatizado por Fabiana Carvalho (2020) afirma: "A educação deve questionar estereótipos e o fundamentalismo conservador religioso, pois ainda há [...] muitos episódios de ações parlamentares, repressoras, sexistas, misóginas e segregadoras que limitam a contribuição do currículo e impedem a valorização da pluralidade". (Carvalho, 2020, p.15)

A construção de espaços plurais, na educação que viabilizem debates sobre gênero, sexualidade, LGBTQIAfobia têm se tornado expressivas, no entanto prevalecem diversas realidades muito violentas. A ressurgência de novas produções científicas com novas análises e direções, que podem quebrar a corrente de ignorância, conhecimentos distorcidos e tendenciosos, quer sejam conscientes e /ou inconscientes.

Os diferentes olhares carregados de marcadores culturais heteronormativos, que transbordam preceitos patriarcais, físicos e simbólicos, os quais, torturam, revoltam, silenciam e deixam marcas de repressão que presenciamos nos diversos meios sociais, apontam para a via da educação como o caminho mais curto para a equidade.

A educação, enquanto política pública, segundo John Dewey (2011), considera que as atuais experiências sociais têm apontado para um quadro de violência muito grande contra pessoas LGBTQIAPN+, não podendo ser ignorado pela escola progressista a qual se busca na sociedade atualmente. Para Dewey (2011, p. 22) [...] a educação progressiva une experiência e aprendizado, o que deve ser considerado na elaboração das práticas escolares.

A maioria das instituições escolares tem colocado em pauta a violência que sofrem as pessoas LGBTQIAPN+ através do debate sobre a importância dos registros de violência e dando atenção para o que vem ocorrendo socialmente, pois as/os agressoras/os, assassinas/os, segregadoras/es, têm passado pelas cadeiras escolares e continuam a violar os direitos humanos LGBTQIAPN+.

5.21 Mídias digitais e os discursos homofóbicos

A pesquisa Mídias digitais e os discursos homofóbicos foi desenvolvida a fim de propor reflexões e descrever informações obtidas sobre quem produz e como são produzidos e propagados os discursos de ódio homofóbicos em mídias digitais, analisando os significados dessas ideias com base nos dados coletados entre 2011 e 2018. O direcionamento dos discursos aponta para o conceito de homofobia avançam sobre as disputas políticas que envolvem direitos dos homossexuais e liberdade individual. Na produção dos discursos de ódio e como essas moralidades são reificadas ou não pelos comentadores a essa produção.

A definição de ódio é algo em conflito e disputa, visto que ele não pode ser caracterizado como algo fixo em um tempo ou em um sujeito/grupo (AHMED, 2004), mas como algo definido no encontro entre sujeitos e grupos com sua formação intelectual e cultural individual.

As relações através das quais o ódio permeia são mediadas pela diferença e pelo lugar ocupado por cada um dos indivíduos, possuindo diferentes significados e atribuições. O discurso de ódio é um tipo de crime que possui parâmetros diversos devido ao modo específico de assimilar (em afeto e efeito) o ódio, não podendo haver uma descrição estrita. Ahmed (2004) ressalta que tal manifestação de ódio não se restringe a grupos extremistas, assim como nem todo ódio pode ser categorizado como crime, pois nem todos os atos particulares têm a mesma motivação ou surgem de uma mesma forma, assim como a criminalização não inibe os efeitos que o ódio traz para o mundo.

A violência homofóbica é um campo em aberto, sobretudo no que tange os discursos de ódio. Os movimentos LGBTs brasileiros apontam que uma lei com o projeto de lei complemente, número 122 (2006) pode ser eficaz para minimizar a violência contra tal grupo. Sua categorização específica mostra que a violência envolve formas de poder que são corpóreas sociais e estruturais e, como categoria, o crime de ódio pode ser útil

para mostrar como os efeitos do ódio podem ser vistos, dando voz à experiência afetiva da injustiça como meio de estabelecer a verdade a ser prevista em lei.

Ao discutirem sobre a PLC 122, algumas definições sobre liberdade de expressão foram apresentadas. Não é preconceituoso ser contra o PLC, mas direito de expressão e opinião ou o ato de discordar é diferente de ser homofóbico, pois estes fazem parte da democracia. Faz-se, portanto, necessário ser categórico: ódio é incitar violência, e isso não pode! Apelidada por alguns como lei da mordaça, afirmavam que a criminalização [do discurso] rompe a liberdade, criminaliza a opinião dos evangélicos, quebra princípios básicos, impede de dizer o que se pensa e não [busca] caminho respeitável de convivência entre pessoas com opiniões diferentes.

Ao tratar sobre os discursos de ódio em mídias digitais, as definições de discurso de ódio são questionadas e podem tomar noções mais restritas ou mais amplas. Os estudos de Ahmed (2004) e de Scott (2005) auxiliam a tecer questionamentos sobre como as diferenças individuais e grupais são utilizadas em diversos discursos para objetivos específicos, assim como disputas internas dos próprios movimentos LGBTs podem ser questionadas ao tratar sobre as dinâmicas em torno de direitos (SIMÕES, FACCHINI, 2009).

As discussões sobre discursos de ódio levantados por Junqueira (2009) na educação ajudaram a levantar questionamentos sobre não ser exclusividade da direita conservadora, por exemplo, o projeto Escola sem Homofobia também está presente em campos considerados progressistas. O debate proposto por Prandi e Santos (2017) ajudam a questionar sobre as diferenças de opinião entre evangélicos pentecostais e não pentecostais, políticos ou não, em relação as pautas econômicas e morais. As discussões sobre ideologia de gênero como categoria acusatória ajudaram no abandono das pautas de gênero e sexualidade nas discussões Legislativas sobre os planos educacionais. (BORGES, BORGES, 2018).

> A homofobia "[...] está tão arraigada na educação que, para superá-la, impõe-se um verdadeiro exercício de desconstrução de nossas categorias cognitivas [...]" (Borrillo, 2010, p. 87).

6 DISCUSSÃO

A leitura dos artigos para organização da revisão sistemática subsidiou a identificação de elementos teóricos, aprofundando a análise das produções acadêmicas sobre violência contra LGBTQIAPN+. As reflexões sobre a realidade escolar vivenciada nas escolas e a contextualização teórica das pesquisas bibliográficas constatam o conservadorismo, a padronização da sexualidade na convivência dos grupos sociais, excluindo o que está fora dessa normatização.

A escola vive em permanente negação, tenta apartar as identidades, as diferenças que se apresentam, como se a sexualidade fosse um elemento descartável reforçando os estereótipos. A realidade nas escolas impõe a relevância do tema por ainda persistirem resistências, tabus, desconhecimentos, assédios e abusos sexuais que contribuem para validar desigualdades, hierarquias, violências e exclusões que levam as pessoas LGBTQIAPN+ a abandonarem a escola ou serem excluídos.

Os que têm seus direitos a educação negados encontram dificuldades para acessar o emprego e por não terem escolaridade têm poucas oportunidades profissionais, restando a elas sobreviverem de subempregos ou a prostituição. Sofrem um verdadeiro *apartheid* sexual, social, econômico que os priva de usufruir direitos.

Pesquisar as desigualdades, diferenças e diversidades são determinantes para os que compõem o espaço escolar. As pessoas transgênero sofrem discriminação quando têm negado o direito de ser chamado pelo nome social. São vítimas de exclusão estruturalque impede a qualificação profissional, o acesso ao emprego porque sofrem incentivos para abandonar a educação formal.

Esses fatos não podem ser omitidos, eles são relevantes para orientar o planejamento de ações que impeçam a reprodução desses comportamentos. O espaço reservado a transexuais e travestis é o da exclusão extrema, não existe a garantia do direito à vida, ameaçada cotidianamente (Jesus, 2012, p.11). A ausência de informações nas escolas provocada pela falta de registro das agressões e das providencias tomadas é grave e não podem ser ignoradas.

A pesquisa bibliográfica registrou os relatos de pessoas LGBTQIAPN+ que sofreram e sofrem com falas do tipo: “tem que virar homem”, “parece mulherzinha”. As meninas por serem lésbicas, bissexuais, gays e negras, o comentário, invariavelmente é machista. Não existem protocolos para atender pessoas agredidas nas escolas, também não há a comunicação a conselhos tutelares ou delegacias de polícias e quando há, polícias

e conselhos tutelares mostram-se despreparados e revitimizam as vítimas. No registro dessas ocorrências, observa-se que a falta de preparação ou conhecimento na denominação das vítimas.

Ao analisar as informações da pesquisa bibliográfica, constata-se que o silêncio sobre um problema tão grave fortalece a violência de gênero contra LGBTQIAPN+. Além da inexistência de atividades educacionais capazes de dialogar sobre esses conflitos. As ocorrências transfóbicas e homofóbicas exigem que as instituições não se omitam ou ocultem a presença da sexualidade, diferenças e diversidades durante o processo educacional.

Educadoras/es transgêneros sofrem transfobia dos colegas de trabalho reforçando um território hostil em especial os/as transexuais. Um espaço que continua com a perpetuação de estereótipos de manutenção e conservação de normas. A escola pode valorizar as diversidades transformando, levantando questionamentos, promovendo a desconstrução da naturalização de comportamentos violentos que prejudicam o ensino-aprendizagem.

Os estudos sobre agressões violentas podem subsidiar a elaboração de instrumentos de acolhimento e prevenção para atender as pessoas lésbicas, gays e bissexuais, pessoas de diferentes gêneros, idades. Abordar as temáticas de gênero e diversidade sexual na escola pode impedir a negação da existência de pessoas LGBTQIAPN+. Mesmo que não existam gays, lésbicas, travestis nas escolas ainda assim seria função da educação abordar sobre sexualidade.

Se o processo escolar exerce a função de mediador do conhecimento não seria pertinente, trabalhar esses temas com todos, independente da sua orientação sexual, identidade e gênero? Falar e aprender sobre diversidade sexual é uma exclusividade somente de gays, lésbicas e transgêneros?

Essas informações são determinantes para a formulação de estratégias de planejamento e viabilização de recursos para implementação do combate à violência de gênero. Como enfrentar esses problemas se os agentes educacionais não estão preparados para intervirem nesses conflitos, desde os que trabalham na portaria até os gestores? Para essa formulação é necessário conhecer suas opiniões sobre as violências e quais são suas implicações.

O problema não são os profissionais não saberem o que fazer diante dos conflitos e sim a recusa ou agirem, mas com desrespeito, ironia e repressão. Pois, quando chamados a se manifestarem sobre violência de gênero contra LGBTQIAPN+ falamos de quem?

São pessoas com valores e princípios muitas vezes conservadores que na maioria dos casos nunca participaram de preparação ou a que tiveram foram dentro dos mesmos valores conservadores.

Essa realidade provoca conflitos entre as múltiplas visões de mundo, pois as transformações sociais e tecnológicas e os novos relacionamentos confrontam os tradicionais com suas identidades. É necessário que os educadores compreendam a importância de mediar os conflitos que ocorrem na escola para entender a relevância na implementação dos currículos.

> [...] desocultar o currículo é parte de sua eficácia que reside nessas naturezas ocultas. [...] se conseguirmos desocultá-lo, se tornará menos eficaz, deixará de ter os efeitos por ser oculto. O que permitirá alguma possibilidade de mudança. Tornar-se consciente do currículo oculto significa, de alguma forma desarmá-lo. (Silva, 2013, p.18).

As indagações e rejeições reforçam a necessidade de preparar os agentes educacionais através da formação continuada para abordarem a sexualidade, compreendendo que ela não é pessoal, é social, política, aprendida e construída. Essas formulações devem ser embasadas na realidade escolar, no estudo e análise das metodologias para criar alternativas pedagógicas.

A professora Viviane Melo de Mendonça (2017) diz que a educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade. Ela cria condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar a convivência com as diferenças que naturalmente existem. Para ela, os estudos de gênero e sexualidade contribuem para formular questões e elaborar ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade, combatendo a discriminação e preconceitos e as violências de gênero,

As escolas e as demais instituições públicas devem apresentar ações transversais, regulamentadas enquanto atores educacionais com representações sociais e responsabilidade políticas necessárias ao processo educacional para comportamentos heteronormativos de subordinação e dominação de ideologias ensinadas de forma deliberada ou não.

A leitura dos artigos contribuiu para a reflexão sobre a realidade escolar, como o exemplo da utilização de questionários *online* para realizar pesquisas e coletar informações olhando para intersecção de gênero, idade, sexualidade, buscando investigar os impactos que os conflitos causam entre pessoas com diversas identidades sociais.

A reação contrária, o medo e a rejeição dos que não aceitam que se discuta a sexualidade e suas diferenças, mesmo quando a violência acontece em forma de brincadeiras. São posturas individuais ou coletivas que refletem um comportamento do cotidiano a ser investigado e a pesquisa pode ajudar na compreensão das interações sociais que influenciam comportamentos na convivência escolar.

Embora o país esteja entre aqueles que mais cometem assassinatos homofóbicos, apenas recentemente o STF tornou esse tipo de violência em crime com base na Lei do Racismo a Homofobia. O que levou empresas privadas e públicas, e as redes públicas de ensino, começarem a implantar programas que invariavelmente por pressões políticas logo são suspensas ou ignoradas. A não adoção de ações educacionais de enfrentamento é fruto do entendimento de que não deve haver intervenção do Estado.

A invisibilização dos LGBTQIAPN+ causada pelo silêncio atinge as mulheres lésbicas negras, não só pela homofobia, racismo e a misoginia. Junqueira (2010) afirma que há uma discriminação em relação às lésbicas, mas ela é negada e invisibilizada. Alguns profissionais da educação transformam essas adversidades em ações de reconhecimento e valorização das diferenças independente do gênero, da orientação sexual, da raça e ou classe.

Os elementos coletados na revisão sistemática tornam possível observar que mesmo os educadores cometem atos de violência contra aqueles que estão fora da heteronormatividade com graves prejuízos para a aprendizagem e o psicológico. Diante dessa afirmação é possível levantar alguns questionamentos com base nos elementos analisados nos artigos pesquisados: que educação é essa que omitimos a sexualidade, as identidades e orientações de gênero?

A escola, segundo Guacira Louro (2007), é uma tecnologia que produz e reproduz crenças, valores e legitimam hierarquias. Silenciam e banalizam a misoginia, a homofobia, a transfobia, o machismo e o racismo. A questão apresenta um quadro opressor onde é possível questionar: para qual mundo estamos preparando nossos (as) estudantes se a escola ignora os dissidentes sexuais? Por qual razão as desigualdades e os desempoderamentos são intensificados, deixando LGBTQIAPN+ invisíveis?

Esse apagamento está relacionado à compreensão de que a escola não é lugar para eles (as)? Portanto, não são elaborados currículos que orientem projetos que promovam a empatia, a sororidade, a equidade e a interseccionalidade nas relações construídas na escola.Segundo Michel Foucault:

> "[...] o ensino é político, privilegia alguns conteúdos em detrimentos de outros. [...] mesmo a não menção a certos temas tem efeitos políticos. O silêncio impede o combate a alguns tipos de discriminação e até mesmo o reconhecimento de sua existência. [...] é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que ele traz consigo" (Foucault, 1970, apud. Carrara, 2010, p.77-80).

O silenciamento sobre as diferentes orientações sexuais que não seja a heterossexual pode ser constatado no ocultamento e ausência de informações sobre ataques homofóbicos em contradição a vasta disponibilidade de dados de outros segmentos.

Os indicadores impactam na destinação de recursos para implementar políticas públicas revelando o nível de prioridades nas esferas governamentais. O relato de escolas que tomaram a iniciativa de aplicar questionários, que mesmo *online* provocaram movimentos contrários, mas conseguiram ampliar a pesquisa para colher elementos que nortearam o diálogo, não permitindo que LGBTQIAPN+ sofram repressão sexual e exclusão dos espaços públicos. A segregação espacial que as travestis e os/as transexuais enfrentam ao terem, por exemplo, a utilização do banheiro negado, é uma heteroregulação.

6.1 As práticas pedagógicas e os novos arranjos familiares

Os dados oficiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) sobre a violência podem contribuir com intervenções que promovam uma cultura de respeito às diferenças visando à superação das interferências no acesso e permanência dos LGBTQIAPN+ nas escolas. As práticas conservadoras que são implementadas inviabilizam atividades sobre educação e sexualidade porque são permeadas de polêmicas em razão da visibilidade dada a identidade de gênero e violência sexual.

Os novos arranjos familiares é um tema contemporâneo, superado no Judiciário e combatido no Legislativo e tem se tornado presente nos debates sobre no contexto do final do Século XX e início do Século XXI. Para Mello, Grossi e Uziel (2009), a transformação do modelo de família se deu especialmente a partir da difusão dos valoresdemocráticos, diminuição das crenças religiosas e a consolidação da organização da vidaparticular a partir de escolhas pessoais diante, como por exemplo, a sexualidade e organização familiar. Os autores, afirmam ainda que filhos e filhas de casais gays e lésbicas constituem um conjunto crescente de alunos e alunas das escolas e são

praticamente ignorados, entretanto a maternidade e paternidade de casais homossexuais é uma realidade recente no Brasil.

Na escola, essas famílias são geralmente invisíveis, com pais e mães muitas vezes orientando seus filhos e filhas a omitirem de seus colegas, professores, funcionários e diretores a composição não convencional de sua família, especialmente nos casos em que as crianças convivem com um casal de indivíduos do mesmo sexo, por receio de que sejam vítimas de preconceito, de discriminação e de violência.

As iniciativas, nas escolas voltadas a escutar e a respeitar estas diferenças na organização familiar de seus estudantes são raras, mesmo nos casos em que é visível o compartilhamento da guarda das crianças por casais não heterossexuais (Mello; Grossi; Uziel, 2009, p.161).

A relação estabelecida entre família e escola é concebida como a de colaboração, cooperação e acompanhamento. A escola reproduz em seus discursos e atividades modelos padronizados e hegemônicos de família, pautada na relação heterossexual, o que resulta em invisibilidades, em não reconhecimento e em angústias naqueles/as que não se encaixam nos modelos dominantes de família. Como as comemorações dos dias dos pais e das mães, por exemplo, transpondo valores do mercado para dentro da escola de uma forma heteronormativa.

Outro exemplo, seria o Dia da Família que poderia ser mais que uma comemoração, representaria uma forma pedagógica de horizontalizar e reconhecer a diversidade familiar da atualidade. A cidadania LGBTQIAPN+, que ainda está sendo construída, reivindica direitos como o casamento, a adoção, a qualidade de vida, a liberdade, o respeito às diferenças da sua condição, a segurança e o direito à vida que ainda lhes são negados.

Problematizar e materializar o papel e a função social da educação no combate a essas violações são necessárias para consolidar ações educativas que incluam os novos arranjos familiares, pois o que é desconhecido, não raro, favorece o aparecimento do preconceito, de discriminações e de exclusões.

Um marcador que se destaca nessa discussão são as religiões que condenam e perseguem através de pressões psicológicas a população LGBTQIAPN+, as quais frequentemente acusam os militantes que lutam por igualdade, equidade de gênero de serem provedores de uma ideologia gênero. Os grupos mais estigmatizados e violentados são os corpos transgêneros, que são agredidos/as e insultados/as por sua aparência e comportamento. A identidade de gênero é sistematicamente negada e são marginalizados

em locais públicos, no mercado formal de trabalho, no ambiente escolar e na vida diurna. Restando a esse grupo, em alguns casos, ocupar os espaços públicos a noite como local de trabalho. É comum ouvir que pessoas nessa condição tenham sido oprimidas por educadores/as ou colegas de sala devido a sua sexualidade.

De acordo com o Relatório Violência LGBTfobia (Brasil, 2016, p. 6), o termo LGBTfobia é categórico para o entendimento da dinâmica sociocultural e política no cenário atual da população LGBTQIAPN+. Apesar dos avanços na aceitação da homossexualidade é relevante evidenciar que professores e funcionários são vítimas, tendo os colegas como algozes. O enfrentamento da homofobia faz parte do esforço para respeitar as diferenças e a valorização das diversidades na escola.

Segundo o relatório do Curso de Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2009, p. 149), atitudes discriminatórias contra as sexualidades consideradas desviantes entre as/as próprias/os estudantes são a contrapartida da vigilância que se exerce sobre as consideradas normais.

A LGBTfobia é estrutural, onde o patriarcado através de atos desqualifica os que se mostram fora do arquétipo *cis* normativo. Questionando suas competências devido a orientação sexual, identidade de gênero, que são inatas as pessoas, assim como a heterossexualidade ou cisgênero.

As desigualdades na vida social e econômica dos alunos (as), exigem busca por alternativas de transformações que rompam os limites segregadores, construindo ambientes onde a diversidade sexual possa se manifestar interagindo para que a educação tenha um olhar mais inclusivo, e onde as interseccionalidades possam contribuir com o gênero, raça dos movimentos que a compõem.

Vergueiro (2015, p.70) problematiza o significado da transfobia a partir do referencial *queer* e decolonial que compreende a cisnormatividade e cissexismo estruturantes da violência institucional, em especial as demandas e necessidades das mulheres racializadas.

A decolonização denuncia e visibiliza as estruturas coloniais que organizam as dinâmicas sociais, colocando as pessoas no estranhamento e impedindo-as, como destacado por Zerbinati e Bruns (2018, p.80), de ser alguém em algum lugar como as alunas (os).

As transgêneras que abandonam a escola em função da violência constatam uma realidade que revela comportamento contraditório para um espaço de aprendizagem, onde podem se desenvolver, construir conhecimentos e através dele romper barreiras. E desta

forma ampliar horizontes, tanto educacional, pessoal e profissional (Neto e Agnoleti, 2014, p.254-255).

A existência de um compromisso coletivo favorece a percepção de que a diferença amplia a pluralidade diminuindo o sentimento de não pertencimento. O conhecimento, certamente contribuirá para diminuir as normas excludentes dos que não se enquadram no modelo hegemônico e são jogados a margem da sociedade, e mesmo quando enquadrados são excluídos, pois estão fora do padrão.

O conhecimento sobre sexismo, misoginia, xenofobia *bullying* e *cyberbullying* possibilita aqueles/as que rejeitam os/as LGBTQIAPN+ entenderem que a existência deles/as não desaparece com a família e os preceitos religiosos. Pois são informações que se completam e contribuem para incluir as pessoas segregadas. As discriminações nas relações sociais devem ser eliminadas porque destacam a intolerância e o ódio.

A sociedade precisa superar o entendimento de que essa pauta não é da escola e sim uma atribuição do núcleo familiar. A liberdade de ensinar e expressar a pluralidade das formas de manifestar a sexualidade, respeitando as diferenças, é uma realidade que busca a eliminação desses conflitos. Esse esforço tem enfrentado impedimentos nas instâncias legislativas, religiosas, no Executivo e Judiciário para que se discuta tecnicamente a violência de gênero contra LGBTQIAPN+.

Esses posicionamentos têm criado dificuldades para abordar a sexualidade nas escolas. Os debates sobre ideologia, religião e política têm se acirrado para impedir uma nova modalidade de violências, que provocam um grave problema político, social e econômico, onde as pessoas são perseguidas e filmadas sendo torturadas e assassinadas nas redes sociais através da internet.

O *cyberbullying* tem sido uma ferramenta utilizada para a prática de violência de gênero. Mendonça (2017, p. 18) afirma que as interferências através dos discursos de ideológicos contra a formulação e implementação de políticas educacionais, sociais e econômicas destinadas a combater o ódio, a intolerância e o fundamentalismo religioso precisa ser enfrentada, pois, tem aumentado os atos violentos contra trans e gays negros/as ligados/as às religiões afro-brasileiras. Daley e Macdonnell (2011) afirmam que o discurso religioso acaba por reforçar os estereótipos neutralizantes e binários do gênero e da sexualidade.

A violência doméstica também afeta as mulheres trans, agredidas por seu parceiro agressor, que normalmente é uma pessoa cisgênera. Portanto, enfatizar a importância da educação sexual e informar as redes de apoio disponíveis é vital, para abordar e prevenir

a violência doméstica. É uma violência generalizada, estrutural e cultural que passa pela escola, provocando o silenciamento sobre a própria sexualidade, impedindo avanços e o desenvolvimento emocional e profissional.

As trans mulheres, por exemplo, ainda enfrentam muitos problemas, apesar da maior visibilidade e da aceitação da diversidade sexual. Callahan e Zukowski (2017) ao estudarem as reações de pessoas cis quanto à utilização de banheiros públicos por transexuais, relatam que a opinião mais expressiva foi que estes devem usar os destinados ao seu gênero biológico.

As reações negativas às trans são independentes do banheiro utilizado, seja do gênero que se identificam ou o banheiro correspondente ao gênero. A mensagem social apreendida é a de que não há espaço para conivência respeitosa aos que estão fora da heteronormatividade. É preciso investir em estratégias quem auxiliem na quebra dos preconceitos.

Barreiros (2017, p. 17-18) ressalta que o ambiente educacional é um espaço que apresenta agressividade para pessoas LGBQIA+. São apartados, excluídos e discriminados. A violência de gênero, raça, credo religioso, a ideologia política e o preconceito, invadem os espaços públicos violando direitos no mercado de trabalho, nas redes sociais, no ambiente familiar e nas escolas, que deveriam ser espaços de cidadania e respeito às diversidades (Louro 1997).

A sociedade tem tratado os homossexuais na invisibilidade ou com atitudes homofóbicas, não levando em consideração que a interação afetiva é que vai determinar a sexualidade de uma pessoa (Weeks, 1995). Os espaços educativos devem mobilizar setores socioculturais pelo reconhecimento, legitimidade e fortalecer o papel estratégico na inclusão da diversidade sexual, como um fator para promover a igualdade de oportunidades, enfrentando preconceito, discriminação e violência nas questões de gênero e sexualidade (Reis; Streit, 2018, p. 8).

6.2 Contexto da violência estrutural, a evasão, abandono e fracasso escolar.

A violência estrutural implementada pelas instituições desempenha diferentes papéis na sociedade e reproduzem práticas que fortalecem as desigualdades. A hierarquia que discrimina e exclui as pessoas LGBTQIAPN+, que são colocadas em vulnerabilidades por não se enquadrarem no padrão heteronormativo e nas regras sociais e historicamente impostas, são definidas por pessoas em posição de poder patriarcal.

Identificar a violência estrutural nas diferenciações feitas entre classe, raças, gênero e orientação sexual têm sinalizado que a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil tem se constituído num fenômeno histórico que (Seffener, 2014), (Junqueira, 2013), (Rios; Dias, 2019) as classificaram em: violência simbólica/subjetiva e corporal/objetiva, com a intenção de silenciar toda manifestação das diferenças, inerentes aos estudos identitários.

A violência simbólica/subjetiva se manifesta através do modelo familiar patriarcal compulsório, cis, heterossexual, que anula as identidades gênero e sexualidade dos que se reconhecem fora desse modelo. Quem não se enquadra serão considerados/as como estranhos/as, ou seja, desviantes e, portanto, passíveis de punição (Rios, 2021).

A violência simbólica deslegitima através de xingamentos, exposição pública e olhares de censura, toda expressão que manifeste o direito às subjetivações identitárias, étnicas, geracionais e territoriais. A violência corporal/objetiva é mais direta, marca o corpo, materializa-se ao delinear os modos de ser e viver de pessoas LGBTQIAPN+.

Tanto a violência simbólica/subjetiva, quanto a corporal/objetiva, intenciona o silenciamento das identidades de gênero e sexualidade dissidentes, em defesa da cis heteronormatividade, como a única maneira de expressão de subjetivação humana (Colling, 2018).

O silêncio e a omissão de informações estimulam a violência e a ausência de dados estatísticos inviabiliza o tratamento adequado às agressões sofridas pela população LGBTQIAPN+, prejudicando a investigação das causas mais estruturais para o racismo, o machismo, a homofobia e a misoginia. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra, 2021) destaca em seu relatório os aumentos de assassinatos e a violência homofóbicas constatando o crescimento dos vulneráveis socialmente, pois com a crise econômica e política e a perda dos empregos acredita-se que 4% de pessoas trans feminina tem empregos formais que possibilitam a promoção e progressão profissional e 6% estão na informalidade, onde ressaltam-se os 90% que sobrevivem através da prostituição (Benevides; Nogueira, 2021, p. 18).

A violência estrutural é um grande entrave para a defesa da cidadania dos grupos LGBTQIAPN+ que os priva de usufruir dos bens sociais fundamentais e atinge os que vivem a sexualidade divergente, lutam contra o preconceito e a discriminação que também é praticada através da omissão dos que não aprovam leis que garantam os direitos fundamentais das pessoas LGBTQIAPN+.

O STF criminalizou que a homofobia através de uma Lei, aprovada em 13 de junho de 2019, relatada por Celso de Mello, que igualou a homofobia ao crime de racismo. As condutas homofóbicas resultam em atitudes que inferiorizam os/as LGBTQIAPN+ e se assemelham a tratamentos discriminatórios a esses grupos que sofrem violências estruturais. Daí a importância de ter uma lei que transforma em crime condutas homofóbicas e transfóbicas para combater essa prática violenta que expõe a vidahumana.

Tornar as agressões em razão da homossexualidade crime de racismo é essencial, um avanço importante, pois o país é o que mais mata pessoas homossexuais no mundo. Mesmo tendo claro que a homofobia e a transfobia não desaparecerão, apenas talvez diminuam com a política do encarceramento. Outras políticas públicas são imprescindíveis para a movimentação de outros pilares, pois quando eles se movimentam, a educação pode acelerar essas transformações.

A violência estrutural se dá nas diferenciações feitas entre classe, raças, gênero e orientação sexual silenciando e omitindo informações que estimulam a violência. A ausência de dados estatísticos inviabiliza o tratamento adequado às informações que podem contribuir para investigar as causas mais estruturais para o racismo, o machismo, a homofobia e a misoginia.

As alunas trans que abandonam a escola terão muitos impeditivos para garantir, por exemplo, o emprego. As pessoas transgêneros, que em função do abandono escolar acabam por explorar e comercializar seus corpos, são vítimas desse fracasso escolar. A escola produz isso, pois desde o seu início, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva.

A escola separou os sujeitos tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os quais a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (Louro, 1997, p. 57).

O abandono em função da violência é uma realidade que revela umcomportamento contraditório para um espaço escolar de aprendizagem, desenvolvimentoe construção de conhecimentos para através dele romper barreiras, ampliar horizontes emnível pessoal, educacional e profissional (Neto e Agnoleti, 2014, p.254-255).

As escolas foram organizadas enquanto espaços “[...] de reprodução de modelos autoritários, preconceituosos e discriminatórios” (Brasil, 2007, p. 26). Reforçou valores, normas e crenças conservadoras e heteronormativas, incorporadas por uma única

identidade de referência para determinar a noção de normalidade, de diferença e de inferioridade dos sujeitos condicionar as práticas sociais e sexuais da população (Louro 2008; Junqueira, 2010).

A reprodução nos espaços educacionais da intolerância ao diferente e a violação do direito fundamental de acesso e permanência ao ensino regular dessas minorias sexuais são para Silva e Souza (2018) representações ancoradas em padrões sociais geradores de fenômenos como a evasão escolar de alunos e alunas LGBTQIAPN+.

Os índices de evasão e abandono escolar representam um dos grandes obstáculos devido à dificuldade para identificar a complexidade desses fenômenos. Batista, Oliveira e Souza (2009, p. 4), afirmam que "[...] o abandono escolar não pode ser compreendido, analisado de forma isolada porque as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais, entre outras, influenciam na tomada de decisão".

Alguns setores sociais demonstram aceitar essa pluralidade sexual, os mais tradicionais renovam seus ataques através de campanhas dos valores tradicionais e manifestações de extrema agressão e violência física (Louro, 2007, p. 21).

A expectativa social na atualidade gera incômodo ao ser exposta, analisada e questionada, pois atinge valores morais do ser humano, acostumado e criado em uma realidade cristã, ou seja, que utiliza da fé para explicar o inexplicável ou se explicado, pode ser um grande ameaçador da ordem social (Borges, 2018, p. 23).

A suposta ameaça representada pela população LGBTQIAPN+ a diversos segmentos da sociedade resulta em situações de intolerância e de violência, que não deve ser jamais permitida, como enfatiza Louro (2007, p. 203). Desprezar alguém por ser gay ou por ser lésbica é intolerável. No entanto, na nossa sociedade, essa parece ser uma atitude comum, corriqueira, talvez mesmo, compreensível.

6.3 Políticas públicas de formação continuada na educação e a violência contra LBTQIAPN+

As políticas educacionais devem amparar pessoas LGBTQIAPN+, bem como, de saúde, segurança, bem-estar social e outras áreas que contribuam para a garantia de sua cidadania. É essencial compreender essas conceituações de políticas públicas e políticas públicas educacionais.

As políticas públicas são diversas, assim como suas definições, pois não existe uma única, nem melhor definição para política pública (Souza, 2006, p. 24). Ela dialoga

com estudiosas/os e suas respectivas ideias traçando algumas compreensões, como o entendimento de vinculação ao governo e às questões da esfera pública provenientes de ações governamentais.

O entendimento de política pública relacionada às funções de governo pode influenciar a vidas das pessoas. É algo que os governantes através do seu poder de escolha, fazem ou não. A definição mais popular, segundo Souza (2006, p. 24) é ainda a disseminada por Harold Laswell (1936) que aborda "[...] decisões e análises sobre política pública implicam em responder: quem ganha o quê, por que e que diferença faz?"

Celina Souza (2006) e Adão Oliveira (2010) apontam quatro modelos: políticas distributivas decididas pelo governo com impactos mais individuais e alguns grupos são beneficiados; políticas regulatórias que se destinam à burocracia e são os aspectos legais que amparam a efetivação de política pública redistributiva ou distributivas; políticas redistributivas que são políticas sociais que atingem muitas pessoas, como a bolsa-escola, bolsa-universitária; políticas constitutivas que são aquelas que se atrelam aos procedimentos.

São políticas diversas que lidam com objetivos e grupos diferentes. O cenário violento para LGBTQIAPN+ e a inexistência de políticas públicas, reforça a urgência para implantação de uma política de formação continuada de educação sexual nas escolas, buscando uma melhor compreensão da diversidade, aceitação e respeito às diferenças e no enfrentamento na redução da LGBTfobia.

A pesquisa analisa ações que buscam a redução da violência LGBTfóbica e abordam a violência que o público LGBTQIAPN + é submetido, buscando alternativas de como a educação sexual nas escolas pode contribuir para a diminuição da violência nas escolas.

Adão Oliveira (2010) destaca a distinção entre políticas públicas e políticas educacionais. Ele parte de uma lógica básica de atrelamento às ações governamentais que são efetivadas ou não, logo, as políticas públicas educacionais se voltam às mesmas questões. As ressalvas no campo educativo se dão porque as políticas públicas educacionais consistem na materialização de ações e medidas controladas pelo Estado (Oliveira, 2010).

Haesbaert (2014) destaca as políticas públicas como programas de ações desenvolvidas direto ou indiretamente pelo estado, de interesse público, com princípios e propósitos em várias áreas voltadas para situações, como, por exemplo, de pobreza,

privação e vulnerabilidade, ou seja, que buscam sanar problemas sociais e criar oportunidades.

As políticas públicas a serem implementadas devem alcançar situações quecausam problemas imediatos e profundos, priorizando, viabilizando a inclusão e apromoção da equidade. O cenário violento para LGBTQIAPN + sinaliza a urgência na implantação de política de formação continuada buscando a aceitação, o respeito às diferenças e a eliminação da LGBTfobia nas escolas.

A implementação dessas políticas públicas sobre diversidade sexual pode contribuir para reduzir a violência LGBTfobica? Ao reconhecer a violência que é submetida o público LGBTQIAPN+ e valorizar a importância de políticas educacionais sobre formação continuada, além da elaboração de material didático-pedagógico específico sobre diversidade sexual, elas podem provocar avanços no combate a homofobia através dos discursos enraizados nas escolas.

A escola enquanto instituição obrigatória na vida de qualquer sujeito não pode mais compactuar com tais ideologias e violências. A educação deve primar pela quebra dos paradigmas historicamente instaurados, gerando transformações que rompam com este contexto de exclusão, proporcionando conhecimento que se reflitam nas práticas sociais, pois nenhuma outra instituição perpassa a vida das pessoas tanto tempo.

A ausência de ações formativas docentes contribui para eles não se considerarem aptos para abordar sobre educação sexual. Essa omissão reforça a percepção que considera inadequado tratar a sexualidade em espaço comum a todos, devendo ser recolhida e exclusiva ao casamento e a reprodução, pois fere os preceitos sociais (Silva, 2019; Foucault, 2014).

Debater o currículo e sexualidade na formação continuada é uma exigência das novas visões do conhecimento científico, pois a maioria dos docentes assume que nunca participaram de formação sobre como abordar a sexualidade. O processo formativo para ampliar as habilidades técnico-pedagógicas e esclarecer os diferentes questionamentos dos educadores, para combater a ineficiência e a ineficácia que comprometem o avanço dos aspectos inclusivos na educação.

As políticas educacionais de formação continuada são essenciais diante da falta de compromisso que vai desde a previsão orçamentária à implantação da educação inclusiva. A escola oferece oportunidades de transformação através de um trabalho emancipador de realidades. É um espaço de fala para o debate sobre sexualidade.

A sexualidade não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela invade através das atitudes e convivência social. O apagamento da sexualidade do currículo escolar evidencia a urgência da formação continuada a fim de combater os problemas homofóbicos, eliminando a resistência dos sistemas educacionais às propostas inclusivas e para superar a segregação curricular (Brasil,1998, p.292).

A espacialização é um dos procedimentos cruciais de poder do currículo ao não priorizar os direitos humanos, identifica-se com princípios racistas, excludentes e autoritários. Representa grupos com poderes que legitimam seus valores, impõe e reproduzem sua hegemonia, não promovem o diálogo, o respeito à diferença e a diversidade (Junqueira, 2010, p.297).

A Base Nacional Curricular Comum, a BNCC ao definir as suas competências não fez referência direta a sexualidade ou orientação sexual. Destaca a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação valorizando a diversidade dos indivíduos, grupos sociais, saberes, identidades, culturas e potencialidades, estabelecendo relações democráticas entre os diferentes (Brasil, 2018, p.10).

Abordar a Orientação Sexual e considerar a sexualidade como algo inerente à vida é respeitar a si mesmo, ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista, buscando contribuir para a superação de tabus e preconceitos existentes no contexto sociocultural brasileiro (Brasil 1998, p.287).

A sexualidade está no cotidiano das pessoas, não pode ficar restrita ao que se lê pelas redes sociais, que vêm sendo disseminadas com informações erradas. Não é possível ignorá-la. Neste aspecto, Ranniery (2020, p. 1452) faz uma provocação sobre qual o lugar do currículo e sua postura para incluir grupos em fragilidade social? O autor afirma que a resolução desse problema é tarefa coletiva e o currículo escolar tem um potencial mobilizador que não deve ser subestimado.

O artigo 2º da Lei nº 13.005/214 apresenta diretrizes para lutar contra o silenciamento diante da violência de gênero. Propõe construir bases para não erradicar todas as formas de discriminação, estabelecendo mais que uma política de governo, mas um programa de estado voltado para impulsionar a equidade e diversidade.

As práticas violentas de *bullying*, *cyberbullying*, racismo, xenofobia acontecem sem que ações preventivas sejam implementadas no currículo para incentivar o respeito às diferenças e combater os tabus e resistências. Segundo Amorim (2018, p. 53) é

essencial reconhecer e revelar um olhar para uma educação que reflita sobre a superação da visão fragmentada nos processos de produção de conhecimento.

Novas condutas podem incentivar a inclusão da diversidade sexual e de gênero e captar melhor as narrativas inerentes às vivências, pois a formação docente é um ato político relevante que aproxima a academia, o meio da produção e a sistematização do conhecimento que terão a escola como indutor dos processos pedagógicos de construção desconstrução-reconstrução de diferentes aprendizagens.

Estudar a diversidade sexual na formação pode contribuir com a prática pedagógica para incluir as questões LGBTQIAPN+. Para Rios (2021) elas não são representadas nos textos discutidos em sala de aula nas imagens trabalhadas ou nos recursos pedagógicos utilizados pelos professores/as em suas atividades em sala de aula.

As discussões sobre sexualidades são marcadas pelos preconceitos. Educadores/as, mesmo participando de cursos de aperfeiçoamento, não se sentem confortáveis para abordá-la. Ao debater os direitos da população LGBTQIAPN+ e analisar questões da diversidade sexual, o/a educador/a enfrentará suas próprias questões (Torres, 2010, p. 52).

A formação continuada na perspectiva de gênero e direitos humanos ainda é um desafio. Para romper com as práticas de universalização do sujeito e valorizar as subjetividades é necessário que a escola promova, em todos os níveis, a reflexão sobre suas práticas, sobre seus espaços e sobre os jogos de poder que ainda mantém.

Segundo Paz (2013) os sujeitos se fazem homens ou mulheres de forma contínua e aprendida nas diversas instituições sociais onde se tem relações sociais, quando o autor menciona que as instituições são gentrificadas. Cita também que a escola é uma dessas instituições que tem forte influência na transmissão de valores e comportamentos considerados adequados para a formação de sujeitos masculinos e femininos. É necessário construir e reconstruir significações, a partir de uma reflexão crítica das relações ideológicas, para transcender os muros do que nos foi ensinado e alcançarmos novas formas de ensinar e aprender. Quem sabe o que nos falta é perder a neutralidade. Porque mais do que falar sobre homofobia, deve-se combatê-la.

Aquino e Marteli (2012) afirmam que é no ambiente escolar que a convivência entre os alunos possibilita aprendizagens, o que favorece a socialização, a internalização de novas crenças, novos comportamentos, novas formas de relacionamentos que também enriquecem suas vivências em temas como a sexualidade.

Os professores podem se valer da proximidade estabelecida com seus alunos para trabalhar a questão do gênero, fomentando uma visão emancipadora, que forneça uma perspectiva positiva e respeitável sobre a sexualidade, e é no dia a dia do contexto escolar que se deve escolher que esta tarefa seja cumprida. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inclui sexualidade como um tema transversal, devido à emergência que o tema necessita, sendo também considerado um problema de saúde pública.

As pessoas que compõe o ambiente escolar sofrem grande influência da mídia e veículos de comunicação o que interfere o seu modo de pensar e conceber sua própria sexualidade. Por vezes os conceitos e percepções criados podem ser errôneos e prejudiciais, por conta disso é fundamental que estas questões sejam debatidas dentro da escola e assim consigam refletir sobre a questão e consolidar um pensamento crítico sobre o assunto.

É imprescindível gerar políticas públicas que protejam e conscientizem, visando uma escola que entenda a diversidade como característica ímpar ao desenvolvimento e compromisso ético, um espaço que seja capaz de abarcar a multiplicidade da existência humana e que promova a transformação, possibilitando ao sujeito ser quem é, sem limitações.

A inexistência de ações adequadas e urgentes para a implantação da educação sexual nas escolas, prejudica uma melhor compreensão da diversidade, aceitação e respeito às diferenças para atuar na redução da LGBTfobia de maneira educativa. Portanto, ao analisar os efeitos das políticas públicas nas escolas voltadas a redução da violência LGBTfóbica é importante identificar ações que descrevam a vivência da violência que sofrem as pessoas LGBTQIAPN+ e buscar alternativas de como abordar a diversidade sexual nas escolas, contribuindo para combater a violência através de conteúdos, objetivos, construindo ainda o conhecimento de si e dos outros como pessoas.

> As escolas foram organizadas enquanto espaços “[...] de reprodução de modelos autoritários, preconceituosos e discriminatórios” (BRASIL, 2007, p. 26).

7 PRODUÇÃO TÉCNICA: SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA LGBTQFOBIA

7.1 Proposta de Política Pública

A partir do desenho de uma política pública de formação continuada como estratégia para combater a violência contra as pessoas LGBTQIAPN+, elaborada para contribuir com a prática educativa dos profissionais que atuam no ensino, os quais não tem a capacitação necessária para abordar na escola e na sala de aula os problemas causados pelo preconceito em relação à diversidade sexual.

A proposta visa a compreensão da importância de implementar ações em que os profissionais da educação possam buscar informações e orientações para criar, ouvir e utilizar diferentes estratégias metodológicas, com a finalidade de promover o respeito as diferenças e a diversidade através de um planejamento adequado, inclusivo, criativo no seu processo criativo.

Ao analisar propostas de projetos de programas de formação continuada na perspectiva da diversidade sexual e do combate à violência contra LGBTQIAPN+ é necessário considerar a contradição, a mediação, historicidade, procurando evidenciar os avanços e limites dessas políticas. As estratégias utilizadas para implementação dessa política preveem parcerias com organizações não governamentais, Universidades Federais, e Governos municipais.

Durante a análise foi possível constatar que essas políticas que visam combater o preconceito sofrem, elas mesmas, discriminação, pois os sistemas de ensino negam a existência dessas práticas nas escolas, ou por este ser um tema rejeitado pela comunidade escolar. Essas discussões vêm conquistando cada vez mais espaço na produção de políticas sociais, o que torna necessário um plano de ações articuladas a partir de políticas públicas organizadas em torno de uma causa que tenciona e pressiona o Estado para a promoção dos direitos humanos através do reconhecimento da diversidade sexual.

O enfrentamento da violência em virtude de orientação sexual e identidade de gênero requer compromisso em elaborar e implementar as políticas que promovam a não discriminação e o combate da homofobia no âmbito da educação. Os preconceitos são criados e disseminados, têm caráter individual ou social, e costumamos assimilá-los de nosso ambiente (HELLER, 1992, p. 49). A maioria dos preconceitos emana das classes dominantes, que precisam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia em detrimento de outras classes (HELLER, 1992, p. 54).

Os indicadores sobre violência possibilitam um diagnóstico da situação educacional e podem nortear a implementação dos planos de ações que priorizem uma política de formação continuada como uma das principais ações, necessárias para o reconhecimento de uma política de inclusão da diversidade sexual e identidade de gênero, nos currículos dos cursos de formação inicial de profissionais da educação. Bem como, investir em materiais didáticos, normativas orientadoras, entre outras políticas públicas.

Abordar o tema da heterossexualidade enquanto norma, relegando as expressões sexuais, não heterossexuais, a condição de desvio à norma, desqualificando-as, estigmatizando-as, com certeza não será na escola que esse sujeito encontrará uma referência para compartilhar as suas dúvidas sobre sexualidade. Se considerarmos que o currículo escolar é um instrumento onde somos produzidos e reproduzidos, pois, antes de tudo, é um movimento político que afirma a diferença sexual, para prover outras significações para escola.

A luta pelo direito de escolha liberdade e diversidade sexual visa um país democrático, embora seja dito que somos democráticos, cidadãos livres, nesse cenário analisamos o contrário, uma vez que encontramos muita violência ao redor das diversidades, neste caso diversidade sexual.

As políticas, programas, planos e ações que não são implementados nas escolas, bem como, os materiais pedagógico-curricular produzido para combater a violência, podem servir como meios para encontrar outras formas de planejar, buscando novas estratégias de mobilização, conscientização para superar os entraves que impedem a viabilização de políticas.

7.2 Estrutura da Política Pública

7.2.1 Planejamento e orçamento

Ao planejar a política de formação continuada é necessário priorizar participação, por esta ter um valor em si mesma, pois ela não é instrumento de um projeto político. Podemos dizer que a participação tem dimensão política e pedagógica.

A participação é a partilha de poder e o reconhecimento do direito a interferir nas decisões políticas (dimensão política). É a maneira pela qual as necessidades dos diferentes segmentos podem ser expressas no espaço público de forma democrática (Moroni, 2005, p.288).

As audiências e as consultas públicas *online* podem ampliar a participação das organizações não governamentais e representações dos poderes na definição de ações prioritárias e previsão de orçamento para formular o Plano de Ações. Tornando possível propor parcerias, apresentar cronograma, diagnóstico e propostas de implementação, monitoramento, avaliação, além de se antecipar as dificuldades para continuidade e consolidação da política pública.

Os dados sobre violência contra LGBTQIAPN+ apresentados durante a pesquisa podem contribuir para definição de estratégias no planejamento da política de formação continuada que deverá ser implantada inicialmente com ações imediatas, que poderão contar com apoio técnico e previsão no orçamento em curso.

Para fundamentar um diagnóstico, esses dados irão constatar a ineficácia das políticas de formação continuada voltada para gênero e diversidade sexual considerando as dimensões sociais dentro e fora da escola. Essa etapa do planejamento deve ser prevista na execução orçamentária, bem como o acompanhamento, avaliação e continuidade das ações, para demonstrar prioridade na implementação da política, e de seus programas e planos.

Outro aspecto a ser debatido no planejamento é como será a efetivação das políticas públicas LGBTQIAPN+. Qual sua força política? Quais impactos irão causar? Que influências ela exercerá na rede de ensino? São questões complexas que precisariam de um estudo mais aprofundado sobre esses impactos. O Planejamento deverá apresentar as políticas, programas, plano de ações a partir do conjunto de metas, através das propostas apontadas como prioridades, deixando claro o compromisso de efetivação de uma política pública para cidadãos e cidadãs LGBTQIAPN+.

7.2.2 Objetivos

- Contribuir para a implementação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar.
- Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBTQIAPN+, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação de uma política de formação continuada buscando a mudança de comportamento de gestores públicos. Fornecer

elementos para transformar as práticas de ensino e desconstruir o ciclo da reprodução de práticas preconceituosas referente às relações de gênero, étnico-raciais e sexualidades não heteronormativas.

- Elaborar plano de ações articuladas de formação continuada de professores para mediação de conflitos no combate à violência contra LGBTQIAPN+ nas escolas de ensino médio.

7.2.3 Metas

As metas precisam ter como referência a previsão orçamentária para definir as estratégias de implementação da política de formação continuada. Também precisam estabelecer prazos e quantificação do nível de prioridade para as propostas cuja execução esteja prevista no orçamento como metas de curto prazo. Sendo assim, são colocadas:

- Elaborar diretrizes em curto prazo que orientem a implementação de ações que comprovem a não discriminação por orientação sexual através de um conjunto de recomendações para implementação de um plano de ação sobre violência de gênero, diversidade sexual na rede pública estadual.
- Propor em médio prazo a realização de um seminário nos 16 municípios do estado do Amapá com a participação de profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, para obter um perfil da situação da violência homofóbica na escola, a partir da realidade cotidiana dos envolvidos.
- Elaborar em médio prazo um diagnóstico anual para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas para a implementação das propostas, cursos de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais trabalhadores da educação.
- Em médio prazo propor pesquisa em parceria com a Universidade Estadual sobre a violência de gênero nas escolas públicas e a partir dos resultados desenvolver meios para a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a discriminação e o preconceito no combate à homofobia, a transfobia e a misoginia nas escolas.
- Estimular a longo prazo a difusão de conhecimentos que contribuam para divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana e o combate à violência e à discriminação de LGBTQIAPN+.

7.2.4 Ações estratégicas

- Propor a elaboração de um formulário de avaliação de risco que analise os casos de violência que meninos, meninas, homens e mulheres LGBTQIAPN+ são vítimas, a fim de prevenir o aumento dessa violência e de forma que essa formulação tenha a participação de representantes da sociedade civil na elaboração desse instrumento.
- Promoção e socialização do conhecimento, defesa e proteção dos direitos, sensibilização e mobilização para a formulação e promoção da cooperação entre sociedade civil e órgãos públicos de outros poderes; Articulação e fortalecimento de redes sociais para gestão das políticas públicas para LGBTQIAPN+. Oferecer curso de formação continuada em Gênero e Diversidade para os professores através de um programa Formação para a Diversidade.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade com a formação de equipes multidisciplinares para avaliação materiais didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia.
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores através de seminários e congressos.
- Elaborar diagnóstico anual para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas para a implementação das propostas de cursos de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais trabalhadores da educação.
- Incluir a população LGBTQIAPN+ que nunca frequentou a escola em programas de alfabetização. Estimular parcerias para instituir programas e projetos nas temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas de extensão.
- Promover cursos de pós-graduação em parceria com as universidades públicas sobre diversidade sexual para professores, gestores e profissionais que atuam nas diferentes áreas da gestão pública.
- Propor um projeto de cooperação público-governamental de extensão nas escolas públicas, utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão.
- Propor a criação de um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas.

7.2.5 Implementação, monitoramento, continuidade e avaliação

Para a implementação será necessário desenvolver resoluções que orientem sobre como responder questionamentos, com informações sobre a execução das políticas e das ações, que definharão a responsabilidade de cada órgão responsável por executar suas atribuições em cada proposta, para que seja consolidada a presença de organizações públicas.

A definição de prazos concretos para as ações serem efetivadas e o estabelecimento de onde virão os recursos financeiros são fundamentais na implementação das ações previstas. Tais elementos são essenciais para o exercício do controle social e indica o comprometimento de todo o conjunto da gestão com a política LGBTQIAPN+.

A política pública de formação continuada deve apresentar diretrizes para implementação, monitoramento, continuidade e avaliação dessa política. Também deve criar comissão especial composta por órgãos públicos e representantes da sociedade civil legalmente constituída, demonstrando o poder do Estado em comparação com os movimentos sociais nas decisões.

Esse conjunto de ações evidenciam emergências educativas que precisam ser superadas, monitoradas dentro de um cronograma para que essas múltiplas manifestações e ausências não prejudiquem a continuidade das políticas educacionais na busca por uma educação de qualidade. Os instrumentos usados para avaliar, reavaliar e corrigir os rumos da política de formação continuada precisa incluir e verificar a forma como as tecnologias digitais podem ser usadas enquanto ferramentas monitoramento e avaliação na implementação das políticas públicas.

O papel de fiscalização das políticas públicas em sociedades democráticas pode ser exercido por conselhos setoriais de políticas públicas, que além de mediar os diálogos com os órgãos públicos podem atuar como um instrumento de monitoramento com a responsabilidade de desempenhar um trabalho que possibilite identificar resistências e as dificuldades encontradas para executar as ações, avanços e conquistas.

7.2.6 O papel das novas tecnologias na educação

Analisar os impactos positivos e negativos no uso das ferramentas digitais daqueles que não se adequam a nova realidade digital, bem como a importância dessas tecnologias no processo de formação dos profissionais da educação e sua relevância para o sistema educacional devem ser prioridade na definição de investimentos previstos em orçamentos públicos que irão viabilizar a implementação das políticas educacionais de formação continuada.

O uso de novas ferramentas digitais enquanto instrumento facilitador do fazer pedagógico na construção de novas tecnologias metodológicas vêm se tornando essencial na formação continuada dos/das docentes, enquanto possibilidades de recursos disponíveis para adquirir novos conhecimentos, buscando ressignificar suas próprias práticas pedagógicas. Atualmente, inovar é essencial para ser bem-sucedido nas atividades profissionais e as novas ferramentas digitais, além de agregar novas metodologias de ensino, fortalecem o currículo formativo.

A formação docente é a parte importante no processo de ensino-aprendizagem e a tecnologia pode mudar a dinâmica da aprendizagem através da interatividade entre professor e aluno. A inovação tecnológica para se tornar um recurso pedagógico eficiente exige do professor e da professora uma formação tecnológica, por conta dos questionamentos quanto ao uso desses recursos e a preocupação com as limitações trazidas por estes ao espaço teórico-metodológico.

Para uso adequado das ferramentas digitais, o professor deverá ser o elemento fundamental nesta inovação pedagógica, que levará o educador a compreender os conceitos e as estratégias a serem utilizadas e, com esse conhecimento, mediar e contribuir de maneira mais efetiva nesse processo de construção do processo ensino aprendizagem. O professor diante dos novos processos de aprendizagem é desafiado a atualizar seus conhecimentos iniciais e avaliar, no contexto atual, as mudanças necessárias para inovar suas práticas educativas.

Almeida (2020) vislumbra a participação em cursos de formação continuada, descritos por Libâneo (2004, p.227), como o prolongamento da formação inicial. Considera o professor um investigador reflexivo de sua prática, cuja formação ocorre na práxis, favorecendo mudanças pessoais e profissionais. A formação é contextualizada nas experiências, conhecimentos e práticas do professor, que tem a oportunidade de rever sua prática, colocando-a como foco da própria formação (Almeida, 2020, p.109).

Freire, em pedagogia da autonomia, (1996, p.23) diz que ensinar não é treinar conteúdos específicos e formar não é apenas uma atividade pela qual um sujeito criador dá forma, estilo, alma a um corpo vacilante, hesitante, e torna-se construtor de conhecimento, pois de acordo com Freire (1996) não há docência sem discência, as duas existem e seus atores apesar das diferenças não reduzem suas existências à condição de um objeto do outro.

Em "ensinando a transgredir", Bell Hook escreve sobre um novo tipo de educação, a educação como prática da liberdade. Para ela, ensinar a transgredir as fronteiras raciais, sexuais e de classe é elemento essencial para alcançar a liberdade. Associa um conhecimento prático da sala de aula com uma conexão profunda com o mundo das emoções onde professores e alunos que ousam levantar questões críticas sobre política, sofrimento, reconciliação e o futuro do próprio ensino. Segundo Hooks (2013), a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Ao ensinar a transgredir o (a) professor (a) luta para fazer a sala de aula dar certo.

Os dias atuais exigem diversos recursos tecnológicos que podem ser utilizados na formação continuada dos profissionais da educação, como é o caso de aplicativos e plataformas digitais, como Google sala de aula, Google *meet*, Zoom e plataformas EAD. Estes recursos ajudam no desenvolvimento de novas metodologias e engajamento de ideias inovadoras. Utilizar as ferramentas e tecnologias de forma correta é fundamental onde a maioria dos docentes já busca informações na internet, de acordo com Behrens (2009, p.84).

A escola precisa ser um local que transforme e não se devem rejeitar as tecnologias digitais como recursos nas práticas pedagógicas do docente. Assim os profissionais precisam superar desafios importantes que são ocasionados pelo sistema da nova era digital, encarando como uma perspectiva que é necessária que sofrerá ampla adequação na construção de novas metodologias.

Segundo Almeida (2014), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são o ponto de partida para a construção de uma sociedade da informação. O avanço do acesso a essas tecnologias, sobretudo à Internet, aos dispositivos móveis e a um imenso número de aplicações baseadas nesses dispositivos traz grandes oportunidades e desafios (Almeida, 2014, p.25) ou (TIC 2013; 2014, p.25).

As tecnologias além de essenciais na educação também são fundamentais para os/as docentes estarem informadas. No atual cenário, o docente deve buscar formação qualificada para a utilização dos recursos tecnológicos digitais com estrutura curricular

profissional, de forma a ser capaz de inovar suas metodologias de ensino através do uso das tecnologias digitais.

A formação do docente em relação às novas tecnologias potencializam as expectativas quanto ao interesse e percepção do professor, podendo melhorar o seu desempenho. Nóvoa (1992, p.25) afirma que "a formação de professores não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas, sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de reconstrução permanente de uma identidade pessoal".

Neste contexto, Almeida (2005) defende a ideia de que o docente busque novas competências voltadas para as novas tecnologias em um processo de formação continuada. Kenski (2005) defende que se deve aproveitar para conhecê-las e instigá-las nas práticas docentes como uma ferramenta inovadora e transformadora.

Behrens (2009) diz que a escola jamais pode ser um obstáculo para a inserção das novas tecnologias digitais e sim um estimulador. Desse modo fica evidente o quanto elas são importantes para a vida profissional e acadêmica de docentes tornando ainda mais urgente uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e a inclusão digital no processo de formação continuada.

> A diversidade sexual e de gênero deve ser incluída no currículo de formação, para que novos/as professores/as possam desenvolver futuramente estratégias de resistência ao currículo heteronormativo (JUNQUEIRA, 2012)

8 E-BOOK E SEQUÊNCIA DIDÁTICA

O *e-book* intitulado Gênero e Sexualidade na escola: um guia didático-pedagógico de acolhimento à diferença e diversidade abordou assuntos relacionados a Violência contra LGBTQIAPN+ e será uma ferramenta pedagógica que dará destaque para as plataformas digitais, possibilitando novas estratégias metodológicas para profissionais da educação abordarem futuramente temas como diversidade, sexualidade, identidade sexual e de gênero e orientação sexual que provocam conflitos na escola.

O conteúdo do *e-book* foi apresentado através de uma sequência didática que pode ser acessado através de um QR-CODE e será utilizado como apoio como material de apoio para os profissionais da educação do Ensino Médio sobre diferentes assuntos que foram apresentados com a finalidade de ajudar os profissionais que manifestem interesse em aprofundar conhecimentos sobre esse tema e por meio de novas metodologias através de novas tecnologias digitais.

A divulgação dos conteúdos através das plataformas digitais contribuirá para que a formação continuada seja atualizada de forma dinâmica e reflita na mediação dos conflitos no ambiente da sala de aula.

A Sequência Didática mediada pelas novas tecnologias digitais apresenta alternativas metodológicas para superar as dificuldades desses profissionais abordarem assuntos relacionados a respeito, diversidade, diferenças, sexualidade, preconceito e discriminação, os quais provocam o *bullyng*, *cyberbulling*, homofobia, misoginia, e justificando o desenvolvimento do *e-book* e da sequência didática considerando os conhecimentos prévios dos educadores. O trabalho servirá como orientação para que sejam promovidas mudanças significativas na prática educativa procurando adaptar-se à realidade do ambiente escolar.

É um estudo que vislumbra aperfeiçoar a prática pedagógica dos educadores auxiliando na criação de inovações metodológicas de acordo com o objetivo da formação continuada para tornar mais atrativo e acessível os estudos que subsidiem o enfrentamento da violência contra LGBTQIAPN+ através da formação continuada.

Ao apresentar a política de formação continuada para os profissionais de educação do Ensino Médio, várias ações foram organizadas para implementá-las, dentre elas, oficinas apresentadas através de um *e-book* que poderão ser ministrado via *online* ou de forma presencial. Esses profissionais terão papel fundamental na viabilização dessa política, buscando ressignificar a sexualidade para além de uma compreensão biológica,

que envolve os aspectos culturais, psicológicos, jurídicos, sociais e políticos, assim como inclui as lutas para efetivação dos direitos da população LGBTQIA+ contra a violência de gênero, homofobia, transfobia, misoginia e a qualquer forma de opressão e a discriminação.

A organização de um livro digital é um importante avanço que as novas tecnologias proporcionam na formulação e produção de material didático, pois a cibercultura chegou à educação, provocando a necessidade de investimentos em novos recursos tecnológicos para conquistar novos rumos nos processos de ensino e aprendizagem. Para Nicolau e Nicolau (2014, p.1), a tecnologia do digital foi desenvolvendo-se e estabelecendo um novo padrão de interações sociais na área da educação, que passou a se mover em direção a essa vertente de construção de conhecimentos.

É necessário produzir e configurar conteúdos que promovam a interação entre as novas tecnologias e os métodos de ensino para utilizar os recursos que ela propicia para explorar diversas possibilidades de novas metodologias de ensino pedagógico. As ferramentas digitais interativas podem aprimorar o processo de ensino-aprendizagem promovendo o acesso à tecnologia e a escassez de conteúdos didáticos, principalmente nas redes públicas de ensino.

Dentro da perspectiva da cibercultura, muitos educadores/as rejeitam o livro didático digital por entender que ele limita e excluí. Entretanto, trata-se de ressignificar práticas, modalidades midiáticas e espaços pedagógicos. O livro digital pode ser dividido em três categorias: básico, mediano e integrador. Essa categorização é medida ao observar quais características de um *Pedagoware* o *e-book* apresenta, sendo elas: interação, assistência à aprendizagem, gestão dos recursos e gestão do ensino e da aprendizagem (Mol e Souza, 2013).

Segundo esses autores, *Pedagoware* é "[...] parte lógica de um livro didático em *tablet* que se refere ao conjunto de instruções e estratégias didático-pedagógicas que consideram a complexidade dos atos de ensinar e de aprender." Pode-se dizer também que *Pedagoware* é a sistematização na integração dos elementos *hardware*, *software*, conteúdos, aluno e professor em suas múltiplas relações com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem ativa (Mol e Souza, 2013).

O produto apresentado é um *e-book*, um recurso pedagógico que apresentou conteúdos para formação continuada por meio de uma sequência didática que desenvolveu oficinas sobre violência contra LGBTQIAPN+. Nele procuramos destacar a

importância da utilização de plataformas digitais, criando estratégias para profissionais de a educação trabalhar questões sobre gênero e sexualidade no enfrentamento da violência contra as pessoas LGBTQIAPN+ na escola.

Essas questões ganharam espaços significativos nas discussões no campo educacional contemporâneo principalmente na formação profissional. Atualmente essas temáticas exigem uma ação multidisciplinar dialogando com todas as áreas do saber e do conhecimento. O desafio é como articular diversas áreas de formação de profissionais? Um questionamento através da formulação de diferentes possibilidades didáticas com oportunidades para diferentes formações no enfrentamento a violência contra LGBTQIAPN + que será incluído nos processos formativos, proporcionando via educação a sensibilização e a empatia de uma nova geração de profissionais comprometidos com a diversidade sexual.

A sequência didática que apresenta o conteúdo do *e-book* desenvolveu uma contextualização política e social dos desafios que a população LGBTQIAPN+ enfrenta na contemporaneidade. Esses desafios podem se transformar em propostas capazes de contribuir na transformação da sociedade, na luta pela equidade de gênero e respeito à diversidade sexual, através das metodologias a serem utilizadas, embora nem todo ambiente seja propício para novas experiências.

A sala de aula, por exemplo, se diferencia porque possibilita ao docente encontrar o espaço adequado e o momento certo para alterar paradigmas. Buscando alternativas para construção de ferramentas que contribuam na formação continuada dos docentes e provoquem a inclusão da sexualidade e da diversidade de forma transversal. Este é um desafio previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, abrindo espaço para o princípio do diálogo sobre respeito às diferenças como elemento central na elaboração dos conteúdos e das atividades metodológicas.

Esta sequência didática considera que existe ampla literatura apontando a vigência de uma formação deficitária, em relação a uma capacitação mais aprofundada para lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula (Oliveira, 2019), sendo que este mesmo fenômeno fica mais evidente se levarmos em conta os próprios livros didáticos, pois de acordo com Tavares (2018, p.8), neles não há qualquer menção a outras formas de vivência e experiências da sexualidade que não seja a heterossexualidade.

Como a tarefa de abordar os temas sobre sexo, gênero, sexualidade, diversidades e diferenças sexuais são de todos os profissionais da educação, a sequência didática apresentada foi adaptada para ser discutida não só na perspectiva da cis

heteronormatividade, mas para identificar os conhecimentos prévios dos profissionais e refletir sobre as contradições, pré-conceitos, estereótipos e suas próprias vivências, a fim de problematizar os dados sobre violência, destacando os conflitos, as conquistas e os aspectos jurídico-políticos, provocando reflexões sobre formas cotidianas de engajamento ativo das/dos participantes na defesa e promoção dos direitos da população LGBTQIAIPN+.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada para subsidiar esta dissertação tornou possível revisitar os trabalhos de capacitação pedagógica desenvolvido nas escolas das redes da Rede Estadual de Ensino Médio noturno do município de Santana no Amapá. Ao debater a violência contra LGBTQIAPN+ através das atividades de formação continuada, abriu-se um espaço político pedagógico para dialogar sobre os problemas enfrentados pela comunidade escolar. Esses problemas expunham as divergências sobre a condução dada para sanar esses conflitos, como, por exemplo, professores que eram devolvidos das escolas por expressarem sua orientação sexual. Os alunos eram expulsos, acusados de violência.

Foi à vivência com aqueles que ousam romper a barreira do silenciamento, vítimas da exclusão que os empurra para o fracasso, a evasão escolar e os vinculam ao estigma dos tidos como diferentes, fato que determinou a escolha deste tema para dissertação. Não era mais possível continuar a observar a segregação daqueles que expunham sua orientação sexual.

A formação continuada foi um dos elementos que orientou a pesquisa bibliográfica buscando ações que permitissem análises comparativas entre a capacitação do passado e a realidade da formação continuada contemporânea, subsidiando a elaboração de uma dissertação que consolidasse informações para a formulação o desenho de política pública de formação continuada para enfrentar a violência de gênerocontra pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas estuais de Ensino Médio noturno.

A pesquisa sobre violência contra LGBTQIAPN+ apontou aspectos inerentes ao processo educativo possibilitando selecionar e analisar políticas públicas de enfrentamento. Pois, investigar e conhecer os conflitos causados pela diversidade sexual facilita na superação das dificuldades para elaborar uma política pública para enfrentamento da violência nas escolas de Ensino Médio do Amapá.

As escolas ao serem atingidas pela tragédia da pandemia tiveram a oportunidade de perceber o quanto a pobreza escancarou a exclusão social, econômica e tecnológica e viram crescer todas as formas de violência, obrigando as escolas foram a se adequarem às metodologias que as novas tecnologias ofereciam através das ferramentas digitais, além da formação continuada que buscou também aperfeiçoar a prática docente para combater à violência de gênero contra LGBTQIAPN+ que tem aumentado nas escolas. Infelizmente, as escolas e a Secretaria de Educação não dispõem de dados que possam mensurar esse crescimento, sem dúvida um desafio que ficou pendente para uma nova pesquisa capaz de responder alguns questionamentos que essa pesquisa não conseguiu encontrar.

Para isso, seria interessante que futuras pesquisas pudessem se aplicar às propostas apresentadas no e-book para profissionais da educação envolvidos no E.M., e dessa forma, seguir com essa temática na realização de pesquisas de campo buscando contribuir para uma educação inclusiva que promova o respeito às diferenças, a diversidade e a equidade de gênero.

A principal questão é o fato de esta proposta não ser encarada como uma ação opcional dentre as muitas ações ofertadas na área da educação continuada. Neste caso, para que essa proposta de política se consolide e se materialize, depende de vontade política, além de recursos técnicos e financeiros, para entender que a violência produzida pelo comportamento homofóbico tem de ser combatida.

Na medida em que as ações não são executadas, o objetivo maior da política de formação continuada para a erradicação da violência contra LGBTQIAPN+ fica comprometida. Conforme os dados aqui apresentados, através dos artigos analisados, observaram-se as fragilidades para a consolidação da política diante dos altos índices de violência homofóbicas.

A pesquisa bibliográfica destacou um histórico de violência praticada contra os LGBTQIAPN+ ressaltando o formato, o modelo de família normatizada, que ignoram aquelas que são formadas de acordo com as identidades de gênero e orientações sexuais. A constatação da violência praticada é abundante e extrema, sendo necessária realizar não apenas um diagnóstico para identificar não só as razões, mas apresentando ações preventivas, educativas e punindo quem comete esses crimes.

Para realizar esse diagnóstico uma alternativa pode ser aplicar um formulário que avalie os riscos para coleta dados substanciais que permita as escolas detalharem a gravidade da violência que alunos e alunas sofrem.

Um dado que chamou atenção durante a pesquisa foram as denúncias que em sua maioria, são ignoradas, demonstrando a fragilidade da escola para lidar com essas agressões causadas pelos conflitos por conta da diversidade sexual na escola. Esse formulário pode contribuir, também com o trabalho dos profissionais da saúde ou segurança pública, a fim de encaminharem essas vítimas a uma rede de proteção, pois com mais informações será possível incluir essas pessoas nas políticas públicas que existem. A violência se agrava cada vez mais, através dos discursos de ódio de alguns políticos que atingem as famílias, as escolas, como também as questões religiosas.

A violência contra LGBTQIAPN+ tem causado enorme impacto na vida dessas pessoas, onde muitas delas acabam na marginalidade. Durante a pesquisa bibliográfica através da leitura dos artigos foi possível perceber que muitas pessoas trans, por exemplo,

não concluíram o ensino médio, algumas ainda crianças foram expulsas de casa e outras estão na prostituição como uma forma de sobrevivência.

A proposta de promover uma ruptura com as diversas opressões que acarretam a vida da população LGBTQIAPN+ subverte a lógica do silêncio imposta a essas pessoas. Essa lógica tem forte impacto na educação, pois o contexto histórico de combater a violência estrutural visa a construção de uma proposta pedagógica inclusiva que potencialize as diferenças e à diversidade.

Uma estratégia importante são as ações previstas nas políticas públicas para combater à violência misógina, homofóbica, pois tende a ser menos aceita na medida em que a sexualidade é considerada uma questão de foro íntimo, portanto um aspecto privado dos sujeitos, pois, ao ser pautada a luta por direitos sexuais se torna um assunto público e ao denunciarem a violência em decorrência da homofobia, essa expressão de violência passa a ser um problema do Estado.

Ao propormos analisar as ações públicas que combatem o preconceito, percebemos que elas estão sofrendo preconceito justamente por aqueles que deveriam implementá-las. Pois, geralmente não são incluídas da destinação de recursos no orçamento público. A luta contra a homofobia acontecer em todos os lugares possíveis de intervenção, principalmente nas instituições estatais, onde existe a possibilidade de se definir políticas públicas. Essa luta acaba por produzir modificações importantes, como a possibilidade de o sistema educacional ter uma política de inclusão da diversidade nos currículos escolares, e da escola de implementá-la. Essa é uma intervenção que pode interferir nas relações sociais.

A política de formação continuada não tem apenas o objetivo de informar o que vem acontecendo na sociedade, mas, sobretudo, implantar meios que possibilitem uma vida saudável com os demais grupos sociais, além de mostrar a importância em se concretizar o estudo da diversidade sexual, os direitos civis desse grupo em todos os campos sociais, e por meio de políticas públicas que garantam a distribuição de informações que sensibilizem a sociedade.

Mesmo com os avanços, eles ainda não são aceitos por toda sociedade civil, por isso é relevante que no âmbito da educação e da formação de professores se amplie às discussões sobre as políticas para a Diversidade Sexual.

Na formação continuada é possível construir caminhos possíveis para oferecer momentos de discussão e desestabilização que levem educadores a refletirem sobre as representações presentes nas narrativas discursivas durante seu processo formativo, na

busca por novas alternativas didáticas que contribuam na abordagem sobre a sexualidade, que estão sempre renovando, recrudescendo, desconstruindo e produzindo. O questionamento que se faz é: os educadores e educadoras estariam dispostos a ouvir outros conceitos, linguagens, representações ou só pretendem ouvir sua própria voz? Os profissionais da educação através dos processos formativos demonstram ansiedade para encontrar dinâmicas que os ajudem a problematizar as representações da sexualidade e para abordar os silêncios, os ditos e não ditos.

Conclui-se que a formação continuada, seja o caminho necessário para encontrar formas de superar as resistências presentes nas linguagens e condutas sacramentadas como verdades.

Ao final da pesquisa bibliográfica foi possível perceber que há mais dúvidas, angústias do que proposições. Pois, as representações conceituais são construídas socialmente, como, por exemplo, as situações matemáticas não são discutidas do mesmo modo que se problematiza as questões sobre sexualidade em outras disciplinas. Não que os números não possam ser problematizados na perspectiva da diversidade sexual.

Essas situações, entretanto, devem nos motivar para pensar possibilidades formativas associando o conhecimento prático da sala de aula a uma conexão profunda com valores, emoções, princípio moral e político onde professores e alunos ousam levantar questões críticas sobre o ensino mais inclusivo.

A prática pedagógica tem na formação continuada um aliado estratégico para construir um jeito de ensinar que qualquer um seja capaz de aprender através de um fazer pedagógico inclusivo, onde a professora(o) possa fazer dar certo. Como, por exemplo, aproveitando a cultura na formação continuada para que através da Arte (literatura, música, cinema, dança etc.) explore novos caminhos para combater a violência nas escolas. O que permite a constatação de que o currículo e a sexualidade estão em todo lugar.

Portanto, é possível dialogar com as (os) educadoras (es) sobre suas conceituações sobre currículo, gênero, sexualidade e convidá-los a se tornarem abertos a novas explorações na prática educativa.

Essa dissertação se propôs contribuir na construção de uma proposta de política de formação continuada através do uso de novas tecnologias digitais para combater a violência contra os alunos e alunas LGBTQIAPN+ do ensino m médio noturno da rede pública do estado do Amapá para que educadores (as) possam lidar com situações de violência e preconceito e tenham informações de como ajudar os alunos (as) que são

vítimas dessa violência. As novas tecnologias digitais podem ser usadas para combater a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ e possibilitar que as pessoas denunciem casos de violência e preconceito, promovendo a conscientização para a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Como, por exemplo, combatendo a misoginia quando ela acontece através do *cyberbullying.*

A pesquisa bibliográfica demonstrou que é possível criar oportunidades para explorar como a mídia, jogos e música, ressaltam os papéis de gênero através de personagens, letras de músicas que apresentam mulheres de acordo com estereótipos preguiçosos e sexistas. E isso não se limita a conteúdos criados por homens. Muitas mulheres e artistas criam trabalhos que fazem o mesmo. Destacou ainda o quanto é importante abordar esses temas em aulas regulares das diversas disciplinas, como as de Inglês e História sobre personagens ou figuras-chave e seus papéis de gênero.

A dissertação destacou que as disciplinas de Ciências e Matemática também oferecem excelentes opções, de como discutir sobre a falta de representação feminina nesses campos e porque isso acontece ou sobre a contribuição das mulheres para cada uma e porque elas não são mais conhecidas, nos levando a refletir sobre as formas de utilização das tecnologias digitais e o impacto que eles podem causar no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo-as como importantes ferramentas para a prática metodológica.

São muitos desafios nas escolas referentes ao uso das tecnologias por conta dos preconceitos referentes ao “novo”. Portanto, o professor deverá ser o elemento fundamental nesta mudança. Trata-se de uma inovação pedagógica que, com os recursos tecnológicos, levará ao educador conhecimento para mediar e contribuir de maneira mais efetiva com esse processo de ensino aprendizagem de respeito às diferenças e a diversidade.

Para um professor tornar-se pesquisador e orientador de um processo de ensino mais inclusivo, é preciso vencer o receio de usar as tecnologias em seu trabalho docente mudando o próprio comportamento diante dos novos processos de aprendizagem, onde é desafiado a atualizar seus conhecimentos e avaliar, no contexto atual, as mudanças necessárias para inovar suas práticas educativas para combater o bullying, a misoginia e a homofobia no cotidiano da sala de aula.

A formação continuada enquanto instrumento de capacitação para enfrentar os conflitos provocados na escola pela violência contra LGBTQIAPN+ ainda é um processo que precisa avançar bastante na busca de informações de como essa formação tem obtido

resultados nas relações construídas na escola e provocado mudanças de comportamentos? Essas questões precisam ser respondidas para que seja possível avaliar sua contribuição para o objetivo de diminuir os preconceitos e as discriminações que em muitas situações provocam a exclusão e o abandono escolar.

A pesquisa não conseguiu encontrar respostas para todas as perguntas levantadas durante o seu desenvolvimento, entretanto aponta caminhos para uma nova e aprofundada pesquisa para que seja possível novas ações que promovam a formulação de políticas de formação continuada na educação baseado em dados que a própria escola disponibilize. Para tal é preciso criar instrumentos onde seja possível coletar mais informações e tratar cientificamente com maior consistência os dados em pesquisas futuras no projeto de doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2004.

ABRAMOVAY, M. **Programa de prevenção à violência nas escolas.** Brasília: Flacso Brasil, 2015. p. 24.

ABRAMOWICS, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. **A diferença e a diversidade na educação.** Contemporânea, n. 2, p. 85-97, Jul.-Dez. 2011.

AHMED, Sara. **Cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

ALMEIDA, M. G. **Fronteiras, territórios e territorialidades.** Revista da ANPEGE, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 103-114, 2005.

ALMEIDA. Fernando José de, FRANCO, Mônica Gardelli. **Tecnologias para a Educação e Políticas Curriculares de Estado.** In: TIC e Educação 2013**. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras** – ICT Education, 2013. 2014.

ALMEIDA, Daniel Manzoni de; SILVA, Davi Gustavo Sanches; SILVA, João Rodrigo Santos. **Sequência Didática sobre gênero e diversidade**. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020.

AMORIM, **A. Escola – uma instituição social, complexa e plural**. São Paulo, Viena: 2018.

ANDRADE, J. M., Valentini, F., & Laros, J. A. (2009). **Os testes psicológicos aprovados no Satepsi.** Em M. N. Baptista, M. Muniz, C. T. Reppold., C. H. S. S. Nunes, L. F. Carvalho, R. Primi, A. P. P. Noronha, A. G. Seabra, S. M. Wechsler, C. S. Hutz, & L. Pasquali (Orgs.), Compêndio de Avaliação Psicológica (pp.140-151). Vozes.

Andrade, C. C. (2008) **A vivência do cliente no processo psicoterapêutico: um estudo fenomenológico na Gestalt-terapia.** Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andréia Cristina. Escola e Educação Sexual: uma relação necessária. **IX Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul – IX ANPED SUL.** Caxias do Sul, RS, 2012.

ARAGUSUKU, H. A. **O discurso da "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados**: **análise crítico-discursiva e psicopolítica. Dissertação em Psicologia Social.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2018.

ARAGUSUKU, H. A.; LOPES, M., A. S. **Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: uma década de avanços e retrocessos. Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 29, p. 147-171. 2018.

ARAGUSUKU, H. A.; AGUILAR LARA, M. F.; FRACCAROLI, Y.; MARTINS, A. N. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 4, 2019.

ARAÚJO, D. B. de. **Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola**. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 19–27. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: **as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

Aurora Baêta Neves Barbé. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/?equipe=moreno-baeta-neves>. Acesso em: 1 out. 2022.

AVIGLIANO, M. Página 12. **Las Cartas Marcadas**. Outubro 2010. Disponível em: < https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-6058-2010-10-22.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Balanço Geral 2011 a 2019 **- População LGBT.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/disque100/balanco-geral-2011-a-2019-populacao-lgbt>. Acesso em: 1 out. 2022.

BÁRCENA Orbe, F (2004). **El delirio de las palavras: ensayo para uma poética del comienzo**. Barcelona: Heder Editorial

BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, e772. 2019.

BARRETO, E. S. S.; ARAÚJO, J. C. F.; Pereira, M. A. A escola como espaço de produção de subjetividades: reflexões sobre o papel da educação na construção da cidadania. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 111-124. 2009.

BARREIROS, Liliane L. S. **Vocabulário de Eulálio Motta**. 360f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2017.

Bastos, G. G., Garcia, D. A., & Sousa, L. M. A. (2017). **A homofobia em discurso: Direitos Humanos em circulação**. *Linguagem em (Dis)curso*, *17*(1), 11-24. doi: . Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-170101-0416. Acesso em: 10.Jul.2023

BATISTA, S. D; SOUZA, A. M; OLIVEIRA, J. M. S. A Evasão escolar no ensino médio: Um estudo de caso. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BEHRENS, Maria Aparecida. Projetos de Aprendizagem Colaborativa num Paradigma Emergente. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilsa. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**.16ª ed. Campinas, SP, Papirus, 2009.

BENEDETTI, Kátia Simone. **A falácia socioconstrutivista: por que os alunos brasileiros deixaram de aprender a ler e escreve**r. Campinas, São Paulo: Kírion, 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos humanos. 2017.** Mimeo. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BLOCH, Ernst. O princípio esperança. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2005. v.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ**. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

Bordoni, Thereza Cristina. **Uma postura interdisciplinar**. Disponível em: http://blog.forumeducacao.zip.net. Acesso em 04 jun. 2009.

Borges, Z. N.; Meyer, D. E. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.

BORGES, Rafaela Oliveira; Borges, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Rev. Bras. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 23, e230039, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100231&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 ago. 2022.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

BORTOLINI, Alexandre. **Pensando a política pública em diversidade sexual e de gênero na escola: uma experiência com análise de conteúdo** in CANDAU, Vera Maria (org). Diferenças Culturais e Educação: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de raça ou de cor. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. (1998). **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionai**s / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009. Disponível em: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf. Acesso em: 30/08/2023.

BRASIL **– Ministério da Educação. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**, Brasília: MEC/INEP, 17 de junho de 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011a.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 30/08/2023.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos. Manual orientador sobre diversidade**. MDH, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-asnoticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador ediversidade/ManualLGBTDIGITAL.pdf/view. Acesso em: 20/08/2023.

BRASIL. **Conselho Federal de Psicologi**a. Resolução Nº 01/2018. Disponível em: Acesso em 11 mai. 2023.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** André de Carvalho-Barreto (trad.). Porto Alegre: Artmed, 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith . **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Défaire le Genre**. Paris, Éditions Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith P. Butler. **A desconstrução do gênero Problemas de gênero**: **feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.151-172.

BUTLER, J. (2015). **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

CALLAHAN, Matthew; ZUKOWSKI, Kyle T. Reactions to transgender women and men in public restrooms: correlates and gender differences. **Journal of Homosexuality**, v. 23, p.1-22, 2017.

CAMPBELL, LYLE & POSER, WILLIAM j. 2008. language classification. history and method. cambridge: **cambridge university press**. 536 p.

CANDAU, Vera M. (Org). **Interculturalidade e Educação Escolar. In: Reinventar a Escola.** 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 47-60.

CARMONA, A. & Prado, M. A. M. (2009). **O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública**. In Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO. Acesso em 05 de julho de 2023, Disponível em:http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_VENABRAPSO/116.%20o%20universal%20e%20o%20 particular%20na%20pol%CDtica%20lgbt.pdf.

CARRARA, Sergio. **Sexualidade e Saber**: **Poderes e Identidades no Final do Século X**X. São Paulo: Garamond, 2010. p. 77-801.

CARVALHO, Hanielly Cristinny Mendes Carvalho; SILVEIRA, Ricardo Diógenes Dias. **O papel da escola e da educação sexual na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Produto Educacional. Goiânia: IFGO-Urutaí, 2020.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Para além de "meninas vestem rosa, meninos vestem azul": As conjunturas e as ideologias nos novos rumos da educação para os gêneros e as sexualidades. Educação**, Santa Maria, RS, v. 45, 2021, p. 01-30.

CASTRO, Mary Garcia; Abramovay, Miriam; Silva, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidadeJuventudes e sexualidadeJuventudes e sexualidadeJuventudes e sexualidadeJuventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

CAVALCANTI, Juliano Henrique Xavier. **Conferências Nacionais de Promoção a Cidadania LGBTQIA+: análise das propostas e das políticas públicas aprovadas em prol de uma sociedade igualitária.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CERQUEIRA, D. R. C. et al. **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: O programa Estado Presente do Espírito Santo**. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2543).

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Afeminação, hipermasculinidade e hierarquia.** Arq. bras. psicol.. 2020, vol.72, n.1, pp. 159-172. ISSN 1809-5267. http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.159-172.

CHAUÍ, M. Ética, política e violência. In T. Camacho (Ed.), **Ensaios sobre violência**. Vitória: Edufes. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1997.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex**; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 171-188.

COLLING, Leandro e SANTOS, Matheus Araujo dos. **O corpo intersex e a politização do abjeto em XXY. Intexto,** Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, dez. 2018, p. 234-250. Disponível em http://seer.ufrgs.br/index.php/ intexto/article/view/23061/0 Acesso em: 25 ago. 2023

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORDEIRO, Agnaldo. **A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2017.

CRUZ, Leyse da; FERREIRA, Maria José de Resende. **Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis, (2011).** Disponivel em: <periodicos.ufes.br/gepss/article/ download/3891/3106>. Acesso em: 20 set. 2022.

CUTRIM, R. C. S.; SILVA, S. M. P. da. **Gênero e sexualidades nas políticas educacionais e em práticas pedagógicas: tecendo breves considerações**. In: SILVA, S. M. P. da; MACHADO, R. N. da S. Gêneros, diversidades e inclusão educacional. Curitiba: CRV, 2022, p. 17-34.

Daley & Macdonnell 2011, Gender, **sexuality and the discursive representation of access and equity in health services literature: implications for LGBT communities**, International Journal for Equity in Health. Acesso em 03 Abril 2023, em: http://www.equityhealthj.com/content/10/1/40

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Dias, A. (2013). Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais Do I Simpósio Internacional De Estudos Sobre a Deficiência** – SEDPcD/Diversitas/USP Legal.

DIAS, Maria Berenice. **Intersexo**. São Paulo: ed. RT, 2018. 584 p.

DIAS, William; BELETI, Iara Aparecida. A violência nas mídias digitais através dos discursos de ódio homofóbicos (2011-2018). In: **Anais**. XVIII Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. Campinas, 2020.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educ. Soc. v. 29, n. 103, p. 477-492, 2009.

Dossiê. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

DULAC, Elaine Beatriz Ferreira. **Sexualidades e Educação: uma análise de questões levantadas por professores/as de um curso voltado à educação para a diversidade.** 2009. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2009.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224.

FEITOSA, C. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32, p. 90-118. 2019.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil**. Curitiba: Appri, 2017.

FERRARI, Anderson. "O que é loba??? É um jogo sinistro, só para quem for homem..." – gênero e sexualidade no contexto escolar**. In: Anais do 30ª. Reunião da ANPED**, Caxambu – MG, 2014.

FERREIRA, Liliana Soares; HYPOLITO, Alvaro Moreira. **Uma Análise sobre o Tema Trabalho nos Eventos da Redestrado** entre 2008 e 2011. Histedbr, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, v. 13, n. 51, p. 27-41, 2013.

FOGAÇA, Marcia Regina. **Pensando a condição humana com Freud, Arendt e Lacan.** 2011. 178 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no College de France (1970-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A ordem do discurso. Tradução de Laura Sampaio.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Ditos e escritos. Tradução de Elisa Monteiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. V (Ética, sexualidade, política), 2004.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. (2014**). O olho do poder**. In R. Machado (Org.) Microfísica do poder (R. Machado, trad., pp. 318-343). Rio de Janeiro, RJ: Graal. (Trabalho original publicado em 1977).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários a pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P**. Extensão ou comunicação**? [recurso eletrônico] Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Compromisso**: América Latina e Educação Popular. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática de literatura**. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e Heterossexismo nas escolas: Discussão da Produção Científica no Brasil e no Mundo. **In: IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional**, 6 a 8 de julho de 2009, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOHN, Maria da Glória**. Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOLEMAN, Daniel; SENGE, Peter. **O foco triplo. Uma abordagem para a educação**. Tradução: Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 128 p.

GOMES, B.; GUEDES, F.; MARACAJÁ, M.; ALBUQUERQUE, M.; NICOLAU, M. Educação e novas tecnologias da informação e da comunicação: o livro didático digital no Brasil. **Revista Temática**, v. 10, n. 7, p. 132-145. 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GORISCH, P. **Os IRights: análise internacional dos direitos das pessoas intersexo.** Intersexo, RT, 2018.

GUSMÃO, Neusa M. M. Desafios da Diversidade na Escola. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, jul/dez, 2000. Disponível em: http//Vista do Desafios da diversidade na escola (uel.br). Acesso em: 10.Jul.2023.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HELLER, A**. O cotidiano e a história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro** Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERGESEL, João Paulo. Adolescentes assexuais: quem são? o que sentem? como vivem? Faculdade de Tecnologia de Bauru, vol. 08, n. 01, dezembro/2018. Disponível em: http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehutec/article/view/312. Acesso em: 26/08/2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em: 1 out. 2022.

IDEB – **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2020-2021**. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar [PeNSE]:** 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge. gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101852>. Acesso em: 26 jan. 2023.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência – 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

IRINEU, Bruna A. 10 anos do programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. **Revista Temporais**, ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.

JESUS, Jaqueline G. (2012). Visibilidade transgênero no Brasil**. Correio Braziliense**, caderno Opinião, p. 13, 18 de janeiro. Disponível em https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/1/18 /visibilidade-transgenero-no-brasil. Acesso em 05 abr. 2023.

JORDÃO, C. M. & FOGAÇA, F. C. **Critical Literacy in the English Language Classroom**. D.E.L.T.A., 28:1, 2011, p. 69-84

JUNQUEIRA, R. D**.** "Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais." Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, E. R.; CORREA, C. M. A. (Orgs.). **Gênero direitos e diversidade sexual**: trajetórias escolares. Maringá: UEM, 2013. p.191-207.

JUNQUEI**R**A, Rogério Diniz. Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p.208-230, mar. 2010.

JUNQUEIRA, R. D. A educação frente à diferença/diversidade sexual. **Educação: Teoria e Prática**, v. 23, n. 44, p. 162-181, 2012.

JUNQUEIRA, R.D. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar**. In: RIBEIRO, P.R.C.; SILVA, M.R.S.; SOUZA, N.G.S.; GOELLNER, S.V. E SOUZA, J.F. In_____(Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas.** Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC; UNESCO, 2009. 442 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013

KENSKI, Vani Moreira. **As tecnologias invadem nosso cotidiano**. In: Secretaria de Educação a Distância. Integração das tecnologias na educação. Brasília: SEED, 2005. p. 92-94.

LAGE, Allene; FEITOSA, Cleyton. Pedagogia do Arco-Íris: Reivindicações Educativas do Movimento Lgbtt De Pernambuco. **Momento - Diálogos Em Educação**, v. 23, n. 1, p. 35–60, 2014.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: **a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros**. Curitiba: Transgente, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; ROSA, Sandra Valéria; SUANNO, Marilza Vanessa. **Em defesa do direito à educação escolar**: Didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: UFG, 2019. 262 p.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, R. R., Maia, M. M. M., & Sousa, S. M. N. (2018). Multiculturalismo, Educação e Relações de Gênero: complexidades do processo educacional. **Revista Interdisciplinar Em Cultura E Sociedade**, 4(1), 57–68.

LIMA, Maria Abreu da Silva Oliveira; FIGUEIREDO, Maria Dalva de Souza, FRANCINI, Suzana Ramos Vieira. A interseccionalidade na gestão escolar e sua contribuição para a educação de jovens e adultos. In: 6ª JVIPC **- Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica, Centro português de Apoio a Pesquisa Científica e a Cultura.** Porto, 2022.

LIRA, A.; JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? Ensino, Saúde e Ambiente, **Niteroi, v. 3,** n. 1, p. 22-41, 2009. Disponivel em: https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/index> . Acesso em: 15 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista Guacira Lopes Louro. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto, PT: Porto Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educação em revista**, n. 46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petropolis, RJ: Vozes, 2007. 184 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** - ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Currículo, gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortozolozzi; MAIA, Ari Fernando. **Sexualidade e infância**. Bauru: Unesp; Brasília, DF: MEC, 2018.

MAGNUS Hirschfeld. **Leben und Werk eines jüdischen, schwulen und sozialistischen Sexologen.** Zweite, überarbeitete Auflage. Hamburg: MännerschwarmSkript, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MARTINS, Edna; SZYMANS, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estud. pesqui. psicol**. v. 2004 n. 1, Jun. 2019.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires; DUQUE, Adauto Neto Fonseca; NASCIMENTO, Juscelino Francisco do; MARTINS, Maria Greuvânia Buenos Aires; ARAGÃO, Janaína Alvarenga; SOUSA, Evandro Alberto de. Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão. Temporalidades – **Revista de História,** ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020). p. 681-701.

MATTOS, Nathalia et al - **Cartilha BLEND**; (2019) Disponível em: https://www.bayer.com.br/static/documents/cartilha-blend.pdf. Acesso em: 20/07/2023.

MDH – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatórios de Violência LGBTFóbica**. MDH. [Online]. 23 de abril de 2018 [atualizado em: 14 de agosto de 2023].

MEC – Ministério da Educação. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 266 p.

MELLO, L.; GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P. **A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil**. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009. p. 159-181.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno; MAROJA, Daniela (2012) Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil? **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.

MENDONÇA, Viviane Melo. **Pesquisa sobre a Violência que os Homossexuais sofrem na escola. Realizada pela Universidade Federal de São Carlos** (UFSCar). 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nasescolas-dizpesquisadora/?gclid=Cj0KCQjw0a7YBRDnARIsAJgsF3NSkL0ZtkuHyRNyZ0bGmLZLJY_ krztit2VMN2ymqoWB0sciouuLNHkaAksuEALw_wcB Acesso no dia 30/05/2023.

MEYER, Dagmar Estermann**. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009. p. 213-233.

Ministério da Saúde. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html>. Acesso em: 1 out. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Marcas da Diferença no Ensino Escolar São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 78

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu,** n. 28, p. 102- 128, 2007, n.28, pp. 101-128. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100006>. Acesso em: jun. de 2023.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 78 p.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p.197-218, nov. 2009.

MOL, G. S. Livro didático digital de Química: **princípios para a construção em tablets. In: IX Congreso Internacional Sobre Investigación em Didáctica de las Ciencias.** Girona: enseñanza de las Ciencias. p. 2.496-2.501, 2013.

MONTEIRO, Renan Pereira et al. **Valores humanos e *bullying*: idade e sexo moderam essa relação?.** *Temas psicol.* [online]. 2017, vol.25, n.3, pp. 1317-1328. ISSN 1413-389X. http://dx.doi.org/10.9788/TP2017.3-18Pt.

MORONI, J. A. **O Direito à Participação no Governo Lula in Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 71, p. 284-304, set./dez. (2005). Disponible em https://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/saude49-saude_em_debate_-_reviesta_do_centro_brasileiro_de_estudos_de_saude.pdf#page=62. Acesso em 04 de jan. de 2023.

MOTT ML (org.). **Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil** (1972-2011). Estud Fem. 2002a; v(10)n(2): 493-507.

MOURA, Renan Gomes de. A masculinidade tóxica e seus impactos na vida dos Gays dentro das organizações. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 13, abril de 2019. Disponível em: . Acesso em: 01 de jun. de 2023.

NETO, J. B. M.; AGNOLETI, M. B. **Educação para a diversidade sexual: a escola enfrentando a lesbo-homo-bi-transfobia.** In: FLORES, E. C.; FERREIRA, L. F. G.; BARBOSA E MELO, V. L. (org.). Educação em direitos humanos & educação para os direitos humanos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NICOLAU, Marcos; NICOLAU, Roseane**. Educação digital na cibercultura: para onde (não) nos leva a tecnologia. In: Temática.** Ano X, n. 01 - jan/2014. Disponível em: http://www.insite.pro.br/2014/Janeiro/educacao_digital_cibercultura.pdf>. Acessado em: 31/mar/2014.: Acessado em: 30/mar/2023.NOGUEIRA, Sayonara Naider.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PODER. **Twitter é a rede menos segura para pessoas LGBTQIA+, diz relatório**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/tecnologia/twitter-e-a-rede-menos-segura-para-pessoas-lgbtqia-diz-relatorio/>. Acesso em: 1 agosto de 2023.

OLIVEIRA et al. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

OLIVEIRA, J. M. S.; SOUZA, A. M.; BATISTA, S. D. **Revista Profissão Docente**. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. Uberaba,v. 9, n.19, 2009.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Oliveira, Adão F.; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (orgs.). Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, L. F. R. et al. **Adesão de adolescentes à camisinha masculina. Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1765-1773. PELLOSO, S. M.; CARVALHO, M. D. B, 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de; MAIO, E. R. "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": O discurso inaugural no "desagendamento" do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017.

OLIVEIRA, Thiago Cezar de Oliveira; MOREIRA, Margareth Campos. **Construção da Homofobia e sua reprodução na escola: marcas históricas que inviabilizam a educação sexual. Cadernos de Psicologia**, v. 2, n. 4, p. 93-118, 2020.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; SANTOS, Claudiene. **Novas de mapas de (trans)sexualidade e de gênero: pistas para pensar políticas trans e práticas pedagógicas**. Cronos, v. 11, p. 97-125, 2020.

OLIVEIRA, M.; SAITO, H. T. I.; SOUTO, D. L. **Violência contra LGBTQIA+ no Brasil: práticas pedagógicas como instrumento/ação de prevenção**. Horizontes, v. 40, n. 1, e022033. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez. 2022.

Organização Mundial de Saúde (1975). **Education and treatment in human sexuality: The training of health professionals. Report of a WHO Meeting** (Technical Report Series No. 572). In E. Haeberle, & R. Gindorf. (Eds.). (1993). Sexology today: A brief introduction (pp. 40-62). Dusseldorf: DGSS. Disponível em: <http://www.2.rz.hu-berlin.de/sexology/>. Acesso em 04 de jan. de 2023.

ORNAT, Marcio Jose; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; HANKE, William. **Espaço Escolar, Homofobia, Controle e Transgressão**. In: SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; sexo. Estudos de Religião, v. 27, n. 1, p. 177 –201, 2013

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Currículo, desejo e experiência. Educação e Realidade**, v. 2, n. 34, 2008.

PEREIRA, B. C. J. **Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade**. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, p. 445–454. 2021.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINO, A. M. O. Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades. **Revista periodicus** – Natal: IFRN, 2017. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 373-401.

PIOVEZAN, Gustavo. **Gênero e Ensino de Ciências: análise retórica de manuais didáticos de ciências** - Universidade Estadual de Maringá. Artigo apresentado no VIII Congresso IberoAmericano de Ciencia, Tecnologia e Gênero. 2010. Acesso no link: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/artigos_3.html, acesso no dia 30/05/2023

PLS 612/2011 - Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102589>. Acesso em: 1 out. 2022.

PRANDI, R., & Santos, R. W. dos. (2017). **Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica**. Tempo Social, 29(2), 187-213. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052

QUINALHA, Renan. **O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta**. Revista Cult [online]. 12 de junho de 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-o-movimento-lgbt-brasileiro-40-anos-de-luta/>. Acesso em 12 ago. 2023.

Relatórios de Violência LGBTFóbica. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/publicacoes/relatorios-de-violencia-lgbtfobica>. Acesso em: 01 out. 2022.

REIS, E. **Escola e sexualidades**: **diferentes concepções/muitos desafios.** Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 2009.

REIS, L. C.; STREIT, D. P. A importância da inclusão da diversidade sexual nos espaços educativos. In: **Anais do 3º Congresso Internacional de Educação** - EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2018.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. Curitiba: Appris, 2015.

RIOS, Roger Raupp**. "Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**". In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Brasília: UNESCO, 2009. p. 53-84

Rios, R. R. (2011**). Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal** (ADPF nº 132-RJ e ADI 4.277). In R. R. Rios, C. Golin, & P. Leivas (Eds.), *Homossexualidade e direitos sexuais: Reflexões a partir da decisão do STF* (pp. 69-114). Porto Alegre, RS: Sulina.

RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F. "**Então me classificavam como estranho": entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 4, p. 539-557, 2019. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/6130. Acesso em: 12 jun. 2023.

RIOS, P. P. Reflexões sobre prática docente na perspectiva da equidade e diversidade sexual e de gênero. **Revista Temporis[ação],** v. 22, n. 02, p. 22, 2021.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. **A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores.** Educ.Pesqui., v.14, 2018.

RUMENS N. (2016). **Towards queering the business school: A research agenda for advancing lesbian, gay, bisexual and trans perspectives and issues**. Gender, Work and Organization, 23, 36–51.

RODRIGUES, José Rafael Barbosa; SILVA, Josenilda Maria Maués da. Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. **Educar em Revista**, v. 36, n. e75686, 2020.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educ. Pesqui**. v. 39, n. 1, Mar., 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAKAMOTO, L. Escolas devem combater homofobia que vem de casa. **UOL: Leonardo Sakamoto entrevista**. [online]. 6 ago. 2015. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/08/06/escolas-devemcombaterhomofobia-que-vem-decasa-diz-especialista-da-onu>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SALDANA, Paulo. 73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa. Educação. **Folha de São Paulo** [online]. 21 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>. Acesso em 15 set. 2023.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer algumas questões sobre identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 290-300. 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, J. V. D. O.; ARAÚJO, L. F. D.; NEGREIROS, F.; CERQUEIRA-SANTOS, E. **Adoção de crianças por casais homossexuais: as representações sociais**.Trends in Psychology, v. 26,n. 1, p. 139-152, 2018

SANTOS, M. F. S. (1994). **Velhice: uma questão psico-social. Temas em Psicologia,** 2(2), 123- 131. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?

script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200013& lng=pt&tlng=pt. Acesso em 15 set. 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis,** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, Junho 2010 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 de jan. de 2023.

SARAIVA, R. et al. A educação sexual no ensino de geografia. In: **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografiapolíticas, Linguagens e Trajetórias**, Campinas, 2019

SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática**. Manifesto contra a discriminação e ao desrespeito às pessoas e às famílias**. [online]. 2020. Disponível em: <http://www.sbembrasil.
org.br/files/Manifesto>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 2, n. 20, 1995.

SEFFNER, Fernando. **Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar.** In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO, 2014. p. 17-99; 125-140.

SEFFNER, F. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: O dedicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. In: Revista **Retratos da Escola. Brasília**, v. 14, n. 28, jan.- abr, 2020

SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, USP, 1998.

SILVA, J. M. **Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia**? In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso (org.). Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 97-125

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de Gênero:(des) caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JÚNIOR, A. B. **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2013

SILVA, Tomaz Tadeu da**. A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. **Cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor.** São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Sergio Gomes da. **Preconceito e Discriminação: As Bases da Violência Contra a Mulher**. **Psicologia Ciência e Profiss**ão, v. 30, n. 3, Set., 2010.

SILVA, A. B. B. e. **Mentes Perigosas nas Escolas** - Bullying. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, Aida Souza da et al. **Diversidade e Inclusão LGBT nas organizações: Um estudo de caso em uma empresa de tecnologia do Vale dos Sinos/RS, através de seu grupo de orgulho LGBT**. 2019a. 25 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2018

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019.

SILVA, Dhones Stalbert Nunes; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo. Homofobia e interseccionalidade: sentidos condensados a partir de uma pesquisa bibliográfica. **Revista Interritórios**, v. 6, n. 10, 2020.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SKOVSMOSE, O. Inclusões, encontros e cenários**. Revista Educação Matemática**, vol. 24, no. 64, p. 16–32, 2019.

SOARES, Zilene Moreira Pereira; SANTOS, Nathany Ribeiro Lima dos; PEREIRA, Sara. **Documentos Curriculares: Gênero e Sexualidade em Discussão.**

In:_____LIBÂNEO, J. C.; ECHALAR, A. D. L. F.; ROSA, S. V. L.; SUANNO, M. V. R. **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: UFG. 2019. p. 82-92.

SOUZA, E. M., & Carrieri, A. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, 11(3), 46-70. http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005
» http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005

SOUZA, Lidyane Maria Ferreira de; SILVA, Pedro Henrique Monteiro da. Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Sequência Didática. **Gênero e Educação** [online]. 2019. Disponível em: <https://generoeeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/direito-das-pessoas-lgbtqia/>. Acesso em 2 abr. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas **Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006. (p. 20-45). Disponível em acessos em 02 mar. 2014.

SOUZA, A. L. A.; QUEIROGA, C. V. A.; TEMÓTEO, L. M. O papel da escola no enfrentamento da homofobia. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, s/v, n. 2, p. 408-419, 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. Ação direta que enquadra a homofobia e transfobia como crimes de racismo ao** reconhecer omissão legislativa. Brasília: STF, 2019. Disponível em:< httpsportalstfjusbrnoticiasverNoticiaDetalheaspidConteudo414010te/

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.** (ADO) 26. Brasília: STF, 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/.

SWAIN, Tânia. **Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade.** In. STEVENS. Cristina. Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares. Ed. Mulheres. Florianópolis. 2007.

TAVARES JÚNIOR, Fernando; NEUBERT, Luiz Flávio (org.). 2018. **Sucesso escolar e práticas pedagógicas**. 2. ed. Juiz de Fora: Observatório da Educação. Disponível em: https://bit.ly/3apfcAC. Acesso em: 13 ago. 2022.

Transparência. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/transparencia/?gad=1&gclid=Cj0KCQjwmvSoBhDOARIsAK6aV7hHkHbv7eSWFMAI3BLvgqtPho7nOQwF2o5mnyYBlHwdX-vPg7Rpw9oaAob7EALw_wcB>. Acesso em: 4 ago. 2023.

TOLEDO, Lívia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, F. S.. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, p. 39, 2011.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola** (série cadernos da diversidade). Ouro Preto: Autêntica, 2010.

TORRES, Mariana Souza; SILVA, Stella Alves Rocha da. Práticas inclusivas para a população LGBTQIA+: uma abordagem necessária nas escolas. In: **Saúde e tecnologias educacionais**: dilemas e desafios de um futuro presente. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2021.

VENCATO, Anna Paula. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar,** São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 211-229

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. (Tese de Mestrado). Universidade Federal da Bahia (Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos): Salvador, 2015.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-posições**, v. 23, n. 2, 2012.

VIEIRA, Tatiane Rocha. **Destrancando os "armários" na escola: representações sociais dos/as profissionais de educação sobre homofobia no cotidiano escolar.** Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural), Universidade de Brasília, Brasília, 2016. 91 f.

VIEIRA, PRISCILA MUGNAI; MATSUKURA, THELMA SIMÕES. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública**. Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, abr. 2017.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1995, p. 35-82.

WENDT, G. W., & Lisboa, C. S. de M. (2014). **Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying.** Psicologia Clínica, 25(1), 73-87. doi:10.1590/S0103- 56652013000100005

Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. T. (2018a). **Transidentidade: Da ruptura patologizante ao matiz da criatividade**. Curitiba: CRV.

Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. T. (2018b). Diversidade de gênero e educação: Horizontes de compreensão para práticas emancipatórias. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, 8(16), 38-55.

ANEXO I

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO
DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA

Termo de anuência institucional
Ao: Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação UNICARIOCA
A/C Coordenação

A Secretaria Extraordinária de Representação do Governo do Amapá em Brasília registra que a pesquisa desenvolvida pela professora Maria Dalva de Souza Figueiredo, com o título: "Formação Continuada Baseada em Tecnologias Digitais para o Enfrentamento da Violência Contra Pessoas LGBTQIAPN+: colaborando para a construção de uma política pública apresentou relevância acadêmica e profissional para reflexão e troca de experiência para os servidores técnicos e administrativos, além de contribuir na relação de cooperação com outras secretarias que implementam as políticas publicas do governo do Estado do Amapá.

O serviço público deve orientar seus servidores visando uma sociedade mais igualitária e a convivência respeitosa com a diferença e a diversidade no ambiente de trabalho, através de atividades que promovam a reflexão sobre empatia sociabilidade, desigualdades, discriminações, preconceitos e violências que prejudicam e destroem a vida pessoal e profissional das pessoas por causa de sua orientação sexual ou da sua identidade transgênero e principalmente que elas não sejam questionadas ou constituam barreiras para o seu crescimento profissional.

O respeito a diversidade não é mais uma exceção, mas sim a regra no serviço público, pois é um enorme avanço quando a capacitação dos servidores desenvolve capacidades de resolver problemas de formas diferentes e chegar a soluções melhores. "É preciso estar preparado para receber a população e, no seu dia a dia, aprender a lidar com a diversidade como um todo".

Asiel Leite Araújo
Secretário de Estado

SIG·Docs Autenticação Eletrônica
Cód. verificador: 177262948. Cód. CRC: 3D5F697
Documento assinado eletronicamente por **ASIEL LEITE ARAÚJO**, SECRETÁRIO DE ESTADO (GABSEC - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO), em 18/08/2023 15:28, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador

ANEXO II

Constituição federal capítulo III

Da Educação, Da Cultura E Do Desporto

seção I

Da Educação

ART. 205

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

ART. 206

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

.....

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade.

.....

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Melhoria da qualidade do ensino;

ANEXO III

Artigo 20 da Lei nº 7.716 de 05 de Janeiro de 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

(Revogado)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

§ 2º-A Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público: (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequência, por 3 (três) anos, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

§ 2º-B Sem prejuízo da pena correspondente à violência, incorre nas mesmas penas previstas no caput deste artigo quem obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

(Revogado)

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023)

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;(Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

(Revogado)

(Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio; (Redação dada pela Lei nº 12.735, de 2012) (Vigência)

III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência)

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

ANEXO IV

Reconhecimento das famílias homoafetivas

Lei nº 9.278 de 10 de Maio de 1996 Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Art. 1º É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a reconhecer, por unanimidade, união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Assim, homossexuais puderam ter os mesmos direitos previstos na lei 9.278/1996, a Lei de União Estável, que julga como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua.

ANEXO V

Reconhecimento civil da identidade de gênero Identidade de gênero

Parecer da Corregedoria do CNJ esclarece o **Provimento n. 73/2018** prevê, no artigo 3º, que “a averbação do prenome, do gênero ou de ambos poderá ser realizada diretamente no ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) onde o assento foi lavrado”, e o artigo 4º dispõe que “o procedimento será realizado com base na autonomia da pessoa requerente, que deverá declarar, perante o registrador do RCPN, a vontade de proceder à adequação da identidade mediante a averbação do prenome, do gênero ou de ambos”.

ANEXO VI

Outras definições de orientação sexual

Pansexualidade

É uma orientação sexual caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou do gênero destas. Podem sentir-se atraídos por homens, mulheres ou também por pessoas que não se sentem identificadas com o seu gênero, incluindo interssexuais, transsexuais e intergêneros (BRASIL, 2018). A pansexualidade é uma orientação que rejeita especificamente a noção de dois gêneros e até de orientação sexual específica (REIS, 2018, p .23)

Polissexualidade

É uma orientação sexual que se caracteriza em sentir atração por vários gêneros, mas não todos. Se difere assim da pansexulidade (SANTOS et al , 2018).

Polissexual

É a pessoa que sente atração por muitos gêneros, mas não todos.
É diferente do bissexual que sente atração por homens e mulheres e do pansexual que sente atração por todos os gêneros e sexos (SANTOS et al , 2018).

Androssexualidade

É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual pela masculinidade. O sufixo "andro" vem do grego "andras" e significa homem. Esse termo foi criado como uma forma de substituir os termos homossexual e heterossexual, pois em ambos se expressa o gênero da pessoa que se identifica dessa forma, excluindo a possibilidade de ser uma pessoa não-binária (MARANHÃO, 2014).

Androssexual

É a pessoa que sente atração sexual por pessoas masculinas, e isso inclui mulheres héteros e homens gays (MARANHÃO, 2014).

Demissexualidade

É um termo utilizado para descrever uma forma de relacionamento diferente. Sendo que nele a atração sexual só aparece depois de estabelecido um vínculo psicológico, intelectual ou emocional. Ou seja, a pessoa não sente atração por uma pessoa apenas porque ela é bonita. É preciso conhecer o outro (HERGESEL, 2018).

Demissexual

É a pessoa que somente consegue atrair-se sexualmente por alguém após ter uma conexão emocional estabelecida. Inicialmente, aparenta não sentir atração por ninguém. Mas, quando estabelecida, a conexão independe do gênero (HERGESEL, 2018).

Genderqueer

Termo usado para descrever um indivíduo ou um grupo que se recusa a subscrever-se à uma identidade de gênero tradicional e sente que seu gênero não se encaixa dentro do binário social de gênero (masculino e feminino). Também é conhecido como não-binário ou expansivo de gênero. Alguém que pode se identificar como homem e mulher ou não se identifica com gênero algum. Em vez de somente ele ou ela, uma pessoa *genderqueer* pode ser referenciada por ambos.